

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA COM  
CONCENTRAÇÃO EM ARQUEOLOGIA



JULIANA POZZO TATSCH

ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO EM UM SÍTIO RURAL NA PORTO ALEGRE  
OITOCENTISTA: as relações espaciais e materiais no sítio RS.JA-74

Pelotas  
2015

JULIANA POZZO TATSCH

ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO EM UM SÍTIO RURAL NA PORTO ALEGRE  
OITOCENTISTA: as relações espaciais e materiais no sítio RS.JA-74.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Lucio Menezes Ferreira

Pelotas  
2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

T216a Tatsch, Juliana Pozzo

Arqueologia da escravidão em um sítio rural na Porto Alegre oitocentista : as relações espaciais e materiais no Sítio RS.JA-74 / Juliana Pozzo Tatsch ; Lúcio Menezes Ferreira, orientador. — Pelotas, 2015.

140 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Arqueologia da escravidão. 2. Arqueologia histórica.  
3. Fazenda Boqueirão. 4. Lomba do Pinheiro. I. Ferreira, Lúcio Menezes, orient. II. Título.

CDD : 930.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

DISSERTAÇÃO

Juliana Pozzo Tatsch

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. LÚCIO MENEZES FERREIRA (orientador)

---

Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. CLÁUDIO BAPTISTA CARLE

---

Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. JORGE EREMITES DE OLIVEIRA

---

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

A minha família, especialmente minhas filhas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira pela compreensão no momento em que revelei a minha gravidez durante o primeiro ano do mestrado. Agradeço a sua paciência e dedicação a minha orientação.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia que, não somente através de suas aulas, conseguiram me apresentar um universo acadêmico que desconhecia.

Aos meus colegas de mestrado pela amizade, especialmente ao Daniel Minossi, que pude compartilhar semanalmente toda a experiência da viagem de Porto Alegre a Pelotas .

À arqueóloga Fernanda Tocchetto pela sugestão do tema da dissertação, me mostrando os contextos de todos os sítios escavados, pelo empréstimo de livros e da cerâmica do sítio RS.JA-74, acervo arqueológico do Museu Joaquim José Felizardo. Além de conselhos acadêmicos, obtive dela conselhos pessoais que foram enriquecedores.

Aos arqueólogos Clóvis Schimitz e Alberto Tavares Duarte pelo apoio quando decidi trabalhar com este sítio, dispensando seus esforços em escavar e analisar.

À arqueóloga Ângela Cappelletti pelo apoio no primeiro ano de mestrado, quando trabalhamos juntas.

Agradeço ao genealogista Cristiano Silveira Goulart que me ajudou a desvendar o universo familiar da zona rural da região sul de Porto Alegre.

Aos meus pais que me ajudaram de todas as formas possíveis, tanto com minhas filhas, com minha casa e com meu bolso em momentos difíceis, que não foram poucos.

Ao meu companheiro, com quem tive duas filhas lindas, que esteve sempre ao meu lado, me apoiando e me incentivando, fazendo seu papel de pai, cuidando das filhas e da casa na minha ausência e, nos finais de semana, quando saía com elas para eu poder estudar.

[...] a lágrima clara sobre a pele escura [...]

Gilberto Gil e Caetano Veloso

## RESUMO

Este trabalho apresenta as relações materiais e espaciais no sítio cadastrado em 2011, como RS-JA.74 –Lomba do Pinheiro, na zona rural sul de Porto Alegre. Este sítio apresenta-se como uma área de trabalho e habitação da Fazenda Boqueirão, sítio RS-JA.18. A história da Fazenda remete às sesmarias que foram instaladas na região de Porto Alegre, no século XVIII, e seus proprietários eram escravagistas. O objetivo desse trabalho, partindo da perspectiva da arqueologia histórica, é analisar as relações sociais entre grupos escravizados e seus proprietários, no período de ocupação mais intensa do sítio, isto é, no século XIX.

**Palavras-chave:** Arqueologia da Escravidão. Arqueologia Histórica. Fazenda Boqueirão. Lomba do Pinheiro.



## **ABSTRACT**

This is a historical archaeological study about the archaeological site Lomba do Pinheiro, located at Porto Alegre, a Brazilian city at Rio Grande do Sul State. This archaeological site was a plantation from XVIII awards, and his landowners were slavemasters as well. This study therefore aims to analyze, from a historical archaeology framework, the social relations between slave masters and his slaves, mainly on the nineteenth century, when the Lomba do Pinheiro plantation was settled intensively.

**Keywords:** Archaeology of slavery. Historical Archaeology. Boqueirão' Plantation. Lomba do Pinheiro.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I - ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO .....</b>	<b>16</b>
2.1	Desenvolvimento do campo e seus temas de estudo.....	16
2.2	Contexto brasileiro.....	38
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II – O CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO E A FAZENDA BOQUEIRÃO EM PORTO ALEGRE.....</b>	<b>42</b>
3.1	A ocupação rural de Porto Alegre e a Fazenda Boqueirão.....	42
3.2	Fazenda Boqueirão: histórico e características .....	52
3.3	Um breve panorama da escravidão no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre e os escravos da Fazenda Boqueirão .....	62
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III – ANÁLISE ESPACIAL E MATERIAL DO SÍTIO RS.JA-74.....</b>	<b>77</b>
4.1	Os trabalhos de campo arqueológicos no sítio Lomba do Pinheiro .....	77
4.2	Considerações sobre os contextos arqueológicos: edificações e áreas de depósito de refugos .....	88
4.3	Período de ocupação do sítio e seus habitantes .....	95
4.4	A Cerâmica de produção local/regional .....	103
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>131</b>
	Anexo 1 - Planta-baixa do sítio .....	131
	Anexo 2 - Tabela de modelo de bordas .....	132
	Anexo 3 - Tabela de modelos de queima .....	133
	Anexo 4 - Tabela de porcentagem de antiplásticos .....	134
	Anexo 5 – Protocolo .....	135

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estudar as relações materiais e espaciais no sítio cadastrado em 2011 como RS.JA-74 – Lomba do Pinheiro, localizado na zona rural na região sul de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Sítio pesquisado, num primeiro momento, devido à exigência de estudos prévios de impacto ambiental como condição obrigatória para o licenciamento ambiental. As pesquisas arqueológicas ocorreram em 2010 em função da obra de construção de uma adutora de interligação dos sistemas de abastecimento de água Belém Novo – Lomba do Sabão no ano de 2010, coordenada pelo arqueólogo Me. Alberto Tavares Duarte de Oliveira<sup>1</sup> e, em 2011, visando à ampliação da área investigada anteriormente, coordenada por Fernanda Tocchetto e Clóvis Leandro Schmitz, com a participação de estudantes das universidades: Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG), de Rio Grande, e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), de Pelotas.

O sítio RS.JA-74 – Lomba do Pinheiro é relevante para o patrimônio histórico, pois encontra-se como parte integrante da Fazenda Boqueirão, cadastrada em 1999 como sítio RS-JA-18 – Fazenda Lomba do Pinheiro, cujos primeiros proprietários receberam as terras por doação de sesmarias da Coroa portuguesa, no século XVIII, e eram proprietários de escravos. Este sítio se caracterizava como uma fazenda do século XIX que possuía, ainda no século XX, uma casa de estilo colonial, um engenho de farinha, com alguns equipamentos preservados, uma estrutura antiga de taipa de pedra, provavelmente um antigo potreiro, uma piscina de concreto abastecida por um córrego e uma estrutura gradeada.

Foram realizadas concomitantemente ao trabalho arqueológico vinculado ao licenciamento ambiental em 2011 as atividades educativas e a divulgação da pesquisa, exigidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a fim de dar conta da demanda da Arqueologia Pública, ou seja, que a

---

<sup>1</sup> Neste trabalho a equipe constituiu-se do coordenador já mencionado e da equipe técnica, Clóvis Leandro de Mello Schmitz, e a auxiliar técnica, Jaqueline Santos Sampaio. Na etapa de análise de material foram contratados alguns arqueólogos especializados como a bióloga e técnica em arqueologia Ana Cristina Baptista Carle (arqueofauna), a arqueóloga Mariana Neumann (cerâmica) e o arqueólogo Marcelo dos Santos Lazzarotti (vidro).

comunidade local estivesse sendo informada sobre a escavação do sítio e se sentisse parte integrante daquele processo. Foi possível, por exemplo, através de entrevistas com os moradores da região, construir parte da história do sítio.

A arqueologia de contrato na cidade de Porto Alegre tem se mostrado cada vez mais articulada com o universo acadêmico e com a comunidade impactada pelo empreendimento. Evidentemente existe a exigência da legislação na divulgação dos trabalhos de salvamento, porém alguns trabalhos deixam de ser meramente descritivos e tornam-se objetos de estudos mais específicos. As equipes destes projetos denominados de Arqueologia de Contrato apresentaram seus trabalhos em fóruns, salões de iniciação científica, entre outros eventos, tornando acessíveis aos estudantes universitários e à comunidade em geral suas análises e as possibilidades de pesquisas futuras.

Essa etapa de pesquisa leva em conta a construção do sentido de patrimônio histórico e arqueológico que não é tampouco uma construção unilateral da Arqueologia, ou o ponto de vista somente dos pesquisadores. A arqueologia deve garantir que o Estado ouça o interesse público, suas opiniões, seus pontos de vista, promovendo debates para ouvir e dialogar com as pessoas. A Arqueologia deve buscar a presença ativa da comunidade no processo de autoconhecimento de seu passado, de seu pertencimento na construção de patrimônio histórico. É “a incorporação da comunidade nos processos de interpretação arqueológica” (Ferreira, 2009, p. 9), para que não haja uma imposição, nem do estado, nem da Arqueologia, pois a construção de patrimônio histórico e arqueológico deve ser debatida com a comunidade.

A região onde está localizado o sítio em estudo, denominado atualmente de bairro Lomba do Pinheiro, já estava ocupado, há muito mais tempo, antes dos colonizadores europeus que aqui chegaram pelos grupos nativos, os indígenas, mais especificamente os da etnia guarani. Esta população autóctone da região, de um modo geral, foi sendo violada ao longo do tempo e, na maioria dos casos, colocada para fora de suas terras originais pelos povos estrangeiros. Atualmente, algumas famílias indígenas têm suas terras protegidas legalmente, constituindo aldeias, tal como a aldeia M'bya Guarani, no bairro Lomba do Pinheiro.

Ao sabermos da existência e permanência desses grupos na região, não se obteve nenhum registro da participação deles nos debates da comunidade com a Arqueologia. Há somente o registro em Relatório da existência de uma lâmina de machado do período de ocupação pré-colonial que foi doado ao Instituto Popular de Arte-Educação (IPDAE), localizado na Estrada João de Oliveira Remião, nº 7.193 (OLIVEIRA, 2011). Há uma relativa distância entre a região do sítio, que se localiza próximo a parada 6, e o local onde aparece a lâmina, parada 18 (forma de localização atual do bairro, através da numeração das paradas de ônibus, ao longo da estrada João de Oliveira Remião, principal estrada de acesso ao bairro).

Figura 1: Lâmina de machado polido.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011).

A cidade de Porto Alegre vem sofrendo diversas intervenções de obras ao longo dos últimos 10 anos. Com o crescimento urbano da zona sul, muitos condomínios horizontais estão sendo construídos, principalmente nos dois últimos anos, quando foi definido que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de futebol. As principais avenidas da cidade e muitos bairros passaram por rápidas transformações. Os arqueólogos e interessados pela preservação do patrimônio histórico desta cidade, na intenção de interagir cada vez mais com a comunidade afetada pela construção destes empreendimentos, sejam imobiliários ou viários, criaram um grupo chamado de Coletivo de Arqueologia de Porto Alegre. Primeiramente, a atuação do grupo focou na preservação do patrimônio histórico da cidade, fiscalizando se as obras estavam ocorrendo de acordo com a lei prevista, ou seja, de ter um trabalho arqueológico no local, pois muitas obras, diante da aproximação do evento futebolístico, “passaram por cima” das licenças socioambientais. Posteriormente, o grupo viu a necessidade de participar de

assembleias públicas, tanto com a comunidade, como em espaços do poder público, como a Câmara dos Vereadores, para ouvir a demanda do Estado e da população e, através das atividades educativas com a comunidade, discutir estratégias sobre a defesa do patrimônio da cidade.

Merriman (2004) já alertava para esta tensão entre grupos tão diversificados e com interesses diferentes, mas que pode existir uma qualificação no debate das relações das pessoas com o seu passado. A Arqueologia, porém, mesmo interagindo com o público, é regulada pelo Estado e não reflete sobre os interesses da população. Esta passa a ser uma Arqueologia Pública e não do público. As ações são pensadas para as pessoas e não protagonizadas por elas; pensadas para o futuro e não para interesses atuais (poderia usar o exemplo da demarcação de terras indígenas na Lomba do Pinheiro, o que foi uma atuação da comunidade com a faculdade de Antropologia da UFRGS e o poder público, mas a Arqueologia poderia atuar mais neste sentido), através da preservação dos recursos culturais ou seu registro minucioso durante a destruição do sítio. Acrescenta ainda que o público é atendido indiretamente e não atua, por exemplo, na gestão dos sítios, dos recursos culturais, na atuação contra o comércio ilegal de materiais arqueológicos.

Neste sentido, vejo a importância da comunidade local poder intervir na construção e preservação dos sítios já sob proteção legal, como é o caso do sítio RS.JA-18 – Fazenda Lomba do Pinheiro, e outros que podem ser investigados posteriormente. Estes sítios podem ser utilizados como espaços de convivência de diferentes grupos, com diferentes interesses, tendo em vista que é um bairro com uma comunidade bastante participativa, que luta por melhores condições de vida, o que inclui diversas áreas, como saneamento, saúde, segurança e a cultura, que se mostra diversificada no bairro. Porém, se houvesse uma maior conscientização da população da importância da preservação histórica e arqueológica da região, o sítio mencionado, registrado no Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional (IPHAN) em 1999, cuja sede da fazenda se encontrava com as características originais quase completamente preservadas, não estaria hoje em ruínas e sofrendo depredação da própria comunidade local, a qual poderia estar fazendo uso deste espaço como centro cultural, por exemplo.

Figura 2: À esquerda, casa de moradia da sede Fazenda Boqueirão, em 2000 e, à direita, a mesma estrutura em 2009.



Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/SMC, Foto: Fernanda Tocchetto.

O resultado obtido após as duas pesquisas no sítio RS.JA-74 foi a evidencição de fundações de duas estruturas arquitetônicas e áreas de descarte de lixo com material arqueológico dos séculos XVIII e XIX, tais como faiança, faiança-fina, metais, ossos, vidros, grês e cerâmica simples (torneada e roletada).

Dentre os materiais cerâmicos, foram recuperados recipientes nunca antes vistos em sítios do município de Porto Alegre, pois apresentam principalmente o roletado (também chamado acordelado), como técnica de produção, linhas incisadas na borda, com corpo escovado e/ou alisado, como decoração, alças no ombro e de coloração escura. Portanto, busco interpretar a produção e o uso desta cerâmica histórica roletada num contexto de fazenda do final do século XVIII e meados do século XIX, onde o trabalho escravo era uma realidade, verificada na documentação dos proprietários da terra. Para tanto, ela pode estar relacionada ao uso e à produção por grupos subordinados (negros escravizados e agregados livres) aos donos da fazenda.

Esta pesquisa está relacionada ao campo da Arqueologia Histórica que recentemente tem se concentrado nos estudos da

Expansão europeia e do colonialismo, os mecanismos de dominação e resistência envolvidos e as formas econômicas e políticas que foram geradas, em especial, o alastrar do capitalismo (por exemplo, Leone e Potter, 1988: 19; Johnson, 1996; Orser, 1996a, 1996b, 1996c) (FUNARI et al, 1999, p. 2-3, tradução da autora).

Seguindo a premissa de Funari (1999), temos o objetivo de analisar o passado através da sua materialidade, que vem para ser mais um elemento no

estudo do passado, o qual não substitui os documentos escritos e ambos devem ser levados em consideração.

Yaw (2008, p. 34, tradução da autora) recomenda que:

Apesar do fato de que traços tangíveis da escravidão são muitas vezes difíceis de interpretar sem registro escrito e oral, os artefatos dos sítios associados com a escravidão servem como um testemunho convincente para as consequências socioculturais humanas que emanam da escravidão.

Martin Hall (2008) pede a atenção para o que chama de profano nos estudos unilaterais de pesquisadores que insistem na primazia das fontes textuais do passado, como referência para suas análises comparativas entre as sociedades, deixando outras provas como fonte secundária. Para ele, há muito mais riqueza quando as fontes textuais e materiais são coincidentes. Não devemos negar um conjunto de possibilidades que podem evidenciar padrões recorrentes em diferentes contextos e também as relações de poder em jogo, através da dinâmica tanto das relações de trabalho, quanto de gênero, status, direitos e benefícios.

Para Hall (2008), as fontes tomadas em conjunto podem mostrar ausências e contradições como, por exemplo, em seu estudo no Cabo da Boa Esperança. Os conjuntos arqueológicos mostram uma quantidade significativa de ossos de peixe, mostrando como era a dieta dos habitantes da região. Porém, nos registros escritos não há relatos desta procedência.

Para tanto, neste trabalho são utilizadas diferentes fontes: escrita, iconográfica e material (vestígios arqueológicos). O emprego destas fontes requer um cuidado especial como sugere Feinman apud Agostini (2009, p. 39):

Fontes de natureza diferentes devem ser trabalhadas de forma independente, para que as informações extraídas de cada “corpo de dados” sejam justapostas no final, e não sobrepostas [...] O cruzamento desses dados propicia, desta maneira, uma base mais forte para as interpretações, evitando diminuir a importância de alguns dados e a supervalorização de outros.

Segundo Funari et al (1999), estudos recentes mostram que há uma tendência do uso de diversas fontes, tais como: etnografia, história oral, documentos escritos e arqueologia, ou seja, uma abordagem interdisciplinar e que dialogue com



as pesquisas do período Clássico e Medieval. Mas é necessário um cuidado redobrado. Nem todos os grupos ou classes sociais são dotados de escrita. Portanto, para a pesquisa não se tornar unilateral deve dialogar com outras fontes a fim de um maior enriquecimento.

Com relação à análise da cultura material do sítio em questão, tomo por base o que nos mostra Julian Thomas (1999), onde trata da ação social (*agency*) dos objetos, que não refletem a sociedade, não são simplesmente um produto desta, mas a integram, “são mais que testemunhos de uma entidade extinta: são uma parte daquela entidade que ainda está aqui conosco no presente. Como tal, é claro, eles foram recontextualizados.” (THOMAS, 1999).

Para interpretar os significados da ocupação dos espaços, da produção e uso da cerâmica relacionada aos grupos negros escravizados e agregados livres, me orientarei pelo que nos traz Hodder (1994) a respeito da arqueologia contextual. Este defende o estudo de vários dados para uma rica análise do contexto arqueológico. Para o autor, um objeto isolado ou fora do contexto não é possível de ser lido, analisado, interpretado. Neste sentido, irei analisar a cultura material no espaço intra-sítio, buscando relações entre os dados.

A partir da arqueologia contextual e do estudo sobre a produção e uso da cerâmica histórica roletada histórica, procuro interpretar a possibilidade de interação dos grupos subordinados com os grupos dominantes, onde diversas relações aconteceram no sistema escravista.

A partir da análise destas fontes, serão discutidas neste trabalho questões pertinentes à Diáspora Africana, que busca interpretar a dispersão dos africanos através do Atlântico, no período pós-colombiano, a partir do século XVI. Neste trânsito forçado destas pessoas, furtadas de seu território original, muitas relações passaram a acontecer e interagir no contexto colonial.

No Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, com relação à diáspora africana, não será diferente do restante da América porque aqui se estabeleceram as relações que envolviam o universo colonial, desde o apresamento dos indivíduos na África, o seu transporte e a sua chegada. Aqueles que conseguiam chegar com vida eram obrigados a conviver em espaços diferentes e em contato com pessoas diferentes.

Os grupos de africanos que vieram para o Brasil, oriundas majoritariamente da região centro-africana, pertenciam a diferentes etnias. Mas esta região pertence não só a tronco linguístico Banto em comum, mas existem traços religiosos muito semelhantes, como o culto aos ancestrais. Esses *malungos* (como eram chamados os africanos companheiros de infortúnio, de sofrimento), diante da busca pela sobrevivência, viram nesta raiz em comum uma forma de defender-se, o que chamou a atenção do filólogo português Macedo Soares, em 1880: “*Malungo*, meu *malungo*, chama o preto a outro preto que veio com ele” (SLENES, 1999, p. 52).

A base teórica desta perspectiva é a ideia de que o mundo se tornou um lugar diferente quando a colonização europeia começou a viajar por todo o mundo, conhecendo e interagindo com diversos povos como eles fizeram. As culturas híbridas que foram subsequentemente criadas nas Américas, Ásia, África, os Mares do Sul, e até mesmo na Europa são os resultados dessas trocas culturais dramáticas (ORSER, 1998 apud FUNARI, 1996).

Considerando, assim, as questões apontadas acima, organizei esta dissertação da seguinte forma: no primeiro capítulo é apresentado um panorama da Arqueologia da Escravidão, com seus temas e o contexto brasileiro. No segundo, abordo a pesquisa histórica sobre a Fazenda Boqueirão e o sítio RS.JA-74, através da documentação primária e secundária, contextualizando-os na história do Rio Grande do Sul no século XIX. Por fim, no terceiro capítulo, analiso as pesquisas arqueológicas, os contextos evidenciados, a cerâmica de produção local/regional roletada histórica e apresento as relações espaciais e matérias relativas aos habitantes do sítio.

## 2 CAPÍTULO I - ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

### 2.1 Desenvolvimento do campo e seus temas de estudo

A Arqueologia da Escravidão surgiu nos debates da Arqueologia Histórica no início na década de 1960, período caracterizado por mudanças sociais e políticas, cujos movimentos civis norte-americanos, que incluía o ativismo dos negros afro-americanos, entre outros grupos, lutavam por seus direitos numa sociedade herdeira das práticas de violência de grupos dominantes, contra grupos excluídos, desprezados e escravizados no passado colonial. Surge, neste contexto, motivado pela legislação, medidas de salvamento em sítios que acabou fortalecendo o interesse pela pesquisa arqueológica dos grupos étnicos historicamente excluídos, os quais estiveram à margem dos interesses de uma elite dominante, tais como as populações negras escravizadas nas Américas que deram origem aos afro-americanos, formando, assim, a nação norte-americana até os dias atuais (SINGLETON, 1995).

Segundo Theresa Singleton (1995), a Arqueologia da Escravidão afro-americana é o estudo da cultura material, como vestígios de habitação e dos espaços construídos socialmente nas *plantations*, dos hábitos alimentares e dos objetos de uso pessoal recuperados das escavações das *plantations*, para entender a vida dos negros escravizados.

Esses estudos estão diretamente relacionados à Arqueologia Histórica. O início de sua pesquisa deu-se nas *plantations* ao sul dos estados Unidos, ou seja, nas grandes fazendas agrícolas, produtoras principalmente de algodão, cuja mão de obra utilizada era a de pessoas escravizadas, trazidas através do comércio escravista transatlântico, de países africanos. Atualmente a Arqueologia Histórica busca entender mundialmente a vida africana pós-colombiana, as bases da escravidão, do tráfico transatlântico, da Diáspora africana, através do estudo associado das fontes materiais e documentais.

Esses estudos iniciaram como uma missão moral, que se propôs a dar voz aos esquecidos pela História oficial, mostrando-os como sujeitos que contribuíram

na construção da História do país, como sujeitos ativos (SINGLETON, 1999; BEAUDRY, 2007). Havia um sentimento de dívida com este grupo, que foi deixado à margem da escrita da História. Porém, este estudo mostrou ser uma análise simplista, pois pretendia expor a manutenção da identidade cultural dos africanos fora da África, através de marcadores culturais na evidência material, não se dando conta das relações sociais complexas na manutenção e formação da identidade (SINGLETON, 1999; ORSER, 1998).

Em meados da década de 1930 até os anos 1960 a Arqueologia era voltada para o estudo das classes mais abastadas, donas das grandes propriedades, fazendas, nos Estados Unidos. Os estudos arqueológicos voltavam-se geralmente para sítios coloniais e de surgimento desta nação norte-americana, com o objetivo de preservação de seu patrimônio material, através das restaurações e reconstruções das edificações. Estas ações acabaram gerando um interesse na economia turística, também voltados na preservação de uma memória imaterial, que evidenciava um nacionalismo elitista, ou seja, desejavam preservar a memória dos grupos dominantes, neste caso os proprietários das *plantations* (ORSER, 1998). Como muito bem disse Funari (2003, p. 101):

não se trata apenas de justificar certas relações de poder, ou de fortalecer certas ideologias, mas de legitimá-las pela presença de testemunhos materiais que dêem sustentação científica a essas pretensões [...] a criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas vezes com a arqueologia. Neste caso, predominam com frequência os interesses dos grupos dominantes mediados pela ação do Estado.

Estes estudos de teor evolucionista utilizaram o conceito de raça para entender diferenças intergrupais. Porém, o uso de uma abordagem generalizante de raça não deu conta das diferenças étnicas entre os diferentes grupos sociais, que os consideravam racialmente distintos por herança genética e pela padronização do registro arqueológico. A substituição do conceito de raça pelo da etnicidade foi causada pela mudança de perspectiva sobre como emergiram e persistiram os diferentes grupos. Passou a ser considerado como um processo de construção social como fator determinante das relações intergrupais (SINGLETON, 2001; EPPERSON, 2001).

Como arqueólogos, historiadores e museólogos críticos trabalhando dentro do que continua a ser uma sociedade essencialmente racista, uma das lições mais valiosas que podemos oferecer é o conhecimento que "raça" não é um aspecto universal, natural ou inevitável da condição humana, mas é, em vez disso, uma ideologia que pode ser apreendida historicamente e transcendida através da prática social (EPPERSON, 2001, p. 159, tradução da autora).

De uma missão moral, a arqueologia do final dos anos de 1970 começa a trabalhar com análises da complexidade cultural afro-americana (SINGLETON, 2001). Os arqueólogos norte-americanos, seguindo a tendência das outras ciências sociais, tenderam para uma perspectiva da análise dos “de baixo”, dos oprimidos, dos socialmente excluídos, dos subalternos nas relações de poder existentes naquela sociedade. Ocorre uma mudança no foco de pesquisa dos arqueólogos, como ressalta Orser (1998, p. 65, tradução da autora):

Essa mudança de foco da elite minoritária à maioria subordinada inspirou muitos arqueólogos a investigar a vida de homens e mulheres que até então haviam sido em grande parte apagadas da história tradicional.

Segundo Orser (1998), antes dos anos 1980, os estudos sobre a Diáspora Africana, ou seja, do histórico movimento da população para fora da África, iniciaram-se pela busca de identidade africana, em sítios arqueológicos, fora da África. Esta forma de pensar, a respeito desta continuidade dos traços culturais, seguindo uma tradição antropológica de longa data, pois antes de serem arqueólogos, eram antropólogos<sup>2</sup> de formação, fez com que muitos arqueólogos históricos associassem diretamente as populações humanas do passado com tipos específicos ou classes de cultura material, fornecendo provas materiais de traços estilísticos africanos sobre objetos feitos e usados fora de África (ORSER, 1998, p. 69-73). Neste debate, os arqueólogos históricos Herskovits e Charles Fairbanks, desde o final dos anos 1960, foram pioneiros na busca de marcadores étnicos em aspectos específicos de identidades dos povos de herança africana na cultura material em escavações de *plantations*. Estas buscas, que eram chamadas de *africanismos*, tinham como foco os marcadores culturais representados nos vestígios deixados pelos escravizados “importados” da África. Eles acreditavam na

---

<sup>2</sup> Ainda hoje, nos Estados Unidos (e em vários outros países), os arqueólogos são formados em Antropologia e trabalham em departamentos de Antropologia.

continuidade da cultura africana no Novo Mundo. Como Herskovits não conseguiu provar a sua hipótese, Charles Fairbanks, escavou na *Plantation Kingsley*, em 1968 (ORSER, 1998).

Foi muito utilizada, como exemplo típico de marcador étnico na cultura material, a relação estabelecida entre as decorações nas superfícies das vasilhas cerâmicas ou dos cachimbos cerâmicos, que eram remetidas à cultura dos povos Banto, na África. Um dos primeiros arqueólogos a trabalhar com este tema, ainda na década de 1970, foi Leland Ferguson (2001), tratando dos utensílios cerâmicos como *colono-indianware*, por acreditar que os elementos morfológicos desta cerâmica não esmaltada, com elementos culturais indígenas, europeus e africanos, encontrados nos sítios da costa sudeste norte-americana foram compatíveis com as encontradas no Caribe e até na própria África. Como algumas análises comparativas foram falhas, por buscarem continuidades africanas em sítios americanos e evidenciar artefatos que poderiam estar em qualquer sítio colonial, os pesquisadores passaram a analisar objetos individuais e um dos mais populares foi o cachimbo, por este apresentar decorações que puderam ser relacionadas a culturas africanas.

Em seu estudo comparativo entre o cemitério da *Plantation Newton* e assentamentos quilombolas na República Dominicana, Cuba e Palmares, no Brasil, Orser (1998) verificou que os cachimbos nestes quilombos apresentaram decorações incisas, com variação dos motivos dos desenhos. Na República Dominicana e Cuba apresentavam desenhos geométricos gravados nos tubos (canos) dos cachimbos e eram semelhantes aos encontrados na África e também nos sítios norte-americano do século XVII. Já no caso de Palmares, os motivos eram esculpidos ou moldados. Nos quatro cachimbos analisados pelo autor, dois cachimbos apresentavam desenhos “representando folhas de palmeiras estilizadas” (ORSER, 1998, p. 73). Ele concluiu que os desenhos nos cachimbos, ao invés de serem apenas artefatos funcionais, representavam proclamações materiais sobre Palmares.

Na busca de mais elementos africanos, das continuidades das tradições culturais africanas na América, alguns enterramentos também foram estudados e os objetos recuperados nos sepultamentos mostraram mais a preservação dos elementos sociais de vida dos escravizados, não relacionando diretamente com os

rituais de sepultamento de origem africana. O estudo realizado por Jerome Handler na *Plantation Newton* (séculos XVII e XVIII), no estado de Barbados, em 1978, onde estudos associados com conhecimento histórico do local, análises cuidadosas dos artefatos contidos nos enterros, complementados com dados bioantropológicos, serviram de base para o reconhecimento da identidade africana em sítios americanos (ORSER, 1998p. 68).

A influência da escola norte-americana de Antropologia nos arqueólogos norte-americanos, herdeira das ideias de Franz Boas (1920), que defendia o conceito de *aculturação*, defesa da completa absorção dos negros na cultura europeia forjada no Novo Mundo, ou como esclarece recentemente Luís Cláudio Symanski (2014, p. 161):

Dentre os aspectos comuns a tais estudos, destacam-se a listagem dos traços culturais transmitidos entre as sociedades, a visão de culturas como entidades bem delimitadas, a minimização da agência humana, a identificação dos mecanismos de filtragem que explicariam a incorporação seletiva de traços da cultura forânea e a omissão das relações de poder, com tendência a considerar que as sociedades mais simples incorporariam passivamente os traços da cultura dominante.

Análises que trabalham com estes conceitos buscam a identificação de continuidades africanas. Procuram na evidência material marcadores culturais exclusivamente africanos, rejeitando as demais culturas incorporadas no contexto colonial. São análises reducionistas, pois isolam a cultura africana como se fosse um mundo à parte, ignorando as diferenças étnicas entre eles mesmos e entre eles e o mundo colonial, homogeneizando a cultura africana. Os estudos relacionados a esta linha de pesquisa criam modelos simplistas, fazendo relações diretas entre a cultura material (através da decoração, por exemplo) e etnias africanas (SINGLETON, 1995 e 2001).

Para Hicks (2000, p. 2), a antropologia reconhece que não existem pessoas sem história, por isso deve ser considerado na análise arqueológica, as identidades sociais do passado e as diferenças culturais e a interação com outras sociedades, pois não se sustenta a noção de identidade étnica pura, como foi tratado há anos pela Antropologia clássica. Não devemos, porém, relativizar totalmente a influência da etnia sobre a interação social, mas o reconhecimento de histórias étnicas deve estimular-nos a uma “arqueologia da etnia”, ou seja, estudo antropológico

aprofundado da geração, mudança e declínio das identidades étnicas ao longo do tempo.

Para Orser (1998, p. 74, tradução da autora)

[...] os artefatos, em vez de serem simplesmente recipientes estáticos da auto identidade étnica, podem servir como símbolos de identidade de grupos cujos significados podem ser manipulados ao mesmo tempo em que promovem uma sensação de unidade (*peoplehood*).

A arqueologia Histórica norte-americana em seus primórdios foi realizada por arqueólogos de origem europeia, ou seja, brancos, que falavam de negros. Por esta razão, estes estudos produziram muito mais as perspectivas dos pesquisadores do que dos pesquisados (SINGLETON, 1995). Para Hicks (2000, p. 2), o imperativo político contemporâneo de reconhecer perspectivas afro-americanas, que foram historicamente negadas pelo racismo branco, fez uma destituição de etnias afro-americanas no passado, inteiramente inadequadas.

Na intenção de uma mudança de paradigmas, surge a atenção especial aos oprimidos, aos maltratados, aos esquecidos na narrativa histórica, fazendo emergir a perspectiva dos *subalternos*, que vem a ser a análise dos que participaram da construção da sociedade do Novo Mundo, mas que, por motivos raciais, entre outros, foram considerados inferiores, sendo, assim, escravizados pelo mundo afora. Tudo isso dentro, claro, das perspectivas de tentar entender a História e a cultura dos homens e mulheres, a partir do olhar dos pesquisadores e não ainda dos principais interessados, os negros (ORSER, 1998).

As pesquisas anteriores aos anos 1980, no campo da Arqueologia da escravidão, mostram-se limitadas teoricamente, de cunho basicamente descritivo. Atualmente, porém, os dados produzidos estão sendo reavaliados pelos arqueólogos. A partir deste novo olhar, novas análises podem ser feitas sobre os principais temas recorrentes na área, tais como: as condições de existência dos escravizados, principalmente nas senzalas das *plantations* do Novo Mundo, diferenças de *status* social, dominação e resistência e identidade cultural afro-americana e criolização (SINGLETON, 1995).

Para um estudo mais profundo do modo de vida das pessoas neste contexto de escravidão é necessário analisar as condições de existência, iniciando pelo



estudo dos aspectos espaciais, ou seja, como eram construídos e como faziam uso dos espaços habitados, seja para o trabalho, seja para o lazer. As escavações em *plantations* buscaram recuperar informações dos espaços das senzalas, tais como “detalhes no tamanho, dimensão, materiais, e métodos de construção usados em uma residência particular” (ORSER, 1998, p. 123), para tentar entender o modo de vida dos escravizados.

Os arqueólogos buscam explicar características da distribuição e as relações espaciais dos artefatos com apoio da analogia etnográfica, história oral, com testemunhos orais consultados na África (POSNANSKY, 1982, 2004). Muitos elementos têm sido comuns nos continentes africano e americano, sendo possíveis algumas analogias, mas sem cair na armadilha de um paralelo direto entre a África e o Novo Mundo e possíveis especulações baseadas em evidências superficiais.

Num primeiro momento nos estudos dos espaços das *plantations*, os arqueólogos acreditavam serem as construções impostas pelos senhores, tornando os escravizados, sujeito passivos daquela organização. Porém, numa escavação minuciosa foi possível fazer a leitura destes espaços sendo utilizados de acordo com as próprias necessidades dos escravizados, demonstrando uma atitude corajosa de subverter a ordem construída pelos senhores. Em *plantations* do século XVIII, da Carolina do Sul nos Estados Unidos, foram registradas senzalas de parede de barro ou pau-a-pique, o que já havia nas ilhas do Caribe, porém, não era esperado encontrar na América do Norte (SINGLETON, 1995).

Nas estruturas analisadas na Carolina do Sul foram analisados os buracos ou poços sob o chão das senzalas como locais de armazenamento de alimentos e objetos, que deveriam estar longe dos olhos dos senhores, por serem furtados ou por não estarem de acordo com as regras impostas. Alguns autores, como Kelso (1986) e Yentsch (1992), chegaram a acreditar que isto fazia parte de etnias africanas, tais como do povo *Igbo*, da Nigéria, relatada pelos navegadores ingleses, que viram esta prática de armazenar objetos valiosos no chão das casas. Porém, estudos posteriores como de Sanford (1994) defenderam que esta era uma forma cotidiana de subverter o controle dos senhores, percorrendo o século XVIII e parte do XIX, mesmo sendo fortemente vigiados pelos seus senhores (SINGLETON, 1995, p. 124).

Através destes estudos foi possível verificar que mesmo os espaços criados ao estilo arquitetural europeu, tal como a casa-grande e a senzala, não eram suficientes em si para impor todo o tempo sua ordem, pois as pessoas escravizadas poderiam criar sua própria noção de espaço (SINGLETON, 1995).

Através da cultura material obtida das escavações destes espaços habitados é possível analisar aspectos que podem não ser mencionados nas fontes escritas, tais como hábitos alimentares, obtidos através dos restos alimentares recuperados nas escavações dos depósitos de refugos ou lixeiras, através dos utensílios de uso doméstico utilizados nas senzalas e fora dela. É possível saber como faziam para obter, fazer e servir a comida. Estudos de Zooarqueologia podem contribuir para analisar os restos dos animais comidos pelos escravos, através do estudo dos ossos de animais depositados no sítio. Além disso, é possível verificar as espécies de alimentos e sua relativa frequência de uso e cortes de carnes. Esta técnica também contribuiu para o conhecimento de que muitas espécies silvestres faziam parte da dieta, obtendo-se os padrões de subsistência dos escravizados (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998).

A fonte de proteína animal encontrada nos sítios era de animais domésticos, como a carne bovina e suína. Já as aves, como galinhas, aparecem em menores quantidades, provavelmente pelo valor dado aos ovos produzidos (SINGLETON, 1995).

Muitos estudos buscaram revelar, através dos alimentos e dos hábitos alimentares, o *status* dos grupos nas *plantations*, através da qualidade dos cortes das carnes. Para os senhores, as partes mais nobres e, para os escravizados, os cortes menores e de baixa qualidade, como os esqueletos dos animais, incluindo as patas e a cabeça. O acesso a este tipo de alimento pode ter sido através do descarte feito pelos senhores e recuperados pelos escravizados para fazerem ensopados. É possível observar, através do corte fragmentado e em pequenas quantidades, como eram preparados os ossos, antes da fervura (SINGLETON, 1995).

Muitos materiais recuperados em sítios no litoral da Carolina do Sul, Geórgia e Florida, como redes, anzóis, chumbadas, armas de caça, etc. servem para ilustrar que os escravizados poderiam ser pescadores e caçadores, alimentando-se de

outros animais, não domésticos, como peixes e outros animais marinhos. Tais pesquisas serviram para defender a ideia de que nestas regiões as populações tinham uma alimentação mais nutritiva, complementando com estes alimentos, a ração que os senhores forneciam (SINGLETON, 1995).

As análises feitas a partir das habitações dos escravizados também podem revelar diferentes *status* sociais, pois através dos objetos como louças importadas, jogos de chá ingleses, podem ser analisados a partir da ótica de como estes objetos eram distribuídos, utilizados ou reciclados, visto que foram encontrados em abundância em todos os sítios ocupados por afro-americanos nos séculos XVIII e XIX. Historicamente, como estes artigos de luxo não eram fornecidos aos escravizados, a hipótese é de que tenham sido comercializados internamente entre os escravos e que alguns escravos teriam *status* diferenciado dos demais (SINGLETON, 1995).

Esta hipótese, porém, de que a louça de maior qualidade pode diferenciar *status*, até mesmo entre os escravizados, é infundada, pois as estratégias de consumo dos senhores não eram as mesmas dos seus cativos, o que fica evidenciado é uma diferença no acesso às mercadorias, que poderiam ser compradas num mercado clandestino ou mesmo serem roubadas da casa-grande e não relacionada ao *status* social. Como não há registros documentais desta procedência, não se sabe como os escravizados conseguiram estes objetos, porém são encontradas cerâmicas de fabricação inglesa em quase todos os sítios do século XVIII e XIX, tanto na América do Norte, quanto no Caribe e estão considerando a existência de um mercado interno em ambos (SINGLETON, 1995).

Symanski (2014) aborda dois problemas nesse tipo de essencialismo, pois torna um grupo congelado culturalmente, não levando em consideração a mobilidade do comportamento humano ao longo do tempo. Porém não se deve deixar de admitir a relevância desse método comparativo, por ser parte do estudo arqueológico, analisar a “variabilidade artefactual no tempo e no espaço” permitindo um estudo da dinâmica social do passado, mas levando em conta o contexto em estudo.

A tendência dos estudos, para superar a categoria de *status*, era fundamentar-se na relação de dominação do senhor e resistência dos escravizados,

diante do avanço nas pesquisas em Cuba, Jamaica, Caribe e Brasil, considerando a capacidade de ação e interação cultural dos grupos na América.

Os estudos dedicados a análises de resistência e sobrevivência cultural focaram-se praticamente em escavações de quilombos, por representar a forma de resistência mais explícita ao regime de escravidão. Trata-se da busca pela liberdade da forma mais desafiadora possível (fuga e posterior construção de sociedades paralelas como os assentamentos quilombolas no Brasil). O caso mais conhecido é o de Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, estudado por Allen 1995; Funari 1995a,b, 1995/96, 1996a,b; Guimaraes 1990; Guimaraes & Lanna 1980; Orser 1992, 1993, 1994b, 1996. Estes estudos foram fundamentais para a compreensão de como os diversos povos criaram e mantiveram as culturas sincréticas da Diáspora africana, pois incorporaram diversos elementos culturais dentro de suas cidades e fortes conexões foram construídas com nativos sul-americanos (ORSER, 1998).

Para Orser (1998, p. 69, tradução da autora), os assentamentos quilombolas podem fornecer ricas informações, tais como:

As relações de poder; a criação e manutenção de diversas conexões sociais; e para a preservação da vida econômica, política e espiritual. Além disso, a pesquisa arqueológica nos quilombos tem o potencial de fornecer informações sobre a criação de culturas sincréticas.

O estudo de Orser, nas fazendas da Carolina do Sul, foi pioneiro na discussão sobre as relações de poder ter influenciado nos arranjos espaciais desta *plantation*, pois a escolha da casa-grande separada da senzala demonstra muito mais uma hierarquia, de ordem econômica e ideológica do que aspectos status ou de etnicidade ou raça, sendo estes últimos argumentos de ordem biológica, há muito tempo contestados nas ciências sociais (SINGLETON, 1995, p. 128).

Nas pesquisas das *plantations* da Virgínia, nos anos 1990, Epperson (2001) considera o fato das habitações serem separadas da paisagem formal da fazenda como um reflexo da dominação do senhor, tanto na paisagem, como no espaço arquitetônico controlado por ele. Porém, ele valoriza a capacidade de resistência dos escravizados, através da criação de espaços ao ar livre, longe da forte vigilância dos senhores.

Para Leone et al (2008), em seu estudo de 25 anos nos sítios arqueológicos de Annápolis, nos Estados Unidos, o ambiente das cidades foi planejado para controle da paisagem social da região e projetado para expressar a ordem social estabelecida por seus idealizadores para facilitar o controle.

Da mesma forma, os argumentos por trás de formação de uma república baseada em princípios democráticos de proteger a vida, liberdade, a propriedade de um indivíduo e a felicidade foram baseadas não apenas em leis da natureza, mas também em argumentos filosóficos sobre as liberdades civis (LEONE et al, 2008, p. 106, tradução da autora).

Alguns estudos mostram que a opção de fazer uma cozinha centralizada na fazenda poderia ser para o controle sobre o fornecimento de comida ao escravizado. Contudo, outros estudos realizados no Caribe, por exemplo, apontam para o incentivo que os senhores davam para os escravizados cultivarem seus próprios alimentos, como forma de controle de rebeliões, visto que estariam fazendo uma atividade para benefício próprio, como também pelo simples fato de não ter de alimentá-los (SINGLETON, 1995, p. 130). Para Behrendt (2001, p. 471), algumas formas de incentivo ou mesmo subornos foram usados para baratear o custo com a coerção dos escravos, que vinham reagindo ao aprisionamento desde sua saída da África, o que causava um aumento de custo de todo o negócio escravista. Tanto incentivos quanto subornos foram utilizados abundantemente nas Américas.

Orser (1998) analisa que a Arqueologia Histórica teve de reconhecer que lida necessariamente com o processo capitalista mundial e seu papel na formação do mundo moderno, tendo implicações para o estudo da Diáspora africana. Foi um processo complexo, promulgado por diversos caminhos históricos e muitas formas materiais.

Para Delle (2009, p. 491), o conceito de modernidade demonstrava uma contradição, pois uma ideologia baseada em direitos iguais aos cidadãos não poderia ter um regime escravista. Ele aponta que esta “ideologia concedeu direitos iguais aos cidadãos, mas não a igualdade de direitos à cidadania”, ou seja, “o cidadão era um indivíduo moderno, funcionando como parte de um todo social e político racionalmente idealizado”, já os “súditos coloniais foram definidos como “não modernos”, subordinados aos cidadãos e muitas vezes vistos como estranhos funcionando nas margens da civilização”. Para o “outro”, o não-moderno, foi negada

a cidadania, pois garantia a manutenção da diferença e a superioridade entre o europeu e o “outro” (os africanos e os nativos americanos). A modernidade poderia tolerar a exclusão deste “outro”, não civilizado, não-moderno, pois foi uma construção ideológica da superioridade europeia sobre as demais populações conquistadas por eles.

A contribuição dos estudos de Mark Leone serviu para mostrar outro caminho de pesquisa na Arqueologia Histórica, considerando o projeto capitalista de modernidade. Sua análise realizada na região de Annápolis, nos Estados Unidos, desconstruiu a visão de seu passado heroico, através de sua discussão sobre o potencial da arqueologia para encontrar novas perspectivas sobre uma época crítica na história americana e mundial - a transição para a república democrática americana. Como argumenta Armstrong, ele mostra como aspectos econômicos da posição social desempenharam um papel fundamental na vida das pessoas e seu acesso em relação à liberdade (ARMSTRONG, 2008, p. 105). Ele aponta como grupos subordinados foram capazes de subverter a organização do regime escravista.

Para Yvonne Marshall (2008, p. 110), Leone é referência em relação ao ativismo político na Arqueologia pelo trabalho desenvolvido na identificação do protagonismo de diferentes grupos étnicos na formação da sociedade moderna no Novo Mundo. Para ela, Leone peca em sua análise por “identificar grupos unificados por seu *status* ou posição econômica comum”, pois já se sabe, desde a década de 1980, que os grupos humanos com aspectos étnicos, religiosos e de gênero semelhantes não podem ser acomodados numa mesma camada da sociedade, somente por aspectos econômicos. Um exemplo que ela utiliza é o fato de que elementos materiais encontrados nos sítios escavados por Leone, em locais onde as mulheres exerciam influência, mostram como controlavam desde a seleção e colocação das plantas nos jardins. Porém, as mulheres não tinham os mesmos direitos civis dos homens, tornando-as diferentes em um mesmo grupo economicamente comum.

No projeto capitalista que estava sendo instaurado no Novo Mundo havia ainda outras contradições, como o processo de emancipação da mão-de-obra

escravista para livre que, por sua vez, representava uma oportunidade e uma ameaça para os afro-americanos, pois:

Enquanto o mercado forneceu mecanismos para homens e mulheres de herança africana melhorarem o seu lugar na sociedade norte-americana, também apresentou uma maneira para que os racistas passassem uma sentença de inferioridade material sobre eles (ORSER, 1998, p. 75).

Para Behrendt (2001, p. 470), a distinção entre o trabalhador coagido e o trabalhador livre é artificial, tendo em vista que a única alternativa para o escravizado seria a violência e para o livre, a fome, pois este último dependia de um sistema de direito de propriedade desigual.

Behrendt (2001) ressalta que, em relação à questão da resistência escrava, ela deve ser analisada desde o processo inicial de compra dos escravos à viagem dos africanos para a América, que durava cerca de onze semanas. Neste processo ocorreram sangrentas rebeliões, fazendo com que aumentasse reforço no policiamento, aumentando o custo da compra. Para o autor, a agência ou resistência africana foi capaz de diminuir a quantidade de pessoas apreendidas na África.

No livro *The Archaeology of Liberty in an American Capital* (2005), Leone mostra em suas pesquisas em Annápolis não somente a dominação de classe, mas também a resistência e a persistência de práticas alternativas, ideologias e identidades (LEONE, 2008, p. 101) dentro do capitalismo.

acreditar e demonstrar que as pessoas podem ver através da ideologia, embora possam lutar para encontrar maneiras de escapar dela. Ele, portanto, se propõe a identificar a consciência com base na classe popular no passado de Annápolis e criar consciência baseada em classe, no presente, através de um programa de arqueologia pública (MARSHALL, 2008, p. 110).

Leone (2008) acredita que a participação do público no processo de revelar um passado de dominação, luta e resistência é a chave de uma Arqueologia engajada em rever o passado tradicionalmente contado por quem detinha o poder de subjugar os grupos. Ele demonstra, através do olhar arqueológico, como os aspectos materiais puderam ser criados e orientados para o controle de grupos menos favorecidos, mas paralelamente os grupos subjugados criaram formas de superar alguns obstáculos e subverter a ordem estabelecida. Para ele, é neste aspecto que os grupos resistentes atuais devem reforçar sua luta.

Desde os anos 1970, os arqueólogos estão conscientes que a presença africana contribuiu para a construção da sociedade norte-americana e que produziu uma classe de cerâmicas e outros artefatos (POSNANSKY, 2001).

Johnson (2010) nos mostra que os estudos de *agency*, realizados no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 nas ciências sociais, contribuíram para analisar a questão dos grupos subordinados serem considerados agentes ativos, que constroem e contribuem nas relações sociais. Não são passivos, como a História Positivista tentou representá-los. Na teoria todos os arqueólogos defendem o poder de agência (ação social) dos grupos subalternos, mas na prática, na hora da análise de um determinado sítio, o que realmente prevalece é a voz de um grupo dominante. O autor salienta que isto representa um ponto fraco na área.

Alguns elementos recuperados dos sítios norte-americanos foram objeto de estudos no sentido de oferecer um estudo da *agency*, tida como ação social desempenhada pelos afro-americanos, no sentido de subverter a ordem, seja no plano da resistência mais explícita, como criação de quilombos, seja pela resistência cotidiano, como uso de adornos, escarificações – marcas no corpo – ou através de objetos, tais como: moedas furadas, contas de colar, búzios, ornamentos, vidros reformulados, cerâmica, entre outros, estão sendo estudados como objetos que remetem a crenças religiosas ou ao *background* cultural, das pessoas africanas que foram escravizadas fora de sua terra natal, mas que levaram consigo suas tradições e as expressaram de diferentes formas materiais.

Alguns exemplos de objetos escavados em senzalas foram as moedas furadas, que foram interpretadas pelos pesquisadores como um amuleto para trazer sorte ou afastar os males. Já os objetos em formato de punho fechado, as famosas figas, remetem a uma prática comum em toda a América Latina. Alguns objetos como vidros modificados, pedras e objetos de cerâmica foram identificados como peças de jogos. Muitos objetos podem ter sido utilizados para diversos propósitos, mas quando tomados em conjunto podem ter servido para algumas formas de ritual (SINGLETON, 1995).

Orser (1998) utiliza como exemplo o estudo de Paul Mullins (1996) para tratar sobre a construção de diferenças sociais e materiais na sociedade norte-americana, com o exemplo da aquisição de “quinhilarias”. Trata-se de uma arte



barata, simples, mas dotadas de toda uma ideologia norte-americana ou representações simbólicas. Como ele mesmo menciona: “eram pequenos pedaços do sonho americano que poderiam assumir lugares de destaque nos salões de não afro-americanos, ainda que os próprios objetos fossem baratos” (MULLINS, 1996, apud ORSER, 1998, p.75). A partir da evidenciação destes objetos aparentemente baratos e banais em sítios do século XIX, principalmente na América do Sul, a leitura que se fez era de que estes objetos foram comercializados ou doados aos afro-americanos, como um mecanismo para cimentar as relações de poder e dominação.

A cerâmica artesanal é comum ser encontrada nos sítios afro-americanos e da América Latina. Seu uso é remetido ao preparo e armazenamento de comidas, podendo também ser utilizado para servi-la (SINGLETON, 1995, p. 131). Esta cerâmica, típica do sul dos Estados Unidos, ficou conhecida como *colonoware*, por ser de produção local. Apresenta-se com queima oxidante (*open-fired*), dando o aspecto enegrecido, e há um híbrido de formas de estilo europeu, mas com decorações que remetem a algumas culturas da África central. No início da descoberta destas cerâmicas, elas eram identificadas como *colono indian-ware*, remetendo seu uso e fabricação aos nativos. Porém, o aparecimento destes objetos foi se intensificando nas fazendas com predomínio de populações escravizadas, o que fez com que os arqueólogos repensassem a sua origem. Estudos atuais trabalham com as duas possibilidades de influência na fabricação destas peças (ORSER, 1998, p. 132).

Além de Ferguson (2001), Deetz e Emerson também defendem que foram os africanos que produziram as cerâmicas, devido às decorações com motivos carimbados e incisos nos cachimbos de terracota. Críticos defendem que, segundo as fontes históricas, os nativos faziam os cachimbos e vendiam aos ingleses. Contudo, não puderam deixar de considerar que os africanos superaram em número a população nativa nas *plantations* do século XVIII e XIX (ORSER, 1998).

As pesquisas na Arqueologia da Escravidão, realizadas nos Estados Unidos da América, não tiveram o mesmo ritmo por parte dos historiadores, que pensavam a questão de forma global. Orser (1998) destaca que a Diáspora africana já havia iniciado 1.500 anos antes do tráfico de escravos para a América, quando já eram escravizados por árabes e cruzavam juntos os mares para conquistas sobre

territórios na Índia e na Ásia, por exemplo. Na pesquisa histórica, são antigos os estudos sobre a movimentação histórica forçada dos grupos africanos de seus países de origem para outros continentes que, desde o final dos tempos medievais, levou a Europa a adquirir riqueza, poder e domínio global. Admitida esta importância, as pesquisas arqueológicas na América ganham força.

Orser (1998) nos mostra que somente nos anos mais recentes os arqueólogos passaram a usar o conceito de Diáspora em seus estudos, pois não havia o amadurecimento desta ideia. O reconhecimento foi tardio da importância histórica e cultural da Diáspora Africana. Somente nos anos 1990 que os arqueólogos passam a entender a importância destes estudos, cujo tráfico de escravos entre os continentes europeu, africano e americano gerou o estudo sobre o multiculturalismo transoceânico, onde “classes revolucionárias e multiétnicas integradas por escravos, africanos, piratas, marinheiros e indígenas, lutavam contra a economia global do capitalismo” (FERREIRA, 2009).

Esta perspectiva de análise tinha entre os principais objetivos analisar o ponto de vista dos escravizados, dos trabalhadores explorados no negócio gerado com a escravidão. As pesquisas realizadas até então evidenciavam a visão dos colonizadores. Além disso, verificou-se a variedade de etnias africanas que vieram parar no continente americano, através da importação de pessoas de forma aleatória. Esta nova perspectiva quebrou com a visão homogeneizante de que grupos étnicos específicos que foram trazidos para a América (BEAUDRY, 2008).

Diante deste novo paradigma na pesquisa arqueológica, o conceito de criolização ganha força. A interação cultural se dava desde a apreensão das pessoas em sua terra natal, passando pelo porto, pela embarcação e, se sobrevivesse às tormentas naturais dos mares e da crueldade humana, chegasse vivo por sorte, ou não, em terras desconhecidas, acabariam por adquirir experiências, novos conhecimentos, transformando aspectos culturais. Para Singleton (2001, p. 5) “a criolização é um processo que envolve a interação e troca multicultural que produz novas formas culturais”.

Para Singleton (2001, p. 5), vários autores incorporaram este conceito em suas discussões. Os estudos devem caminhar na busca dos dois elementos, tanto os *backgrounds* culturais africanos, que ficariam registrados nas marcas realizadas

nos objetos, quanto na ressignificação e criação de novas formas culturais visíveis nos objetos (SINGLETON, 1995).

Singleton (1995) ressalta que a maioria dos pesquisadores não é afro-americanos e os consideram somente como público consumidor destas pesquisas. Diante de tantas mudanças sociais e políticas na sociedade norte-americana, desde os anos 1960, através da luta pelo protagonismo e da voz ativa dos afro-americanos, a proposta da Arqueologia Pública é a que caminha em direção ao protagonismo de fato, dos afro-americanos, pois ela busca não somente “dar voz aos excluídos”, como se fosse um favor oferecido pelos intelectuais brancos. A ideia principal é a identificação da população com a cultura material, ou seja, com a história do sítio, a qual a população local deve sentir-se pertencente. Nesta visão, os protagonistas são os negros e não os intelectuais acadêmicos que ficam narrando os fatos na terceira pessoa. Trata-se de uma forma dos negros falarem, atuarem na construção da História de seus antepassados.

Leone acreditava que a consciência de classe pode ser identificada com base na classe popular no passado de Annápolis (objeto de estudo) e criar a consciência de classe no presente, através de um programa de Arqueologia Pública (MARSHALL, 2008).

Leone (2008) vê o seu método de trabalho como pesquisador em sítios de Annápolis como plural, composta por um trabalho de entrevistas com a população descendente de africanos, pode-se investigar como ela foi afetada pelo trabalho arqueológico, focando em como eles sabiam de sua própria história e como eles integraram os resultados arqueológicos no sentido de sua história.

Alguns estudos mais recentes estão indo além das análises tradicionais de resistência escrava, pois tratam sobre a alteridade dentro do próprio grupo escravizado, com a temática de gênero, utilizada por Yvonne Marshall (2008, p. 110) e BEHRENDT (2001, p. 461). Podemos citar o caso das mulheres que faziam parte da tripulação do navio chamado Hannibal. Elas serviam de barreira entre os policiais e os homens por representarem menos perigo de ataque. Contudo, elas tiveram papel fundamental na aquisição de armas para seus companheiros de cativeiro. Enquanto os policiais dormiam, elas tiveram a oportunidade de roubar os

armamentos. Este caso demonstra um ato de resistência iniciado pela coragem das mulheres (BEHRENDT, 2001).

Estudos apontam que os afro-americanos fazem parte de uma formação complexa, uma mistura de influências. A partir disso, surgem novas formas materiais (objetos), causando mudanças neste contexto (SINGLETON, 1995 e 1999; ORSER, 1998; RICHARD, 2003).

Além dos estudos já citados, alguns outros ganham destaque atualmente na arqueologia, sob os seguintes aspectos:

1) interpretativamente, na investigação de episódios passados da colonização e do colonialismo através do registro arqueológico; 2) historicamente, no estudo do papel da arqueologia na construção e desconstrução de discursos coloniais e 3) metodologicamente, como uma ajuda para a descolonização da disciplina e um guia para a prática ética da arqueologia contemporânea. (LIEBMAN 2008, p. 4).

Neste sentido, devemos pensar a respeito do ponto de vista do colonizado, pois a ideia que se tinha antes dos estudos pós-coloniais era a do ponto de vista do europeu, colonizador, que leva a modernidade a quem não tem. Gnecco (2009, p. 16) nos mostra a violência que causa o colonialismo:

La dominación epistémica no borra, simplemente, los sistemas de conocimiento y las cosmovisiones de los colonizados. Lo que hace es mucho más perverso (y efectivo): distorsiona, confunde, agrupa. El colonialismo no destruye tanto como construye; esa construcción más efectiva que la simple destrucción. El universo simbólico de los pueblos conquistados nunca es el mismo después de la intervención de la máquina colonial.

É preciso, segundo Mignolo (2003, p. 31) pensar:

La descolonización como fuerza crítica del sujeto que no quiere “estudiarse” a sí mismo como objeto, sino “pensarse” a sí mismo en proyectos liberadores, emancipadores; el pensamiento de un sujeto que no quiera que le den la libertad sino que quiera tomarla por sí mismo, construyendo su propio proyecto en un paradigma otro; no dejarse atar al paradigma de la modernidad [...].

Para Orser (1998), quando são combinados os estudos dos modos de vida subordinada e da Diáspora africana, dentro, também de um contexto de influência dos estudos pós-coloniais, que perpassava todas as outras Ciências Sociais, é que

surge o interesse nos sítios da América do Sul e Caribe. Também é a partir dos estudos da:

cerâmica não vitrificada (esmaltada) de queima-reduzida encontradas em sítios associados com os africanos ao longo da costa do Sudeste americano foram consistentes com cerâmica fabricados no Caribe e até mesmo na África. Esta interpretação colocou África firmemente na imagem arqueológica e demonstrou que os arqueólogos históricos poderiam fornecer contribuições tangíveis para o conhecimento histórico e cultural sobre assuntos que até então permaneciam não documentados no registro histórico" (ORSER, 1998, p. 67-68, tradução da autora).

A influência da tradição do oeste africano na cerâmica popular da Jamaica colonial é identificada nos estudos de Allan D. Meyers (1999). Ele verificou que os escravos afro-jamaicanos de Port Royal, já no século XVII, fabricavam cerâmicas com tecnologia tradicional e elementos decorativos, correspondente com os da África Ocidental, em particular os da Costa do Ouro (Gana), mesclada a tecnologia europeia. Ele demonstra tanto através dos desenhos estampados nas cerâmicas (traços dos povos da África Ocidental transportados para o Novo Mundo e integrado com outras tradições culturais) como nas informações dos registros documentais relacionados à origem geográfica dos jamaicanos durante o período colonial.

Apesar de inicialmente terem sido realizados trabalhos isolados como na Jamaica, nos estudos de Mayes (1972), Mathewson (1972, 1973), Higman (1974, 1998) e em Barbados em *Newton Cemetery*, nas pesquisas de Handler e Lange (1978), surge, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, um crescente interesse na pesquisa arqueológica na região do Caribe, com trabalhos importantes como de Douglas Armstrong (1985, 1990) na Jamaica, Kathleen Deagan no Haiti em 1995 e décadas de trabalho de Lydia Pulsipher em Montserrat (Pulsipher 1991; Pulsipher e Goodwin 2001) (KELLY, 2004, p. 1).

A arqueologia no Caribe, pouco difundida em comparação com a norte-americana, foi baseada nas relações sociais nas fazendas de café, através do estudo de produção e do comércio regional entre os próprios escravos (CORZO, 2003, 2005 apud SINGLETON, 2001) e estudos sobre as relações de poder e resistência (SINGLETON, 2001).

Segundo Kelly (2004, p. 1), a partir de meados dos anos 1980 praticamente toda a ilha tem sido estudada e os temas variam entre:

Os estudos da indústria e do trabalho têm sido conduzidos em plantações de açúcar, café e algodão na Grandes e Pequenas Antilhas. Fortificações militares foram documentadas e exploradas em muitas áreas. Locais residenciais e comerciais urbanos têm sido investigados, e as minorias étnicas no interior da classe dominante, como populações judaicas e irlandesas, têm sido o foco de programas de investigação. Mas, provavelmente, a maior área de pesquisa arqueológica tem sido focada sobre a história e as experiências das populações africanas e afro-descendentes da região<sup>3</sup>.

Como foi dito, o foco das pesquisas tem sido a experiência das populações africanas e seus descendentes na região caribenha, tendo como objetivo o estudo da criação e manutenção de identidades afro-caribenhas através da arquitetura, do uso do espaço, dos hábitos alimentares e da escolha dos artefatos. Recentemente, novos aspectos foram incluídos no repertório das pesquisas como, por exemplo, a análise de aldeias de pessoas emancipadas, livres (*free villages*). Trabalhos com este viés podem ser destacados os de Armstrong (2001), Haviser (1999), Kelly e Armstrong (1991). Além disso, alguns trabalhos foram realizados em aldeias livres que foram estabelecidas e mantidas pela auto emancipação de indivíduos em face das sociedades escravistas dominantes (Agorsah 1994; Weik 1997), enfatizando a resistência e a agência (*agency*) das pessoas escravizadas (KELLY, 2004).

A Arqueologia da escravidão no Caribe se desenvolve, de fato, nos anos 2000, com alguns trabalhos de destaque na Jamaica como de Delle (2009), Espenshade (2010) e de Hauser (2008).

Na América do Sul as pesquisas nesta área ainda são poucas. Países como a Argentina, o Brasil e o Uruguai há uma produção significativa de trabalhos na linha da Arqueologia da Escravidão. Para Zarankin e Salerno (2007, p. 27):

a partir do desenvolvimento de marcos pós-processuais, cresceu o número de trabalhos interessados em estudar as minorias “sem história” na América do Sul – quer dizer, aqueles grupos étnicos, de idade e gênero que permaneceram invisíveis frente a história oficial ZARANKIN E SALERNO (2007, p. 27).

Em países como Chile e Venezuela realizaram trabalhos em sítios coloniais, mas não com o tema da Arqueologia da Escravidão. Os demais países como Equador, Peru e Bolívia tiveram o foco de trabalho no estudo das civilizações pré-coloniais (ZARANKIN e SALERNO, 2007).

---

<sup>3</sup> Tradução da autora.

Tanto na Argentina, como nos demais países sul-americanos, os primeiros trabalhos em arqueologia histórica foram realizados por profissionais de outras áreas, não por arqueólogos. Os primeiros estudos em arqueologia histórica colonial foram conduzidos por Agustín Zapata Gollán, na década de 1970, na cidade de *Santa Fe la Vieja* (1573-1660) e não tinha como foco a Diáspora africana. Contudo, o seu estudo pôde oferecer uma visão sobre distintos aspectos da vida cotidiana neste lugar. Porém, utilizava dos estudos arqueológicos para validar as informações históricas sobre a localização e a identificação da cidade, já que não era arqueólogo (ZARANKIN e SALERNO, 2007).

Mais tarde surgiram outros trabalhos, ainda executados por outros profissionais não arqueólogos, como o do sítio *Las Ruinas del Km 75*, iniciado ainda na década de 1960 pelo professor Eldo Morresi, que conseguiu datá-lo e associá-lo a cidade de *Concepción del Bermejo* (1585-1631) e que tinha como objetivo analisar a sequência cultural do sítio (ZARANKIN e SALERMO, 2007).

A partir dos anos 1980, o pesquisador Daniel Schávelzon desenvolveu seus estudos em diversos pontos da capital Buenos Aires, inicialmente descrevendo e classificando os objetos (ZARANKIN e SALERNO, 2007). Mais tarde ele buscou identificar os traços da cultura da população afro-americana, através do estudo dos objetos produzidos e reciclados pelos grupos escravizados. Objetos como garrafas de bebidas de vidro ou grês, ao quebrarem-se, deixavam de ter a finalidade de armazenar líquidos, sendo jogados fora, tornavam-se outro objeto nas mãos dos escravos, como por exemplo, através do lascamento de cacos de vidro, tornam-se úteis cortadores (SCHÁVELZON, 2003).

Nos anos 1990, outros focos de pesquisa foram surgindo, tais como estudos sobre fauna (SILVEIRA, 1996), arqueologia industrial (WEISSEL, 1998), arquitetura (ZARANKIN, 1999 e 2002) e cerâmica (SENATORE, 1995) (ZARANKIN e SALERNO, 2007p. 24).

Mais recentemente, o trabalho de María Ximena Senatore, na região da Patagônia, na Argentina, tem se destacado por se tratar de um intenso estudo multidisciplinar, que busca discutir seu processo de incorporação ao domínio espanhol, através dos estudos de caso do *Fuerte de Floridablanca* – província de Santa Cruz. Esta colônia espanhola foi importante no processo de povoamento e

controle das fronteiras por se tratar de uma região visada pelos ingleses desde o final do século XVI. No local, os espanhóis estabeleceram uma igreja, suas casas e depósitos de munições, mas enfrentaram todo o tipo de adversidades. Primeiramente com os donos da casa, os nativos indígenas, e, posteriormente, com a falta de alimentos, devido ao desconhecimento das fontes de alimentares em uma região muito peculiar, de clima intenso, colocando em xeque a sobrevivência. A arqueóloga e sua equipe escavaram o cemitério dos colonos espanhóis e a partir das informações fornecidas pelos ossos, pela cultura material e pelas fontes documentais se obteve informações sobre a forma como essas pessoas organizaram suas vidas (SENATORE, 2007; ZARANKIN e SALERNO, 2007).

Zarankin et al (2007) realizou um estudo no sítio *Punta Diablo 2*, um dos 26 sítios localizados por ela e por Andrés Zarankin entre 1995-1999, na península de Byers de La Isla Livingston, região da Antártica. Este sítio foi interpretado como um espaço de armazenamento de trenós em meados do século XIX. Um trenó foi encontrado em boas condições de conservação. Este estudo contribui para o conhecimento das práticas dos *loberos* e como viviam em uma região também de clima intenso, não muito convidativo para a sobrevivência humana. Neste estudo foram realizadas datações por termoluminescência em amostras cerâmicas, que puderam sustentar o registro de ocupação recente na *Cueva Lima Lima*. Neste sentido, foi possível verificar que houve ocupação humana em cavernas (*cuevas*) mais recentemente, no século XIX. Ao longo dos 10 anos que se passaram entre a localização do sítio e sua pesquisa de fato, foi possível verificar que os restos ósseos dos mamíferos marinhos da região, como de lobos, focas e elefantes, fonte alimentar dos *loberos*, não se conservaram muito bem, devido aos fatores climáticos intensos no local, que também prejudicou a localização de campos de caça.

No Uruguai, as pesquisas têm como foco os centros urbanos coloniais, sendo nos anos 1980 escavadas *Colonia del Sacramento* e *Montevideo* (BETANCUR, 2004).



## 2.2 Contexto brasileiro

Criei um subcapítulo para tratar sobre o caso brasileiro na Arqueologia Histórica e seu processo de introdução na Arqueologia da Escravidão latino-americana, por ter tido um dos estudos pioneiros em sítios quilombolas, sendo o de maior destaque, o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, escavado inicialmente no início da década de 1990, mas destacando-se nacional e internacionalmente quando a equipe do norte-americano Charles Orser Jr, Pedro Paulo Funari e Michael Rowlands realizaram novas escavações em 1995 (FERREIRA, 2009). Porém, devo iniciar tratando dos primeiros passos, ainda nos anos 1960, na análise da cultura material relacionada ao contexto colonial, onde grupos de culturas distintas forçadamente passaram a conviver e trocar experiências. Para Zarankin e Salerno (2007, p. 27):

Los resultados obtenidos permitieron discutir temáticas novedosas para la arqueología histórica sudamericana – como identidad, cultura material (entendida como elemento activo em la formación y negociación de identidades), arqueología pública e uso social del pasado (ZARANKIN e SALERNO, 2007, p. 27).

No contexto brasileiro, os estudos relacionados às cerâmicas simples, não-torneadas, com tratamento de superfície alisada, eram definidas como tradição “Neobrasileira” pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), por se tratarem de peças mais simples, com formas diversificadas, mesclando atributos europeus, indígenas e possivelmente africanos.

André Jacobus (1996) nos mostra como, na década de 1960, era a descrição desta cerâmica:

[...] O escovado é comum, ocorrendo também o corrugado, embora a pintura seja ausente. As técnicas decorativas incluem digitado sobre frizos aplicados ou sobre o lábio, ponteados zonados e incisão profunda nas superfícies alisadas ou através de grossos roletes não obliterados. Asas curvas nos ombros, bases planas e em pedestal são elementos característicos de origem europeia [...]. Cachimbos de cerâmica, às vezes elaboradamente esculpidos, são também característicos (LA SALVIA e BROCHADO, 1989, p. 23).

Para Agostini (1998), estas descrições caracterizam uma ampla categoria de cerâmicas, fruto do contato cultural entre indígenas e europeus e, possivelmente,

africanos. É provável que a cerâmica seja de produção local e de consumo familiar, conforme descrito por Dias Jr, em 1988. Em termos tecnológicos e funcionais, é uma ampla categoria de vasilhames de confecção artesanal, sem qualquer tratamento de superfície, presente em praticamente todo o país. Esta categoria ampla, denominada de Neobrasileira, parece ter suprido uma necessidade de diferenciação das cerâmicas históricas, das cerâmicas pré-históricas – até identificaram fases e regionalismos, mas se concentraram na identificação e descrição dos vestígios.

Ainda nos anos 1970, definiram-na como cerâmica “cabocla” e que seria confeccionada por grupos familiares, para uso doméstico, com o uso de técnicas indígenas mescladas a outras técnicas não definidas (CHMYZ, 1976 apud JACOBUS, 1996). Para Jacobus (1996), as ideias de produção local (no próprio sítio) e consumo familiar, defendida por estes pesquisadores, poderiam ser precipitadas se não fossem analisadas às relações comerciais destes objetos, pois já havia o transporte de louças, porcelanas e vidros, no século XVIII. O autor critica, ainda, a definição de tradição a este conjunto de cerâmicas, pois não é possível definir uma tradição cultural específica dos africanos, tendo em vista o complexo de etnias de origens diferentes que foram transplantadas para o Brasil no contexto da escravidão.

Na década de 1990, a tendência das pesquisas era relacionar diretamente os artefatos às culturas africanas, através de marcadores culturais, influência esta, sofrida pela pesquisadora Tânia Andrade Lima, que viu a possibilidade de pesquisa sobre os grupos escravizados, através do estudo dos cachimbos encontrados em sítios no Rio de Janeiro. Ela sugeriu a comparação das decorações incisas das cerâmicas, com as escarificações corporais (marcas na pele, causadas por lesões, através de instrumentos cortantes, formando desenhos simbólicos) de grupos africanos, como uma identificação de traços étnicos na cultura material, em sua relação direta.

No final dos anos 1990, o trabalho realizado por Agostini (1998), na região do Rio de Janeiro, focou nas táticas de resistência relacionadas às formas e funções das cerâmicas que, através das amostras de cachimbos cerâmicos, relacionou a decoração com motivos antropomorfos e zoomorfos ao estudo dos símbolos “resgatado” e dinamizados pelos grupos escravizados, como estratégias sutis de

resistência, realizadas nas atividades cotidianas para afirmação de sua cultura africana.

Symanski (2007) desenvolveu seu trabalho de pesquisa nos engenhos de Chapada dos Guimarães, na região de Mato Grosso, com a ideia de expressão de identidades diferenciadas nas decorações cerâmicas, reprodução de símbolos (*backgrounds* culturais) nas cerâmicas relacionados com significados na África subsaariana e a manutenção do nível de significância atribuída à cerâmica pelos escravos afro-brasileiros. Neste trabalho foram discutidas as táticas utilizadas pelos escravos para resistir à dominação colonial, através da reprodução destes *backgrounds* na cultura material, ou seja, através da memória de sua cultura, que era refletida nos artefatos produzidos em terras brasileiras. O exemplo utilizado para reforçar a sua tese foram os desenhos em forma de cruz, encontrados nos vasilhames cerâmicos, que foram relacionados aos cosmogramas Bacongo (etnia africana). A reprodução destes signos na cultura material representava resistência aos padrões culturais impostos pelos colonizadores, evidenciados, inclusive, pelos estudos arqueológicos no interior da unidade de habitação do senhor de engenho:

A onipresença de vasilhames apresentando um signo religioso tradicional de um grupo africano majoritário na região, presentes, inclusive, nos contextos das casas grandes, demonstra uma situação de confronto simbólico, na qual os escravos desafiaram a religião católica através da exposição de seus próprios signos religiosos mesmo no centro de radiação do poder do senhor de engenho. [...], mas de um modo tal que os senhores não reconheceram o caráter contestatório dessas expressões (SYMANSKI, 2007).

Marcos Andre Torres de Souza (2009), em Goiás, realiza um trabalho de Arqueologia da Paisagem, observando a organização dos espaços como uma construção social, desenvolvida para a manutenção da ordem estabelecida pelo proprietário do engenho de São Joaquim.

Quanto aos trabalhos realizados no Rio Grande do Sul as seguintes pesquisas se destacam: a dissertação de mestrado defendida por André Jacobus (1996) que teve como campo de pesquisa a Guarda Velha em Santo Antônio da Patrulha, onde foram analisados 1.662 fragmentos de cerâmica que foram relacionados à etnia Monjolo africana, e a tese de doutoramento de Cláudio Carle (2005), estudo desenvolvido em sítios quilombolas, também em Santo Antônio da

Patrulha, a qual considerou a persistência de traços culturais africanos nos objetos de uso cotidiano.

Atualmente, o que os estudos mostram é a tentativa de análise da interação entre os diferentes grupos sociais que ajudaram a formar a identidade dos afro-americanos (SINGLETON, 2001). Já em 2009, Souza e Symanski rediscutiram os sítios das chapadas dos Guimarães.

Outro caso é o estudo de Camilla Agostini (2011). Em sua tese de Doutorado, a autora mostra como o comércio transatlântico no período do tráfico de escravos era o ambiente propício para trocas culturais e criações originais de cultura, utilizando, portanto, o conceito de hibridização cultural, que é um conceito discutido por Fernando Ortiz, desde a década de 1970: “o filho tem um pouco do pai e da mãe, mas ao mesmo tempo é distinto dos dois” (ORTIZ apud AGOSTINI, 2011, p. 16).

Estes trabalhos desenvolveram as temáticas da resistência e de sobrevivências culturais africanas na diáspora africana (ORSER, 1998) e foram significativos para o processo de desenvolvimento da temática da diáspora africana no Brasil.

### **3 CAPÍTULO II – O CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO E A FAZENDA BOQUEIRÃO EM PORTO ALEGRE**

A Fazenda Boqueirão, espaço que compreende o sítio pesquisado, se localizava na região sul do atual município de Porto Alegre e fazia parte do contexto da história da escravidão no Rio Grande do Sul.

Neste capítulo será apresentado o histórico da ocupação da zona rural e da Fazenda Boqueirão nos séculos XVIII e XIX, um breve panorama da escravidão no Estado e em Porto Alegre e, através dos inventários, será discutido sobre a escravidão nesta Fazenda. O sítio RS.JA-18 (Fazenda Lomba do Pinheiro) corresponde à sede da Fazenda Boqueirão e o sítio RS.JA-74 (Lomba do Pinheiro), objeto deste estudo, faz parte desta Fazenda, sendo relacionada a uma unidade de trabalho, que será analisada no capítulo 3.

#### **3.1 A ocupação rural de Porto Alegre e a Fazenda Boqueirão**

A história da Fazenda Boqueirão remete às sesmarias que foram instaladas na região do Porto de Viamão (atual Porto Alegre) no século XVIII. Os sítios arqueológicos que fazem parte da Fazenda Boqueirão estariam localizados, segundo planta elaborada por Clóvis Silveira de Oliveira (OLIVEIRA, 1993, p. 35)<sup>4</sup>, entre as sesmarias de Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Rodrigues Mendes (Figura 3).

---

<sup>4</sup> Oliveira (1993) elaborou uma planta com a localização das sesmarias que deram origem a Porto Alegre.

Figura 3 – Planta com a localização das sesmarias que deram origem a Porto Alegre. Em vermelho, localização aproximada da área da Fazenda Boqueirão.



Fonte: (OLIVEIRA, 1993, p. 35).

No entanto, outros documentos sugerem que a Fazenda Boqueirão tenha sido instalada a partir da compra de terras que pertenceram a Miguel Bráz, natural de Laguna. O mesmo recebeu como doação, em 1755, da Coroa portuguesa carta de sesmaria<sup>5</sup>, que limitava a oeste com a sesmaria de Sebastião Francisco Chaves.

[...] Gomes Freire de Andrada, Cavalleiro professo na Ordem de Christo do Conselho de S. Mag. Mestre de Campo General de seus exércitos, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro com o Governo das Minas Geraes & Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que havendo Respeito a me Representar por sua petição a Miguel Bráz morador nos Campos de Viamão que ele havia estabelecido a vinte anos hua estancia com animaes vacuns e cavalares a qual teria Legoa e meya de cumprido e de largo em partes meya Legoa e em outras hum quarto partindo pelo Rumo do Nordeste com Francisco Xavier de Azambuja, pelo sudoeste com Agostinho Guterres; pella parte de leste com Francisco Rodriguez e de Oeste com Sebastião Francisco [...]<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Registro de hua carta de Sesmaria passada a Miguel Braz, 06/12/1755. In: Revista do Archivo Público Mineiro, nº 1, volume 24, 1933.

<sup>6</sup> O Sebastião Francisco a que se refere a carta é Sebastião Francisco Chaves, sesmeiro da região.

Miguel Bráz recebeu légua e meia de terras<sup>7</sup> (9,9 Km) com bois, vacas e cavalos, o que pode nos indicar que já praticava a atividade pecuária na região desde aquele tempo. Casou-se em 1748 com Isabel dos Santos Maciel, natural de Sorocaba, em São Paulo. Ele faleceu em 1785, com 70 anos. A viúva então casou-se, em segundas núpcias, em 1789, com Bernardo José da Rocha. Este, considerado “cabeça de casal”, ou seja, responsável pela negociação dos bens, vende as terras, do que se tornou a Fazenda Boqueirão, a Manuel Lourenço Mariante, natural da Ilha dos Açores<sup>8</sup>, Portugal.

Segundo o inventário (1791) de Manuel Lourenço Mariante, ele teria comprado de Bernardino ou Bernardo José da Rocha<sup>9</sup> (“cabessa de cazal”), terras que foram de Miguel Bráz. No inventário é possível ler a descrição dos limites territoriais da fazenda<sup>10</sup>:

“Um rincão de campo sito no distrito de Viamão com três quartos de légoa de comprido e de largo um quarto pouco mais ou menos, que foi do defunto Miguel Brás e o houve o dito seu falecido marido por compra que dele fez por escritura pública que se acha na Nota do *Tabalião* Inácio Manuel Vieira, de Bernardino José da Rocha e sua mulher Isabel dos Santos, com as confrontações que da mesma escritura constam, cujo rincão, com casas de vivenda e arvoredos e mais benfeitorias”, foi avaliado em 700\$.

Os anos de 1789 e 1791, mencionados acima, sugerem que a sede da Fazenda tenha sido construída neste intervalo, entre o casamento da viúva Isabel dos Santos e o ano do inventário de Manuel Lourenço Mariante.

O Rio Grande de São Pedro, como foi primeiramente chamado o Rio Grande do Sul, foi palco de longas disputas entre as potências Ibéricas Espanha e Portugal, desde que tiveram conhecimento de sua existência, no século XVI (PESAVENTO, 1999). Devido ao descontentamento por parte de Portugal com a demarcação do Tratado de Tordesilhas, que tornou parte de Santa Catarina e todo o território sulino do Brasil propriedade espanhola, os portugueses conseguiram junto ao Papa Inocêncio XI, em 1676, que a demarcação se estendesse até o Rio da Prata até a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro. A partir de então, para os portugueses, que nascessem à margem esquerda daquele rio, seriam portugueses, assim como as

<sup>7</sup> O valor de uma légua equivale a 4,35 ha (FARINATTI, 2010).

<sup>8</sup> 4º Livro de batismos de Viamão (1782-1789), p. 38.

<sup>9</sup> A forma de escrever poderia variar de acordo com o notário.

<sup>10</sup> APERS, 1º Cartório de Órfãos, nº 155, maço 10, estante 2, 18/4/1791, inventário.

suas terras. Foi neste contexto que fundaram Colônia do Sacramento, em 1680, e seis anos depois fundaram Laguna, chefiados pelo capitão-mor Francisco de Brito Peixoto. Enquanto isso, os espanhóis jesuítas ampliavam seus povos, chegando até os afluentes do Rio Jacuí, na tentativa de ligar-se ao mar, isolando o Brasil dos portugueses (MACEDO, 1998).

A ocupação deste território meridional por parte dos portugueses tem como marco uma das primeiras expedições realizada por João de Magalhães, genro de Domingos de Brito Peixoto, que comanda, a partir de Laguna, em 1725, uma das primeiras “entradas” na área espanhola. O empreendimento não teve a finalidade de povoação, mas foi responsável por deixar ali os colonos de produção e os estancieiros (MACEDO, 1998).

Os bandeirantes paulistas, ao longo do século XVII, fizeram suas tentativas de expansão rumo ao sul, impulsionados pela busca e apresamento de mão de obra indígena, tendo em vista que os holandeses estavam dominando a região açucareira do nordeste e as zonas açucareiras da África, que forneciam mão de obra negra para o trabalho escravo nos engenhos. Os paulistas se especializaram no apresamento dos indígenas com a finalidade de vendê-los para a região açucareira. Lançaram-se contra as Reduções Jesuíticas espanholas para apresar os indígenas. As Reduções espanholas dedicaram-se à agricultura e formaram estâncias de criação de gado trazido da província argentina de Corrientes (PESAVENTO, 1997).

O resultado deste combate gerou a posse de muitos indígenas pelos paulistas e a fuga dos padres, com os índios que restaram, para a outra margem do Uruguai, abandonando o gado que se reproduziu solto no pampa, o qual tornou-se selvagem (MACEDO, 1998; PESAVENTO, 1997).

Por mais de um século a região do atual Rio Grande do Sul ficou inexplorada, por estar desvinculada do contexto da agricultura colonial dos engenhos de açúcar, que se desenvolvia na região litorânea brasileira. Na passagem dos séculos XVII para o XVIII, momento em que se faziam grandes descobertas de ouro e outros metais preciosos no interior do Brasil, principalmente na região de Minas Gerais, desencadeou uma demanda para o trabalho nas minas, de animais para corte e tração (PESAVENTO, 1999). Os portugueses oriundos de Santa Catarina, São Paulo e de Minas Gerais, no Rio Grande de São Pedro foram



atraídos ao sul do Brasil, neste período, com a finalidade de apreensão do gado xucro (selvagem), solto nos campos de Viamão. (MACEDO, 1998; PESAVENTO, 1999). “Não pretendiam estabelecer vizinhança nem “criar” povo, mas vender o gado para outras capitanias” (MACEDO, 1999, p. 20).

Portugal construiu o *Presídio Jesus Maria José* no ano de 1737, em Laguna, como primeiro posto avançado de defesa, dando condições de estabelecer o primeiro povoado a oeste do meridiano de Tordesilhas. Este processo de povoamento inicia-se com autorização por Carta Régia, em 1746, com a emigração de mulheres do Rio de Janeiro e de casais açorianos para Santa Catarina e Rio Grande. Parte dos casais açorianos que vieram para o Rio Grande de São Pedro ficariam provisoriamente no Porto do Viamão, até que se cumprisse o Tratado de Madri (1750), quando Portugal fez o acordo de trocar os territórios de Colônia de Sacramento pelas Missões Jesuíticas, de propriedade dos espanhóis, ficando o Rio Grande de São Pedro quase com os contornos atuais. O império português acelera a vinda dos açorianos para povoar o território e, parte vai para Rio Grande, parte vai para a foz do Jacuí, onde ficava o Porto de Viamão, região de importância geográfica estratégica, pois era uma área litorânea, o que facilitava o transporte de pessoas e de animais (MACEDO, 1998).

Em 1763, os espanhóis atacam Rio Grande e colocam fim ao Tratado de Madri, expulsando a população açoriana de Rio grande, forçando-os a ocupar a margem norte e esquerda do rio Jacuí até Rio Pardo.

Neste ínterim, inicia-se o processo de formação da cidade de Porto Alegre, pois os açorianos que foram arranchados provisoriamente nos limites das terras do sesmeiro Jerônimo de Ornellas (um dos primeiros sesmeiros da região do Porto de Viamão). Com o rompimento do Tratado de Madri, que prometia assentar os casais em terras missioneiras, a promessa também foi rompida e, do porto não mais saíram, fazendo parte da formação populacional do que veio a ser a cidade de Porto Alegre.

Desde 1732, Jerônimo de Ornellas estava instalado no Morro Santana em uma casa simples com pedras de granito e telhas vindas de Laguna, tendo recebido, por carta de sesmaria, em 1740, uma estância com a finalidade de criação de gado

para abastecer as minas (PESAVENTO, 1999). Foi devido a isso que a cidade era conhecida popularmente por Porto do Dorneles.

Com o estabelecimento destes casais açorianos no porto do Dorneles, no ano de 1772, nascia a Freguesia de São Francisco dos Casais, separada de Viamão, por localizar-se às margens do Guaíba, entre os campos de Viamão, o Jacuí e o Porto de Rio Grande (PESAVENTO, 1999). Por estar numa posição estratégica, o local oferecia vantagens à instalação da capital da província, pois através do porto, pela lagoa ou pelo Jacuí, poderiam atender às duas fronteiras na defesa do território dos espanhóis, Rio Grande e Rio Pardo (MACEDO, 1998).

Em 1773, surge a Freguesia Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, data de formação do núcleo urbano, com as devidas marcações das primeiras ruas da vila (o que atualmente corresponde ao centro de Porto Alegre). Somente foi elevada à Vila, de fato, em 1810, com o estabelecimento do pelourinho, símbolo do poder real, onde executavam as sentenças e, na falta de imprensa, divulgavam os avisos oficiais, no Largo da Força (atual Praça Brigadeiro Sampaio), com as devidas formalidades da assinatura do *Auto de Criação*, com pessoas da nobreza e a população participando da solenidade onde se realizava o ato de levantar o pelourinho (MACEDO, 1998).

O primeiro núcleo urbano na área rural de Porto Alegre foi a Freguesia de Belém<sup>11</sup>, local onde foi fundada a segunda paróquia da Vila Porto Alegre, em 1830. Foi elevada ao título de Freguesia somente em 1846, de acordo com a Lei nº 34, de 6 de maio de 1846, passando a ser a segunda freguesia da cidade, local onde se registravam nascimentos, casamentos e enterravam-se os mortos. Em alguns momentos a capela não apresenta registro, principalmente no período da Guerra dos Farrapos, como nos afirma Rubem Neis no artigo publicado no Jornal Folha da Tarde de 1972:

De 1841 a 1845 não há registros em Belém Velho. É um fenômeno que se percebe durante a revolução farroupilha em muitas paróquias, onde os livros de registros eclesiásticos foram interrompidos por alguns anos. A revolução causou enormes prejuízos às pesquisas genealógicas, pois há um hiato nos dados de muitas famílias daquele tempo. Tem-se a impressão

---

<sup>11</sup> Passa a chamar-se de Belém Velho, em 1880, com a fundação de Belém Novo, no extremo sul de Porto Alegre.

de que a maior parte dos párocos do interior havia fugido de suas freguesias.

É o que também afirma D. Manuel do Monte Rodrigues Araújo, bispo do Rio de Janeiro com jurisdição sobre o Rio Grande do Sul, em sua Pastoral dirigida aos rio-grandenses logo após o termino das lutas: “A maior parte dos Párocos, antigos e inteligentes do seu ofício, achavam-se fora das suas Igrejas, as quais por isso estavam ou viúvas de legítimos Pastores, ou ocupadas por intrusos. Aqueles Párocos, fiéis aos seus deveres como cidadãos, e vendo que não podiam já exercer o ministério paroquial, segundo as normas do Evangelho e as regras da Igreja, sendo assim que os revoltosos queriam a liberdade nas coisas religiosas, do mesmo modo que pretendiam estabelecê-la nas políticas ou civis, aqueles Párocos emigraram para esta Corte, ou para o Estado Oriental, ou refugiaram-se nas duas cidades e vila que permaneceram sob a legalidade” (FOLHA DA TARDE, 1972).

Na primeira metade do século XIX, a Fazenda Boqueirão estava inserida na Freguesia de Belém. Atualmente, a área da antiga Fazenda está situada no Bairro Lomba do Pinheiro, sendo este relacionado à atividade agropecuária, na zona rural de Porto Alegre. A sua urbanização remonta ao final dos anos de 1940 (FREIRE, 2000). Esta região passou a se chamar como tal através da Lei 2002, de 07/12/1959 (ROSA, SOARES e SANTOS, 2009).

Através da análise cartográfica foi possível verificar algumas vias de acesso à Fazenda, através das antigas nomenclaturas. Porém, não há uma produção significativa de mapas ou plantas referentes à região sul da cidade no século XIX. O primeiro mapa abrangendo todo o município data de 1896, onde estão indicadas as principais estradas, arroios e a Freguesia de Belém. Trata-se de um mapa topográfico e toponímico, mas não foi possível localizar a área em estudo (Figura 4).

Figura 4: Parte da Planta Topographica e Orographica do 4º e 5º Districto do Município de Porto Alegre, setor Nordeste, 1896 (CD-ROM do IHGRS). Em destaque a localização aproximada da Fazenda Boqueirão.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

Através da análise dos mapas sobre as principais vias de acesso a Fazenda Boqueirão, é possível observar algumas alterações nas denominações. O acesso à oeste da Fazenda, no século XIX e na primeira metade do XX, chamava-se Estrada de Belém Velho (Figuras 4 e 5). Já na segunda metade do século XX (Figura 6) ela assume a denominação de Estrada do Boqueirão. Atualmente ela assume a denominação de Estrada Afonso Lourenço Mariante.

O acesso à leste da Fazenda, a principal avenida de acesso ao bairro desde o século XIX e até primeira metade do século XX chamava-se Estrada da Tiririca (Figuras 4, 5 e 6). Somente através da Lei 7954, de 08/01/1997, passa a se chamar Estrada João de Oliveira Remião, em homenagem a um comerciante dono de um armazém no começo do século XX (FREIRE, 2000), vigorando até os dias atuais. É importante salientar que esta família teve relação com a história de ocupação da Fazenda Boqueirão e do sítio em estudo, pois a área atualmente pertence a Edemar de Oliveira Remião, neto de João de Oliveira Remião.



Figura 5 – Planta Geral do Município de Porto Alegre – Intendência Municipal - 1919. Detalhe em amarelo, localização aproximada da Fazenda Boqueirão; em verde, a Estrada de Belém Velho; em azul, a Estrada da Tiririca; em vermelho, área onde foi realizada o empreendimento.



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho apud OLIVEIRA, 2011.

Figura 6 - Detalhe da Planta dos arredores de Porto Alegre – In: Lembranças de Porto Alegre 4 ed. Editora Globo, 1965 (1ª ed 1954). Detalhe em amarelo, localização aproximada da Fazenda Boqueirão; em verde, a Estrada do Boqueirão; em azul, a Estrada da Tiririca; em vermelho, área onde foi realizada o empreendimento.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011).

No Mapa Topográfico do Município de Porto Alegre 1939-1941 foi possível localizar a área da sede da Fazenda Boqueirão<sup>12</sup>, RS.JA-18 e a localização do sítio RS.JA-74 (Figura 6). Nota-se a nomenclatura “do Boqueirão” ao norte, referindo-se a Estrada do Boqueirão.

Abaixo (Figura 7), a imagem de satélite evidencia as principais vias de acesso aos sítios RS-JA.18 e RS-JA.74, respectivamente, Estrada Afonso Lourenço Mariante, antiga Estrada Boqueirão, e, Estrada João de Oliveira Remião, antiga Estrada Tiririca.

Figura 7 – Sobreposição do Mapa Topográfico do Município de Porto Alegre 1939-1941, folha XXII. Acervo Secretaria de Planejamento Municipal - Unidade de Documentação. Em vermelho a localização dos sítios arqueológicos: 1 - RS.JA-18; 2 – RS.JA-74.



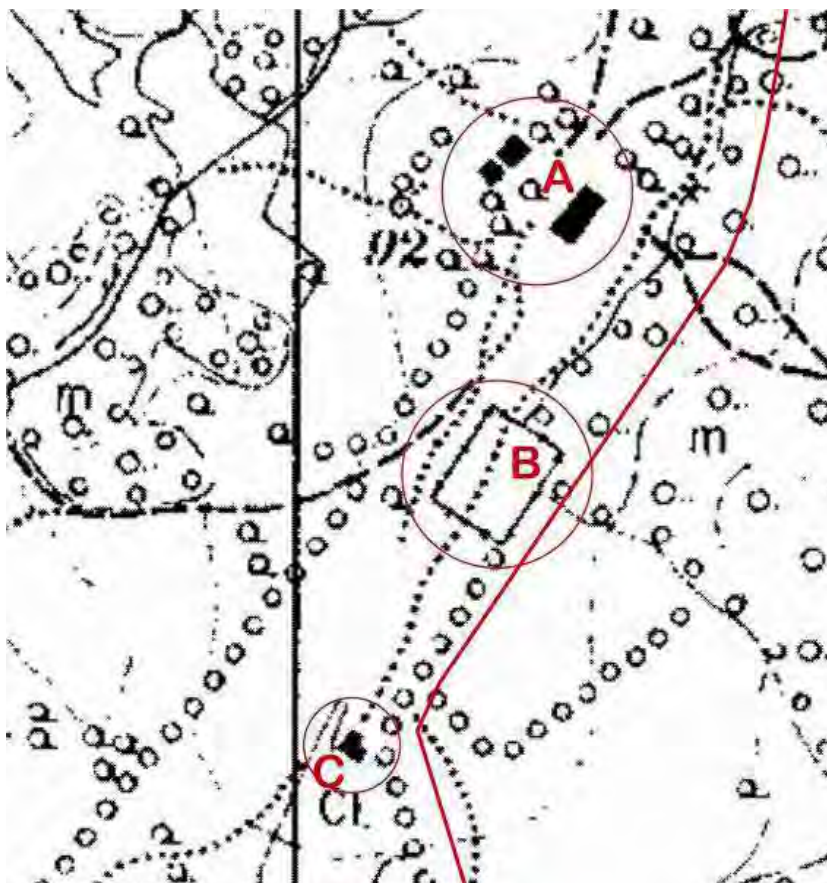
Fonte: Google, 2015.

Num recorte deste mesmo mapa, Oliveira (2012) identificou as edificações ligadas à sede da fazenda (sítio RS.JA-18), a taipa de pedras e outras estruturas (Figura 8).

<sup>12</sup> Documentação apresentada em Oliveira, 2012.



Figura 8: Detalhe do Mapa Topográfico do Município de Porto Alegre 1939-1941, folha XXII. Em vermelho limite do empreendimento - letra A indica as edificações ligadas à sede; letra B localização da taipa de pedra; letra C edificação. Acervo Secretaria de Planejamento Municipal - Unidade de Documentação.



Fonte: (OLIVEIRA, 2012).

### 3.2 Fazenda Boqueirão: histórico e características

O interesse pela preservação da Fazenda Boqueirão iniciou com o registro do sítio RS.JA-18 – Fazenda Lomba do Pinheiro no ano de 1999. Os limites do sítio se restringem as estruturas da sede, delimitadas pela equipe do Museu Joaquim José Felizardo.

As estruturas evidenciadas na sede da Fazenda são a casa de moradia construída com tijolos, no mesmo alinhamento uma edificação em pedra, provavelmente tendo a função de cozinha, e o engenho de moer farinha (Figuras 9, 10, 11, 12). Salvo as devidas alterações antrópicas mais recentes como os azulejos, a casa de moradia da sede da fazenda apresentava traços da arquitetura luso-

brasileira, de forma retangular, com grossas paredes. A cozinha estava localizada atrás da casa (ROSA, SOARES e SANTOS, 2009:13)<sup>13</sup>.

Figura 9 – Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Casa de moradia (frente com porta), à direita, e ruínas do engenho, à esquerda.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.

Figura 10 – Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Casa de moradia.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.

---

<sup>13</sup> O Museu Joaquim José Felizardo, em 2007, constatou que as estruturas tinham sido quase que totalmente destruídas, restando apenas ruínas.



Figura 11 – Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Casa de moradia com cozinha à esquerda da imagem.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.

Figura 12 – Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Engenho de moer farinha ou atafona.



Fonte: MJJF/PMPA, 1999.

É possível notar, através do inventário de Manuel Lourenço Mariante (1791) e no registro fotográfico mais recente dos vestígios da fazenda, que já existia o estabelecimento de um núcleo de moradia e trabalho, formando a sede da fazenda, em meados do século XVIII. A carta de sesmaria informa que Miguel Braz (1755)

tinha bois, vacas e cavalos e, no inventário de Manuel Lourenço Mariante nos conta a inventariante, sua esposa Dona Maria Silveira, que havia:

um Rincão de campo reto(?) no distrito de Viamão três quartos de legua de comprido e de largo um quarto pouco mais ou menos que foi do defunto Miguel Brás e o houve o dito seu falecido marido por compra que dele fez por escritura publica que se acha na Nota do Tabelião Ignaus Manoel Vieira, de Bernardino Jozé da Rocha e sua mulher Izabel dos Santos com suas confrontações [...] casas de vivenda e arvoredos e mais benfeitorias.

No mesmo registro realizado pela equipe do Museu Joaquim J. Felizardo, em 1999, foi fotografada a casa de atafona (uma das possíveis benfeitorias citadas pelo inventário de Manuel Lourenço Mariante), onde eram produzidas farinhas, possivelmente para consumo local e comercialização (ver figura 13).

Considerando que Manuel Lourenço Mariante era açoriano, este seria mais um indicativo de que ele tenha construído as casas de moradia no estilo luso-brasileiro, construções típicas dos primeiros portugueses que ocuparam o Rio Grande de São Pedro, que tentavam reproduzir o estilo lusitano. Contudo, as condições socioeconômicas e o ambiente determinaram essas construções de casas na formação arquitetônica regional (MACEDO, 1987; LEMOS, 1996).

A atafona era o local onde se conservavam e moíam os cereais, bastante associada à cultura açoriana no Brasil essa casa continha o moinho que podia funcionar por tração humana ou animal bem como uma série de outros utensílios utilizados no processo de fazer farinhas. Supõe-se que eram moídos grãos de milho, trigo e a mandioca, tanto para consumo interno da fazenda como para vendas e trocas com outras famílias na cidade (ROSA, SOARES e SANTOS, 2009).

Figura 13: Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Engenho ou atafona já em processo de arruinamento.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.

Nesta mesma pesquisa foram registradas, dentro da antiga atafona, peças de madeira de engrenagem do moinho e uma pedra mó de moer milho (Figuras 14, 15 e 16). Na edificação que corresponderia à cozinha, foram encontrados um pilão de madeira e um forno de tijolos (Figuras 17 e 18). Parte deste material está sob salvaguarda do Museu Joaquim José Felizardo.

Figura 14: Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Peça de engrenagem da atafona.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.

Figura 15: Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Peça de engrenagem da atafona.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.

Figura 16: Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Pedra mó de moer milho.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.



Figura 17: Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Vestígios do pilão de madeira no interior da cozinha.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.

Figura 18: Sítio arqueológico Fazenda Lomba do Pinheiro – RS.JA-18. Vestígios do forno de tijolos.



Fonte: CCS/PMPA, 2000.

As informações do inventário de Manuel Lourenço Mariante (1791) indicam atividade relacionada à prática da pecuária. Conforme é possível verificar na tabela abaixo (Tabela 1), Mariante era ainda um proprietário de pequeno vulto, com menos de 2000 reses (FARINATTI, 2010):

Tabela 1: Inventário de Manuel Lourenço Mariante.

<b>Animais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor por unidade</b>	<b>Valor total</b>
<b>Bois mansos</b>	23	2 mil réis cada	46 mil réis
<b>Reses<sup>14</sup></b>	348	1 mil cada	348 mil
<b>Cavalos mansos</b>	23	2 mil cada	46 mil
<b>Éguas chucras</b>	60	320 réis	19\$200

Fonte: Autora

Manuel Lourenço Mariante deixa o que seria a sede da Fazenda Boqueirão a seu filho Joaquim Manoel da Silva Mariante (1837)<sup>15</sup>. No inventário aparecem as primeiras referências sobre engenho de farinha, armazém, cozinha e forno.

É no inventário de José Joaquim da Silva Mariante (1874)<sup>16</sup>, filho de Joaquim Manoel da Silva, que se percebem as atividades econômicas com maior ênfase e detalhamento, sejam elas relacionadas a criação de gado, agricultura e processamento dos produtos de engenho. Este descreve vários poteiros (Pedras, Rincão dos órfãos (com uma roça de mandioca), do Manoel Joaquim de Freitas, Parede de Pedra, do Rincão, Potreiro Novo e Potreiro dos Lavradores (com uma roça de mandioca), além de mencionar 54 bois, 26 novilhos, 486 rezes, 2 cavalos mansos, 25 éguas mansas. Havia, ainda, uma casa de atafona construída de pedra e coberta de telha, com paióis para farinha, varandas e utensílios para fazer farinha, engenho de moer cana e pedras de moer grãos. Uma casa que serve de depósito de milho, uma casa que serve de senzala, uma casa de estribaria, um “telheiro” que serve de estribaria para terneiros.

Além destas informações, o inventário descreve as casas e as estruturas relacionadas à moradia: uma casa de moradia forrada e assoalhada, construída de tijolos, coberta de telhas, com outra junto a mesma forrada, com parte assoalhada e parte ladrilhada de tijolos, com pátio e cozinha; outra casa independente destas, construída de pedra, coberta de telhas, forrada e assoalhada com pátio e cozinha.

<sup>14</sup> Boi xucro.

<sup>15</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), nº139, 1837.

<sup>16</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), nº 416, 1874.

Slenes (2011) analisa as habitações dos escravos na região sudeste como estruturas retangulares, com paredes de barro, telhado de palha ou telhas e, por serem construídas próximas a sede, estavam sob a vigilância dos senhores.

José Joaquim da Silva Mariante deixa de herança para seu filho Angelo Lourenço Mariante o Potreiro das Pedras, Potreiro do Manoel Joaquim de Freitas, Potreiro Parede de Pedra, Potreiro do Rincão, o qual é descrito como terminando no barranco, o Potreiro novo, o escravo Jeremias e o Leandro.

O inventário de Ângelo Lourenço Mariante (1888)<sup>17</sup> indica a continuidade das atividades através do registro da casa de atafona, casa que serve de paiol do milho e “senzala das pretas” junto a mesma, utensílios de fazer farinha e moer cana, pedras de moer grãos, roças de mandioca e poteiros, como o Potreiro do Rincão, que ficou de herança para seu filho Antero e o Potreiro do Barranco que ficou para seu filho Antônio. Para o filho Afonso Lourenço Mariante deixou, entre outros bens, a casa de atafona e seus pertences e a casa de moradia. São estas estruturas as que permanecem até hoje e que foram deixadas como herança a Rafaela Serpa, sua afilhada, após sua morte em 1925 (ROSA, SOARES e SANTOS, 2009).

É interessante notar a descrição da “senzala das pretas” tendo em vista que há um consenso entre os estudiosos nesta área que a produção de artefatos cerâmicos foi atividade feminina, tanto nas comunidades indígenas quanto nas africanas (LA SALVIA e BROCHADO, 1989; DELLE, 2009).

Rafaela Serpa casou-se com João de Oliveira Remião, (nome atual da principal avenida de acesso ao bairro Lomba do Pinheiro). Viúva, Rafaela casou-se novamente com João Grohmann e, ainda em vida, vende parte de suas terras com a sede da Fazenda Boqueirão à família Chaves Barcellos. Até este momento a família manteve parte das atividades produtivas da Fazenda – criava gado, plantava frutas, tinha roças de milho e mandioca e armazenamento de leite (ROSA, SOARES e SANTOS, 2009). Parte da fazenda ficou de herança para os filhos de Rafaela com João de Oliveira Remião.

A área em que o sítio RS.JA-74 está localizado é de propriedade de Osmar Remião e Filhos LTDA. A empresa é da família Remião, sendo um dos sócios o Sr.

---

<sup>17</sup> APERS, processo nº 59, 1888.

Edemar Remião. Sendo o único herdeiro vivo, neto de Rafaela Serpa (herdeira de Afonso Lourenço Mariante) revela, em entrevista realizada ao Museu Joaquim José Felizardo, que as terras onde se encontram o sítio foram parte da propriedade da Fazenda Boqueirão:

A primeira divisão das terras do velho Lourenço (lê-se Angelo Lourenço Mariante), em 1890, fica parte da propriedade para os filhos Afonso e Antero. Da parada 6, que é a atual estrada Afonso Lourenço Mariante, até a parada 8, que é a atual Rua Goiás, ficou para o Afonso. Da Rua Goiás até a parada 15, ficou para o Antero<sup>18</sup>

Esta informação acima confirma uma relação direta entre a sede da Fazenda Boqueirão e o sítio em estudo.

O inventário de Angelo Lourenço Mariante, de 1888, indica a existência de vários poteiros, tais como poteiro dos lavradores, poteiro dos escravos e poteiro do barranco. É provável que o sítio RS.JA-74 possa ter sido uma unidade de trabalho da Fazenda com um destes poteiros. Se considerarmos a declividade acentuada ao sul das estruturas identificadas no sítio, há a possibilidade que ali estivesse localizado o Poteiro do Barranco e/ou do Rincão, o qual, segundo o inventário de Angelo Lourenço Mariante, terminava num barranco. A declividade é observada na Planta Topográfica e Orográfica do 4º e 5º Distrito do Município de Porto Alegre, setor Nordeste, 1896 (Figura 5).

A Fazenda Boqueirão estava inserida num contexto rural de produção agropecuária, nos séculos XVIII e XIX. Viajantes como Saint'Hilaire, Nicolau Dreys e Arsène Isabelle, que passaram em Porto Alegre entre 1817 e 1834, comentavam sobre chácaras e fazendas que existiam nos arredores da cidade, abastecendo-a de frutas, hortaliças e verduras (NOAL FILHO e FRANCO, 2004). Além do abastecimento de hortifrutigranjeiros, as fazendas poderiam fornecer a cidade animais abatidos, devido ao registro da existência de diversos matadouros no município (PESAVENTO, 1999). Antônio Álvares Coruja (1996, p. 47), cronista da primeira metade do século XIX, comenta sobre um matadouro nas proximidades da cidade:

[...] para o lado dos fundos da Caridade, estendia-se um imenso curral formado de grossos moirões servindo de matadouro, onde nos dias de

<sup>18</sup> Registro oral concedido pelo MJJF a esta pesquisa. Entrevista realizada em 17/09/2007.



semana os desocupados e nos dias santificados os caixeiros e moleques iam matar o tempo divertindo-se em ver matar bois. Era um gosto ver o rapazio trepado nos moirões e alguns bem pontiagudos, a observar como se executava toda aquela matança, sob a direção do denominado Domingos do Açougue.

A fotografia abaixo (Figura 19), de autoria de Viehhof, que esteve em Porto Alegre no início do século XX, ilustra como seria uma fazenda com potreiro.

Figura 19: Fazenda com potreiro.



Fonte: Fototeca Sioma Breitma.

Conforme Diogo M. Costa (s.d), havia dois tipos de processo produtivo na zona rural, as Chácaras, cuja atividade produtiva é basicamente hortifrutigranjeiro e voltado para o consumo interno e posteriormente para o comércio, e as Estâncias, cuja atividade principal é a criação de gado. A prioridade é a venda e as relações de trabalho escravista e assalariada. Porém, é comum neste período a combinação de duas ou mais formas de relações de trabalho, como é o caso da Fazenda Boqueirão.

### 3.3 Um breve panorama da escravidão no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre e os escravos da Fazenda Boqueirão

A História da escravidão no Rio Grande do Sul foi inicialmente representada por pesquisadores dominados por estereótipos existentes em seu tempo, influenciados em *Casa-Grande e Senzala*, em 1933, por Gilberto Freyre, ressaltando a submissão dos negros, negando algum tipo de subversão da ordem e, ainda, o fator positivo da civilização introduzida pelos brancos nestas sociedades que

considerava, beirando a promiscuidade realizada por animais, animalizadas. Já Caio Prado Jr, na década de 1940, irá homogeneizar totalmente a cultura dos negros na cultura imposta pelos brancos. Florestan Fernandes e Roger Bastide, antropólogos dedicados a analisar o cativeiro na década de 1960, também não consideraram a agência escrava, ou seja, a capacidade dos cativos resistirem seja cotidianamente ou explicitamente ao sistema escravista das fazendas brasileiras (SLENES, 2011).

As primeiras pesquisas que começaram a destacar o papel do trabalho escravo na província rio-grandense foram desenvolvidas nos final dos anos 1960, por Fernando Henrique Cardoso, nas charqueadas pelotenses (FARINATTI, 2010).

Na década de 1980, Mario Maestri (1984) desenvolveu suas pesquisas sobre a capacidade de resistência dos escravos no universo charqueador. Diversos outros autores (DACANAL, PESAVENTO, 1980) seguiram esta tendência de discutir temas econômicos e sociais, relacionados aos grandes criadores de gado, pondo um fim, através de intensa análise em fontes primárias, à visão da historiografia clássica, ao mito da democracia racial entre senhores e escravos, de que a escravidão no Rio Grande do Sul foi branda ou inexistente e que nas grandes estâncias e fazendas não seria possível a sua vigilância, por isso não haveria necessidade de mão de obra escrava, mas de peões livres. As críticas a esta visão foram direcionadas em análises das relações de dominação e resistência (FARINATTI, 2010; GOMES, 2012).

A historiografia clássica de Porto Alegre, até a década de 1960, tais como Aquiles Porto Alegre, Valter Spalding, Guilhermino Cesar, Francisco Rio-pardense de Macedo, está baseada em fontes como relatos de viajantes, atas da câmara, e memórias. Contaram a história dos primeiros povoadores sesmeiros da região, destacando Jerônimo de Ornelas como pioneiro da ocupação. Foram estes historiadores os narradores dos fatos oficiais e institucionais, como a construção de Porto Alegre como capital e seu crescimento. Não era preocupação da maior parte destes historiadores mencionar os negros, como parte da formação da cidade que se tornou Porto Alegre. O objetivo era enaltecer a presença açoriana e mais tarde a colonização italiana e alemã. Um dos primeiros a fazer um estudo demográfico, destacando a presença de indígenas e negros, foi Francisco Rio-pardense de

Macedo em sua obra intitulada *Porto Alegre: origem e crescimento*, em 1968 (GOMES, 2012).

Na década de 1980, influenciados pela escola francesa de História regional dos anos 1950 e 1960, surgiram estudos regionalizados destacando o uso de fontes como inventários *post mortem*, registros paroquiais de terras, processos judiciais e demais fontes manuscritas (FARINATTI, 2010). Nesta perspectiva, destaca-se o trabalho de Sandra Pesavento, que se preocupou com o tema da escravidão na Porto Alegre urbana.

Recentemente alguns trabalhos merecem destaque neste universo urbano da escravidão, como os intensos trabalhos de pesquisa sobre o tema da emancipação escrava, através das cartas de alforrias, do historiador Paulo Staudt Moreira (2003) e Gabriel Aladrén (2008).

O universo da escravidão no meio rural, no século XVIII, embora poucos trabalhos tenham sido realizados, destacam-se os seguintes: o trabalho de doutoramento de Fábio Kuhn, em 2006, *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*, e a dissertação de Luciano Gomes (2012), *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*.

A presença de mão de obra de pessoas escravizadas na Fazenda Boqueirão será discutida neste trabalho, através do estudo dos inventários *post-mortem* do século XVIII e XIX, anteriormente mencionados.

Nos inventários foi possível observar a origem dos escravos. No inventário de Manuel Lourenço Mariante<sup>19</sup> (1791), o registro indica que nenhum deles era nascido no Brasil, constando quatro etnias diferentes: Cabundá<sup>20</sup>, Benguela, Angola e Congo. Porém, é preciso acrescentar que todos são da macro região de Angola (FLORENTINO, 1997) e podendo ter compartilhado de semelhantes heranças africanas (SLENES, 2011; MOREIRA, 2003). Abaixo tabela (Tabela 2) com a listagem dos escravos:

---

<sup>19</sup> APERS, 1 ° Cartório de Órfãos, nº 155, maço 10, estante 2, 18/4/1791, p.4 e verso.

<sup>20</sup> O mais certo é que este nome seja Cabinda, região de Angola (FLORENTINO, 1997).

Tabela 2 - Listagem dos escravos.

Nº	Nome	Idade	Origem	Valor
1	Antonio	30 anos	Nação Cabundá	70 mil réis
2	Francisco	31 anos	Nação Cabundá	68 mil réis
3	Caetano	41 anos	Nação Benguela	67 mil réis
4	Manoel	28 anos	Nação Angola	66 mil réis
5	Gaspar	Não consta	Nação Congo	65 mil réis

Fonte: Autora.

As informações obtidas no inventário sobre a origem das pessoas escravizadas nos revela qual seria sua procedência. Porém, não é possível que tomemos como um fim em si estas informações, pois estas denominações fornecem apenas a informação do porto de onde partiram, no continente africano, como uma mera referência toponímica, que condensava em um mesmo nome várias etnias (MOREIRA, 2003), servindo de todo modo como estimativa.

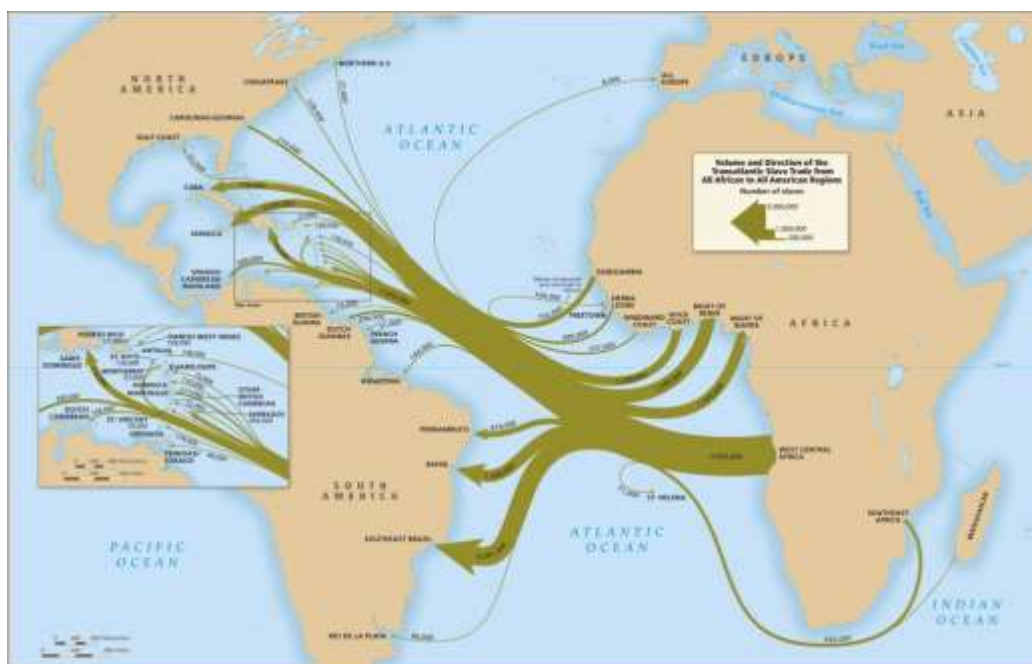
Poucos trabalhos foram realizados sobre o tráfico de escravos no rio Grande do Sul, principalmente para a primeira metade do século XVIII, que possam fornecer maiores informações a respeito das etnias específicas vindas para esta região do Brasil, Mário Maestri (1984) e Paulo Moreira (2003) são os autores que deram maior ênfase nesta direção. Maestri destaca dois grandes grupos de origem africana que vieram para a região sul: os de língua/cultura Banto, do antigo Congo, Moçambique e Angola, e os da região do Sudão, os Jeje (do Benin) e os nagô (da Nigéria).

Para as denominações listadas no inventário de Manuel Lourenço Mariante<sup>21</sup> (1791) Angola, Benguela, Cabundá (ou Cabinda) e Congo, temos a seguinte definição estabelecida pelo historiador Paulo Roberto Sautt Moreira (2003), em sua pesquisa para Porto Alegre: na região centro-oeste africana, no Congo Norte, estão localizados os grupos denominados Cabinda e Congo, sendo o primeiro identificado como porto exportador, localizado ao norte do Rio Zaire, e o segundo, abrangendo as regiões do Congo, Zaire e o norte de Angola, atualmente conhecido como região do rio Zaire.

Abaixo (Figura 20), segue o mapa com os principais portos de exportação de escravos:

<sup>21</sup> APERS, 1 ° Cartório de Órfãos, nº 155, maço 10, estante 2, 18/4/1791.

Figura 20: Mapa que mostra o volume e a direção do comércio transatlântico de escravos da África para a América.



Fonte: [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org).

Estes indivíduos vindos da África, desde sua captura, transporte e sua “adequação” ao cativeiro, são forçados a se misturarem aos seus companheiros de infortúnio (chamados *malungos*) nos navios, aos seus senhores e aos crioulos, descendentes de africanos nascidos em território brasileiro, reinventando identidades étnicas ao longo deste processo de diáspora.

Segundo Robert Slenes (2011), as fontes escritas e as pinturas dos observadores europeus brancos, tais como Rugendas, no século XIX, não conseguiram ou não eram de seu interesse dar conta das variações linguísticas, religiosas e sobre as regras e práticas familiares. Mas os estudos recentes têm demonstrado que existiam elementos comuns nas sociedades dos grupos que forçosamente “migraram” para o Brasil desde o final do século XVIII até 1850. Esses elementos não são somente de ordem geográfica, tendo em vista que partiram da África Central (região que compreende a atual Angola e a bacia do rio Congo/Zaire, o atual Gabão, parte de Camarões e a República do Congo), mas também através de um conjunto de valores comuns, tanto na cosmologia como o culto aos ancestrais, quanto no que diz respeito às relações de parentesco.

No inventário de Joaquim Manoel da Silva<sup>22</sup> (1837), o qual se pode ter acesso a relação de 15 escravos, observa-se a categoria de filiação, que pode nos dar indícios sobre as relações de parentesco estabelecidas em cativeiro e, também, é possível verificar três indivíduos de origem africana e os outros nove, descritos como crioulo ou pardo.

Tabela 3 – Relação de escravos no inventário de Joaquim Manoel da Silva (1837).

Nº	Nome	Idade	Origem	Filiação	Profissão	Valor
1	Domingos	Velho	Benguela	-	-	100\$
2	Felizardo	-	Pardo	-	-	500\$
3	Benedito	-	Crioulo	-	-	500\$
4	Rafael	-	Crioulo	-	-	500\$
5	Mateus	-	Rebolo	-	-	400\$
6	André	-	Crioulo	-	-	300\$
7	Simeão	-	Crioulo	-	-	400\$
8	Luiz	-	Pardo	-	-	450\$
9	Adão	4 anos	-	-	-	128\$
10	Maria da Luz	-	Crioula	-	-	200\$
11	Rita	-	Crioula	-	-	300\$
12	Joana	-	-	Filha de Rita	-	-
13	Rosa	-	Rebolo	-	-	400\$
14	Maria	-	Pardo	-	-	400\$
15	Eva	-	Crioula	-	-	128\$

Fonte: Autora

Robert Slenes (2011, p. 152-153) analisa recentes pesquisas sobre o sistema das relações de parentesco:

A bibliografia recente sugere mais uma generalização sobre o parentesco, relevante sobretudo para os escravos de etnias diversas transportados para o Brasil: a de que o conceito básico de linhagem, para as sociedades da África Central, é mais importante (ou é um princípio cultural mais profundo) do que a maneira específica de defini-lo. Isto é, pessoas de culturas matrilineares, patrilineares ou bilaterais (traçando a linhagem que situa socialmente o indivíduo, respectivamente através da mãe, do pai ou de ambos os progenitores), reconheceriam, ao encontrar-se, uma “gramática” do parentesco comum, e estariam dispostas, em situações-limite, a mudar a maneira de definir a linhagem antes de abandoná-la como princípio organizador da sociedade.

Em linhas gerais, alguns conceitos sobre “família” matrilinear na vasta área da África Central, com tantas etnias diferenciadas por este conceito, demonstraram compartilhar de sistemas sociais semelhantes havendo “mais espaço de manobra para os agentes históricos atuarem em situações sociais concretas” (SLENES, 2011,

<sup>22</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), nº139, 1837.

p. 153), podendo existir uma maior flexibilidade nas relações, com o intuito de solidariedade.

É possível notar que há duas crianças nesta lista, um menino de 4 anos de idade, chamado Adão, e a Joana, filha de Rita (sem descrição da idade). Em princípio, essas ocorrências podem nos levar a pensar que eles poderiam estar constituindo famílias na região. Contudo, o fato da outra criança (Joana) ser descrita nesta mesma lista como filha de Rita, pode nos levar a pensar que Adão pode ter sido comprado e trazido de outra região, ser filho de outra mãe e não de uma das escravas da fazenda. Deve-se enfatizar que o padrão de constituição da família de escravos não se dá da mesma forma como a dos senhores de escravos, por laços sanguíneos.

Slenes (2011) analisa na região sudeste do Brasil que o processo de formação da família cativa era a formação de laços de solidariedade no Novo Mundo:

A “família cativa”, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”; ou melhor, ela era apenas *uma* das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de *plantation* do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos (SLENES, 2011, p.59).

A formação desta identidade cultural no cativeiro não era uma tradição ou uma escolha, mas diante da imposição criada pelo escravismo, foi uma alternativa.

Fábio Kuhn (2006) refere-se à ideia de família cativa, como algo construído, algo que deve ser analisado em todo universo de sociabilidade em que se insere o indivíduo:

Certamente, essa imagem da família do passado continua, hoje, sendo uma construção: os tipos diferenciados de fontes e a inserção na análise de grupos sociais antes relegados à marginalidade marcam, porém, um novo patamar para a discussão. Atualmente está consolidada a opinião de que a concepção de família na Colônia deve ser bastante elástica, dado que o termo família extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais (KUHN, 2006, p. 15-16).

Young et al (2001), em seus estudos sobre a escravidão nos Estados Unidos, analisa que as mudanças não ocorriam somente da partida da África para o

Novo Mundo, mas também entre as *plantations* ocorriam alterações, como mostra o caso da mudança dos cativos levados de suas casas na Virgínia, devido ao declínio das plantações de algodão e levados para o estado do Mississippi, obrigando-os a compor novos laços de solidariedade, pois os antigos laços foram forçosamente desfeitos. Os escravizados foram obrigados assimilar novos membros para as suas famílias e novas comunidades tiveram que ser formadas para lidar com as preocupações do cativo.

Segundo Slenes (2011, p. 59), apesar de tantas diferenças étnicas, grande parte dos africanos vindos para o sul do Brasil “eram de origem ou descendência centro-africana e descobriram a “flor” na senzala a partir de experiências semelhantes no cativo e heranças culturais em comum, antes mesmo de começar a construir novos laços de parentesco”.

Outras informações puderam ser obtidas através do inventário de 1837, como, por exemplo, a utilização dos termos pardo e crioulo. Segundo Moreira (2003), era uma forma de controle exercida pelos senhores para destacar os trabalhadores recém-chegados, os quais poderiam usar marcas de nação no rosto, falar ainda o dialeto de sua cultura materna ou, ainda, mostrar os trabalhadores não adaptados aos usos e costumes locais. Descrevê-los, da forma mais detalhada possível, poderia ser útil em caso de fuga dos escravos. Para Aladrén (2008) o significado dos termos utilizados para cada escravo no Rio Grande de São Pedro variava entre uma complexa relação entre miscigenação, condição e *status* social.

O mesmo foi observado na Jamaica colonial por James A. Delle (2009), cujo termo “negro” ou “preto” era denominado às pessoas que tinham nascido na África, mesmo que tenha pertencido a uma etnia específica, muitas eram nomeadas com nome do porto de embarque na África. O termo “mulato” representava a mistura de branco e africano e o termo “mestiço” era a mistura de mulato e negro. Já o termo “mustee” ou “mestee” era considerado quando mesclavam-se branco e mestiço e, a partir deste último, havia uma variação de misturas entre as quatro citadas.

Joaquim Manuel da Silva deixa a propriedade a seu filho José Joaquim da Silva Mariante, cujo inventário de 1874<sup>23</sup>, mostra também a posse de 14 escravos, diferenciados somente como crioulos e africanos, predominantemente em idade

---

<sup>23</sup>APERS, processo nº416.



avançada e custavam mais caro do que os trabalhadores explorados por seu pai Joaquim. Já no inventário de sua esposa, Bernardina Mathildes da Silva<sup>24</sup>, de 1884, conta com o mesmo número de escravos (14), porém há uma distância de dez anos entre os inventários e as idades destas pessoas diminuem dois anos, com exceção da escrava Catharina, que remoçou 4 anos. Para Moreira (2003), o maior interesse nas descrições se dava no universo das relações do trabalho. Por isto, talvez, as idades não são descritas de forma tão precisas, pois a finalidade era mostrar se o escravo estava apto para o trabalho ou não.

A partir dessas informações, podemos observar um controle dos escravos através de categorias de idade conforme sugere Delle (2009) em suas análises na Jamaica, cuja estrutura de divisão de idades servia para organizar grupos de trabalho na *plantation*. Os recém-nascidos (ou *Pickney*, como eram chamadas pelos afro-jamaicanos) ou menores de 6 ou 7 anos de idade, tinham certo grau de liberdade, não sendo utilizados para o trabalho e poderiam conviver com crianças brancas de mesma idade, sendo cuidados por amas-de-leite negras ou pardas. Os maiores de 7 anos, a primeira categoria de trabalho, eram consideradas crianças aptas ao início do trabalho tendo o ofício de iluminar ao redor da plantação, como também capinar os pés de café. Na adolescência, jovens entre os 10 e 11 anos, tinham tarefas específicas de acordo com o gênero. As jovens eram inseridas no meio doméstico e os rapazes aprendizes de ofícios executados, geralmente, fora do ambiente doméstico, tal como a carpintaria. A categoria dos adultos, a partir dos 18 ou 19 anos, faziam o trabalho mais pesado de plantio, até atingirem a idade de 40 ou 50 anos ou até que mantivessem sua saúde para tal esforço. Ao último grupo, dos idosos, eram direcionadas tarefas menos pesadas no campo, sendo separados por gênero, ficando os homens em funções como vigia e as mulheres cuidavam das crianças, para suas mães trabalharem duro no campo, ou eram cozinheiras.

Em 1834, Cecelia Manning, uma mulher de 59 anos, ocupava-se das crianças desmamadas, Peggy Thompson (55) supervisionavam crianças amamentando no campo, Susanna Lindsay (49) assistiu às crianças sem mãe, Ann White (48) e Jane Hall (45) cuidou crianças no berçário; coletivamente estas cinco mulheres supervisionavam 47 crianças com idade entre 4 meses e 6 anos (DELLE, 2009, p. 499).

---

<sup>24</sup>APERS, processo nº2257, 1884.

No que diz respeito às questões de gênero, os inventários de José Joaquim da Silva Mariante e sua esposa, 1874 e 1884 respectivamente, indicam uma divisão nas categorias de trabalho. Com a presença de 10 homens descritos como lavradores e 4 mulheres como cozinheiras e costureiras, podem nos indicar alguns fatores nesta divisão, por ser a maior parte da mão de obra cativa ser masculina.

Nas grandes estâncias do Rio Grande do Sul rural, na primeira metade do século XIX, os escravos eram empregados tanto na agricultura como no costeio do gado e nos serviços domésticos. Havia uma preferência por homens para a lida no campo. Já os afazeres domésticos competiam às mulheres (FARINATTI, 2010; MOREIRA, 2003).

Essa diferença da preferência masculina só irá modificar-se quando do advento da necessidade de uma colheita maior ou em caso de desvio de mão de obra para outra região, como o caso de recrutamento para guarnecimento de fronteira, em caso de algum conflito (MOREIRA, 2003).

Tabela 4 – Lista de escravos, inventário de José Joaquim da Silva Mariante (1874).

Nº	Nome	Idade	Origem	Filiação	Profissão	Valor
1	Joaquim	62 anos	Africano	-	-	100 mil réis
2	João	62 anos	Africano	-	-	150 mil réis
3	Antonio	62 anos	Africano	-	-	50 mil réis
4	Jeremias	60 anos	Africano	-	-	300 mil réis
5	Miguel	58 anos	Africano	-	-	500 mil réis
6	Manoel	52 anos	Africano	-	-	70 mil réis
7	Leandro	52 anos	Africano	-	-	600 mil réis
8	Francisco	52 anos	Africano	-	-	600 mil réis
9	Adão	34 anos	Crioulo	-	-	800 mil réis
10	Thomaz	36 anos	Crioulo	-	-	300 mil réis
11	Quiteria	62 anos	Africana	-	-	100 mil réis
12	Catharina	35 anos	Crioula	-	-	600 mil réis
13	Joana	40 anos	Crioula	-	-	600 mil réis
14	Magdalena	20 anos	Crioula	-	-	600 mil réis

Fonte: Autora

Um elemento interessante que somente aparece no inventário de Bernardina Mathildes da Silva (1884)<sup>25</sup> é a descrição dos mesmos escravos, mostrando além da origem, suas profissões:

<sup>25</sup>APERS, processo nº2257, 1884.

Tabela 5 – Lista de escravizados, inventário de Bernardina Mathildes da Silva (1884).

Nº	Nome	Idade	Origem	Filiação	Profissão	Valor
1	Joaquim	60 anos	Congo	Desconhecida	Lavrador	-
2	João	60 anos	Congo	Desconhecida	Lavrador	-
3	Miguel	56 anos	Mina	Desconhecida	Lavrador	-
4	Adão	32 anos	Brasileiro	Desconhecida	Lavrador	80.000 réis
5	Thomaz	34 anos	Brasileiro	Desconhecida	Lavrador	50.000 réis
6	Quiteria	60 anos	Mina	Desconhecida	Cozinheira	-
7	Catharina	31 anos	Brasileira	Filha de Quiteria	Costureira	-
8	Joana	38 anos	Brasileira	Desconhecida	Costureira	-
9	Magdalena	18 anos	Brasileira	Filha de Quiteria	Costureira	-
10	Jeremias	58 anos	Congo	Desconhecida	Lavrador	-
11	Leandro	50 anos	Mina	Desconhecida	Lavrador	-
12	Antonio	60 anos	Congo	Desconhecida	Lavrador	-
13	Francisco	50 anos	Mina	Desconhecida	Lavrador	-
14	Manoel	50 anos	Mina	Desconhecida	Lavrador	-

Fonte: Autora

A descrição da profissão dos escravizados demonstra, segundo Delle (2009, p. 496), que havia um projeto da elite branca que incluía, tanto o uso de designações étnicas específicas, como determinar a diferença entre escravos nascidos na África e os nascidos na colônia, chamados de “crioulos”, quanto a designações da utilidade de uma pessoa no trabalho de uma plantação (*plantation*), determinando as diferentes profissões.

Segundo Delle (2009), na Jamaica, o projeto de modernidade utilizou-se da criação de taxonomias tanto para flora, fauna e pessoas, evidenciando semelhanças e diferenças biológicas e culturais percebidas. No caso dos grupos humanos, os fazendeiros jamaicanos faziam algumas distinções baseados em vários fatores, diferenciando, principalmente, os nascidos na África (atribuindo a estes designações étnicas específicas), dos nascidos no Caribe, classificados como generalizadamente “crioulos”.

Nas mentes de, pelo menos, algumas das elites coloniais brancas, determinados grupos étnicos eram propensos a traços de caráter específicos que definiram a utilidade de uma pessoa a uma plantação. Essa utilidade foi manifestada nas ocupações em que as pessoas seriam colocadas para trabalhar na plantação, como supervisores (*drivers*), trabalhadores do campo, empregadas domésticas ou artesãs (DELLE, 2000, p. 496, tradução da autora).

O fato dos inventários não informarem a profissão dos trabalhadores, para Farinatti (2010), em sua análise sobre as estâncias no sul do Brasil, em meados do século XIX, este silêncio pode representar duas intenções. A primeira que se trata

de uma preferência do inventariante ou do escrivão de ser mais sucinto. A segunda intenção é de que a profissão não declarada poderia significar a multiplicidade de funções, como o costeio do gado, a roça de alimentos, o trabalho em construções, etc.

Outra questão que o mesmo autor nos chama atenção é que a indicação da profissão dos escravos é mais comum nos fazendeiros mais ricos, que pode nos indicar uma elevação no nível social da família Mariante neste momento.

Angelo Lourenço Mariante (1888)<sup>26</sup>, herdeiro de José Joaquim da Silva, recebeu a Fazenda Boqueirão como herança. Seu inventário indica a posse de 4 escravos, sendo que 3 mulheres foram avaliadas por 250.000 réis, mas coube a cada herdeiro a quantia de 41.666 réis, com exceção de Firmino Mariante, que herdou sozinho a quantia de 100.00 pelo escravo Honorato. A respeito dos valores avaliados pelos peritos nos inventários, é importante destacar que não alcançava o prelo real de mercado, pois eram avaliados junto com demais bens, para que cada herdeiro recebesse a parte que lhes cabia (MOREIRA, 2003).

Tabela 6 – Lista de escravizados, inventário de Angelo Lourenço Mariante.

Nome	Idade	Origem	Filiação	Profissão	Valor
<b>Domingas</b>	-	-	-	-	41.666 réis
<b>Eufrazina</b>	-	-	-	-	41.666 réis
<b>Rita</b>	-	-	-	-	41.666 réis
<b>Honorato</b>	-	-	-	-	100.000 réis

Fone: Autora

A respeito da diminuição da descrição da mão de obra escrava pode estar relacionada a dois fatores: a Lei do Ventre Livre de 1871, que tornava livre toda criança nascida a partir daquela data, e as alforrias terem aumentado na década de 1880.

A lei de 1871 marca simbolicamente o início da iniciativa do estado Imperial na questão da abolição gradual da escravidão, anteriormente realizada por instituições privadas - de caráter filantrópico, obrigando todos os senhores a registrarem seus escravos (MOREIRA, 2003), podendo ter resultado na ocultação do

<sup>26</sup> APERS, processo nº59.

número real de escravos, visto que não há nenhuma descrição, além do valor avaliado.

Em relação às alforrias dos escravos, a década de 1880 foi marcada pelo aumento da resistência escrava de diferentes formas no Rio Grande do Sul, principalmente com as fugas. Essas alforrias podiam ser adquiridas de diversas formas, compradas ou adquiridas, e nem sempre eram registradas em Cartório. Este processo se dava através de um acordo verbal entre senhor e escravo ou através de algum papel não registrado (MOREIRA, 2003). Esta última demonstra uma resistência dos senhores em regularizar a situação dos escravos, que pode ser visto no inventário de Senhorinha da Silva, de 1879<sup>27</sup>, esposa de Angelo Lourenço Mariante, constando a relação de 11 escravos 9 anos antes da morte de seu marido.

Desta relação de escravos, estava José e a Thereza, com a mesma idade, e 8 crianças, sendo que eles aparecem como filhos de Thereza que provavelmente já era “avó” de Domingos, de 4 anos, filho de Frazina. Como já foi mencionado anteriormente, poderiam estas crianças não serem filhos de sangue destas mães, mas teriam constituído, assim, laços de parentesco, de solidariedade, de acordo com as circunstâncias do sistema escravista (SLENES, 2011):

Tabela 7 – Lista de escravos, inventário de Senhorinha da Silva (1879).

Nome	Idade	Origem	Filiação	Profissão	Valor
<b>José</b>	38 anos	Congo	Desconhecida	Lavrador	-
<b>Thereza</b>	39 anos	Brasileira	Desconhecida	Cozinheira	-
<b>Frazina</b>	21 anos	Brasileira	Filha de Thereza	Cozinheira	-
<b>Honorato</b>	20 anos	Brasileiro	Filho de Thereza	Lavrador	-
<b>Abrão</b>	17 anos	Brasileiro	Filho de Thereza	Lavrador	-
<b>Raimundo</b>	13 anos	Brasileiro	Filho de Thereza	Lavrador	-
<b>Israel</b>	11 anos	Brasileiro	Filho de Thereza	Lavrador	-
<b>Maria</b>	7 anos	Brasileira	Filha de Thereza	Costureira	-
<b>João</b>	4 anos	Brasileiro	Filho de Thereza	-	-
<b>Domingos</b>	4 anos	Brasileiro	Filho de Frazina		
<b>Rita</b>	1 ano	Brasileira	Filha de Thereza	-	-

Fonte: Autora

Por sua vez, D. Senhorinha deixa a herança para seu filho Afonso Lourenço Mariante<sup>28</sup> (nome da Estrada que dá acesso a sede da fazenda atualmente, antiga

<sup>27</sup> APERS, processo nº33.

<sup>28</sup> No inventário seu nome é escrito da seguinte forma: Affonso. Também aparece com ç no lugar do s.

Estrada de Belém ou Estrada do Boqueirão (Figura 7). Ele não teve filhos e deixou sua herança para sua afilhada Rafaela Serpa, filha de seus empregados Graciano Francisco Serpa e Clarinda Maria de Oliveira, em 1939.

Uma reportagem emitida pelo jornal Folha da Tarde (1943)<sup>29</sup> trata sobre a existência de escravos ainda sobre a posse de Afonso Lourenço Mariante, mas já no processo das legislações relacionadas a abolição:

Segundo entrevista realizada com a Senhora Rafaela Serpa Grohmann - Dona "Faeca", Afonso Lourenço Mariante herdou a fazenda com apenas alguns negros, pois a maioria já havia nascido sob a Lei do Ventre Livre. Também diz que boa parte das terras originais da fazenda haviam sido vendidas por Afonso Lourenço Mariante.

É importante notar, através das informações da profissão dos escravos homens, a partir do inventário de Dona Bernardina Matildes da Silva, 1874, que a grande maioria dos escravos homens estão descritos com a profissão de lavrador. Causa estranheza o fato de fazenda ter tantos poteiros e cabeças de gado aumentando significativamente, e a ausência da profissão dos escravizados ligada a pecuária. Segundo Farinatti (2010), o fato de não mencionarem a profissão dos escravos em alguns documentos, deve-se ao fato de trabalharem em diversos ofícios, tanto na agricultura como na pecuária. Conforme demonstrado nos inventários, a relação de animais como cavalos e bois reforça a ideia de diferentes ofícios relacionados ao trabalho.

Outra questão que pode passar despercebida ao analisar os documentos escritos é a descrição dos trabalhadores livres ou agregados. Os primeiros são representados por uma categoria muito ampla que, mesmo depois de obtida sua liberdade, poderia continuar vinculado ao seu senhor, seja por ônus ou por prestação de serviços (MOREIRA, 2003).

Já a segunda categoria é mais complexa, pois um agregado pode ser um parente vindo de longe como também pode ser um trabalhador livre, prestador de serviços esporádicos, contratado para colheita, por exemplo. Este grupo foi descrito pela historiografia gaúcha, para o fim do século XVIII com maioria indígena, já no

---

<sup>29</sup>Jornal Folha da Tarde de 30 de janeiro de 1943 (Fonte: Museu Comunitário Lomba do pinheiro).

início do XIX, a presença de pardos e negros aumenta, sempre superior a de brancos (FARINATTI, 2010).

Por fim, este capítulo teve a finalidade de analisar o processo de ocupação da zona rural de Porto Alegre, diante de escassa documentação produzida para a primeira metade do século XIX. Porém, através dos inventários *post-mortem* dos antigos proprietários da Fazenda Boqueirão, foi possível obter uma relação de bens móveis, imóveis e a escravaria.

Além disso, foi possível relacionar o sítio RS-JA.74 como uma unidade de trabalho da Fazenda Boqueirão (sítio RS-JA.18), provavelmente um potreiro da fazenda, que utilizava-se de mão de obra escrava e, possivelmente, livre.

#### **4 CAPÍTULO III – ANÁLISE ESPACIAL E MATERIAL DO SÍTIO RS-JA-74**

Este capítulo analisa primeiramente os trabalhos arqueológicos realizados em 2010 e 2011, que evidenciaram o sítio arqueológico RS-JA.74. A primeira pesquisa arqueológica, realizada pelo arqueólogo Alberto Tavares, evidenciou diversos fragmentos (cerâmicas, louças, vidros, telhas e ossos) e estruturas relacionada a uma ocupação do início do século XIX. A segunda escavação teve o objetivo de ampliar a área adjacente às estruturas, onde evidenciaram uma maior concentração das cerâmicas que serviram de impulso para este trabalho. E por fim, é apresentada a análise específica dos artefatos cerâmicos e um estudo comparativo com as cerâmicas encontradas em investigações realizadas em *plantations* nos Estados Unidos, no Caribe e no Brasil.

##### **4.1 Os trabalhos de campo arqueológicos no sítio Lomba do Pinheiro**

Foram realizados dois trabalhos de campo no local onde se encontra registrado o sítio RS-JA.74 – Lomba do Pinheiro. O primeiro iniciou com o monitoramento da obra de instalação de uma adutora de água e a escavação em 2010, devido ao seu potencial arqueológico e a sua relação com a área da Fazenda Boqueirão. O segundo foi um trabalho realizado em janeiro de 2011, através da equipe de arqueologia do Museu Joaquim José Felizardo, coordenada pelos arqueólogos Fernanda Tocchetto e Clóvis Leandro Schmitz, junto com a equipe de estudantes das universidades de Rio Grande, a FURG, e de Pelotas, a UFPel, com a proposta de dar continuidade à escavação nas áreas de maior concentração do material cerâmico e, ainda, verificar a funcionalidade das estruturas, evidenciadas no trabalho anterior.

Os resultados da primeira escavação, que apresento neste primeiro momento, foram todos retirados do “Relatório Final: Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo - Lomba do Sabão –

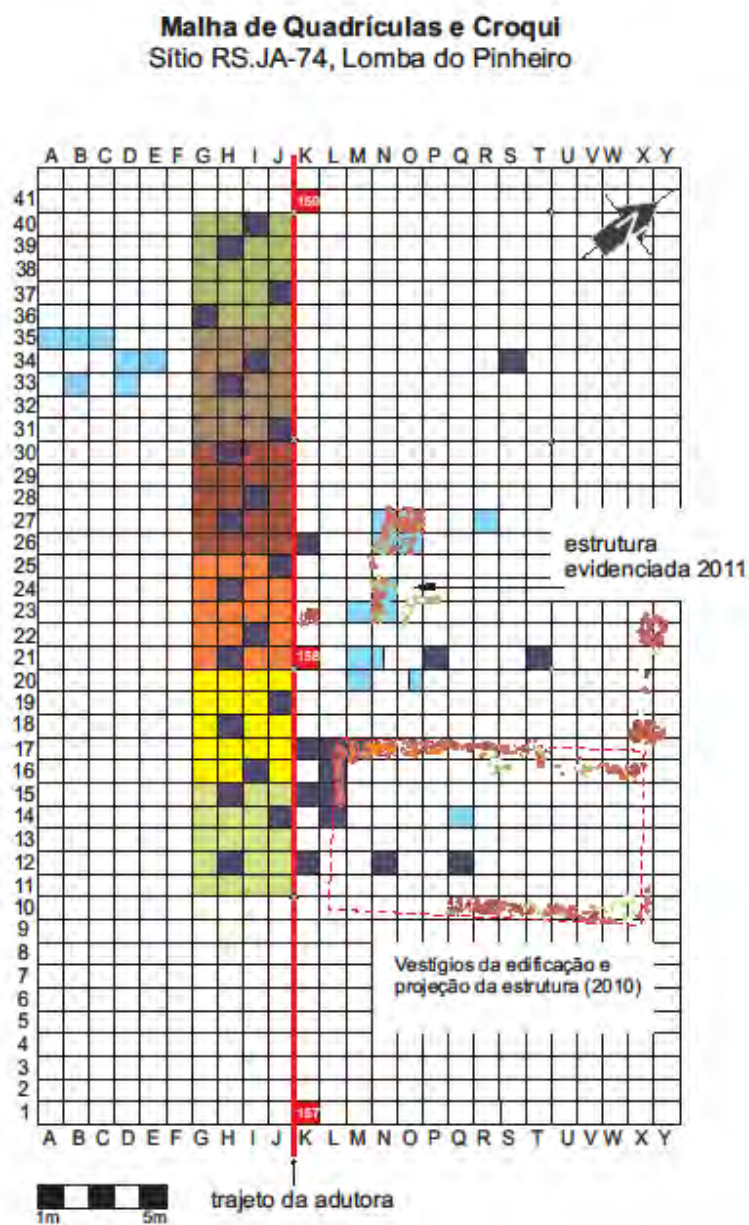


Município de Porto Alegre/RS”, produzido em 2011, pelo Arqueólogo Me. Alberto Tavares Duarte de Oliveira.

Primeiramente foi realizada a remoção de troncos e galhos, no traçado da adutora, com acompanhamento arqueológico e sem a utilização de maquinário pesado, para não interferir nas camadas do solo. Após esta retirada foram evidenciados vestígios materiais dos séculos XVIII e XIX, tais como faiança, faiança-fina, cerâmica roletada, ossos bovinos, dobradiça, cravos, bastante material construtivo como telhas capa-canal e tijolos, além de pedras irregulares relacionadas a uma possível estrutura.

Após esta limpeza realizaram sondagens de 20 em 20m (Figura 21), no traçado que seria impactado pela obra. Para um estudo horizontal do espaço, após a delimitação do todo da área do sítio, foi definida uma malha de quadriculamento de 1x1m (Figura 22), identificada por uma denominação alfanumérica, em ordem crescente de sul para norte e de leste para oeste. Foi utilizado como base para o quadriculamento o trajeto da área onde seria instalada a adutora, de leste para oeste e em quadras de 1 a 6 (20m<sup>2</sup> cada), na direção leste-oeste.

Figura 21 – Croqui da escavação do sítio elaborado a partir dos dados obtidos das duas escavações (2010 e 2011).



**Legenda:**

- Sondagens (2010)
- Quadrículas escavadas (2010)
- Quadrículas escavadas (2011)

6  
 5  
 4  
 3  
 2  
 1  
 Quadras 5x5m<sup>2</sup> (2010)

- Pedras
- Trazas
- Telhas
- Tijolos

Editoração: Clóvis Leandro Schmitz - 2013

Figura 22: Parede leste da Estrutura 1.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 45).

O sítio apresentou a seguinte estratigrafia: a primeira camada húmica, com 0,25m de espessura, e a segunda camada, argilosa avermelhada ou alaranjada. O material arqueológico foi registrado na primeira camada, sendo a segunda estéril. Porém, no relatório de escavação é descrito que “os momentos não correspondem a distintas camadas”, pois só existe uma camada de ocupação (OLIVEIRA, 2011p. 100).

Figura 23: Perfil estratigráfico evidenciando as duas camadas.



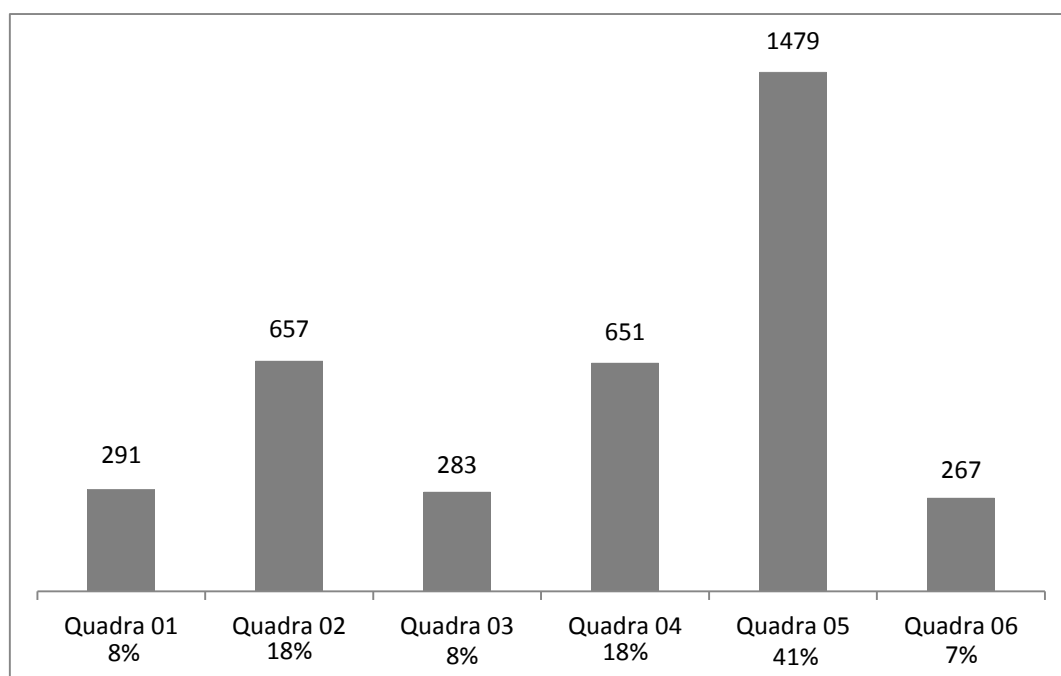
Fonte: (OLIVEIRA, 2011).

Após uma noção da dispersão espacial dos materiais arqueológicos, foram feitas algumas considerações a respeito da área. Ao evidenciar as fundações de duas edificações ao norte das quadras, foi considerado o material ao sul das mesmas, na quadra 2, como local de refugio secundário (SCHIFFER, 1991), ou seja, o local de uma lixeira (OLIVEIRA, 2011).

Portanto, devido ao grande impacto que a obra causaria no sítio, foi exigido pelo arqueólogo coordenador da pesquisa um afastamento 2m ao sul do traçado da obra, preservando boa parte do sítio. O processo de escavação foi realizado por escavadeira hidráulica, sob orientação da equipe arqueológica, a qual foi retirando as camadas, as quais passavam pelos processos de peneiramento.

Toda a área escavada ficou em torno de 120m<sup>2</sup>, porém a área de concentração do material arqueológico ficou entre as sondagens 157 e 159, na quadra 5 (Gráfico 1).

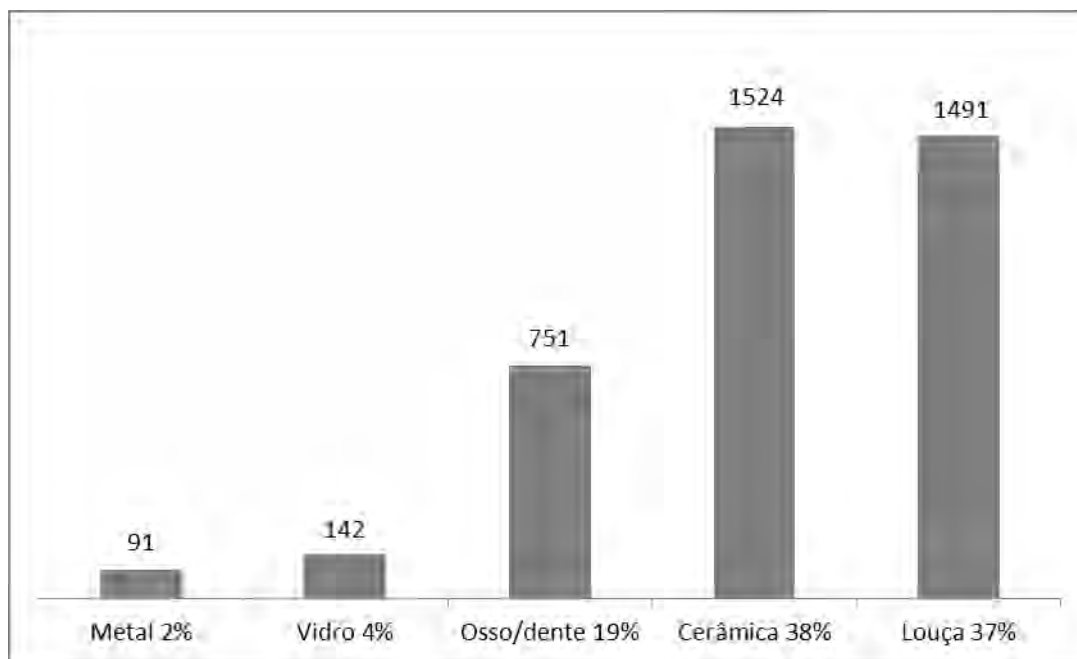
Gráfico 1- Quantidade de fragmentos por quadra.



Fonte: (Oliveira, 2011, p. 49).

Através desta escavação foi evidenciado um número significativo de fragmentos cerâmicos (1524)<sup>30</sup>, de louça (1491), de osso/dente (751) e de vidro e metal, 142 e 91, respectivamente.

Gráfico 2- Percentual geral de fragmentos por categoria material.



Fonte: (Oliveira, 2011, p. 49).

Em relação às estruturas (1 e 2) - as fundações de duas edificações, elas são constituídas de pedras irregulares e tijolos, sem a constatação de uso de argamassa. A estrutura 1 mede cerca de 12 por 7,5m formando um retângulo, entre as paredes leste e oeste, sendo que os lados menores correspondem às fachadas norte e sul, que estão bastante destruídas, provavelmente devido ao abandono do local. A conclusão do arqueólogo Oliveira (2011), de que a entrada seria pelo lado norte ou leste e os fundos ao sul, junto ao declive acentuado do terreno (barranco) procede, pois as principais estradas de acesso a este sítio estariam entre o norte e o leste.

Ao redor da estrutura foi evidenciada uma quantidade significativa de fragmentos de telha capa-canal (401 fragmentos, porém somente alguns fragmentos foram guardados como amostragem, o restante foi descartado no próprio local).

<sup>30</sup> O material cerâmico foi quantificado somando as produzidas em torno e as acordeladas.



Provavelmente o restante destas telhas possa ter sido reaproveitado após o abandono da estrutura, que serviu também como área de lavoura, devido a amontoados de pedras (ver figura 24), fragmentos de telhas e tijolos, na parte de fora da estrutura (OLIVEIRA, 2011).

Figura 24: Amontoados de pedras, telhas e tijolos presentes no terreno.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 46).

A oeste da primeira estrutura evidenciada (Estrutura 1), foram registrados outros alinhamentos de pedras no seguimento da parede norte, formando o que seria uma segunda estrutura (Estrutura 2), a qual não foi escavada. Como já foi dito, a área das duas estruturas foi preservada em relação à obra.

Estas pedras irregulares das fundações das estruturas estavam no primeiro nível de 0,10m, onde o solo foi escavado com bastante cuidado, pois a intenção era ter a noção do alinhamento das pedras e não escavar o interior da casa. Para Orser (1998), dentro das casas podem ser obtidas informações materiais a respeito de hábitos rituais dos escravos.

As estruturas ficam no topo de uma área alta, com vistas para a região oeste e norte (declividade acentuada a leste, um barranco, na linguagem popular), com pequena vertente de água na parte mais abaixo, ao leste, que faz parte da bacia hidrográfica do Arroio do Salso (OLIVEIRA, 2011).

Figura 25: Parede oeste da Estrutura 1, a qual divide as duas estruturas. Nota-se uma declividade ao leste, à direita da foto.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 45).

Os dados que apresento a seguir, em relação à segunda escavação no sítio RS-JA.74, foram obtidos do Relatório Técnico Final “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre, RS” (TOCCHETTO, 2013).

Nesta segunda pesquisa, realizada em 2011, deu-se a continuidade da escavação da quadra 5, onde foi encontrada uma concentração maior de cerâmica roletada e ossos de animais em comparação com a escavação anterior. Também foi ampliada a área das estruturas, tendo como objetivo buscar sua dimensão e sua funcionalidade. Foram abertas, 1m ao sul da quadra 5 as quadrículas B33,D33, D34, E34, A35, B35, C35 e D35 e evidenciada o que denominaram de lixeira ou área de

refugo, local onde foi recuperada a maioria dos fragmentos de cerâmica roletada (porém nenhuma cerâmica relacionada aos guaranis), se compararmos com a escavação anterior (Figura 26).

Figura 26: Instalação da malha. Notar o declive em direção ao canto superior esquerdo da imagem – no sentido SO.



Fonte: (TOCCHETTO, 2013, p. 34).

Escavaram em camadas naturais, divididas em níveis artificiais de 10 em 10cm e evidenciando três camadas do solo. A primeira camada apresenta “solo húmico, arenoso, marrom-escuro, granulometria média, com muitas raízes, compacto em algumas quadrículas. Espessura entre 10 e 30cm” (TOCCHETTO, 2013, p. 35). Nesta camada aparecem, nos dois primeiros níveis artificiais (0-20cm), fragmentos de ossos e um volume grande de telhas, não sendo muito significativa a amostra de fragmentos de cerâmica, louça, vidro e metal.

Na segunda camada o solo se mostra “arenoso marrom-claro, granulometria fina, solto, espessura entre 10 e 30cm” (TOCCHETTO, 2013, p. 36). Esta camada só aparece nas quadrículas B33 (níveis 3 e 4) e D33 (nível 3) e têm grande importância por ter sido nesta camada que recuperaram, além da grande quantidade de ossos bovinos, recipientes de cerâmica acordelada/roletada (sendo possível colar os



fragmentos de corpo, fundo, borda e alças). Outro fato que aparece em destaque é o surgimento de uma lente de cinzas na B33 e grande quantidade de fragmentos de carvão na porção sudeste da D33 (ver figura 27). Foram resgatados também vidros, metais, louças e poucos fragmentos de telhas.

Figura 27: Quadrícula D33, perfil Sul.



Fonte: (TOCCHETTO, 2013, p. 38).

A terceira camada, composta de solo argiloso alaranjado e avermelhado, compacto, se apresentou estéril, variando significativamente entre as quadrículas B33 (nível 8) e A35 (nível 4), por exemplo.

Na escavação da área de refugio, mais próxima ao barranco, foi escavada a quadrícula XX21 para verificar a existência de uma ocupação mais antiga, pré-colonial. Deu-se este procedimento em consideração à escavação anterior, pois cerâmicas consideradas de origem guarani foram localizadas no local. Constatou-se a inexistência de uma camada relacionada à ocupação do período pré-colonial, evidenciando aos 0,45m de profundidade, a camada estéril.

Do material recuperado, existe uma grande quantidade de fragmentos de cerâmica simples totalizando 309 (19% do total dos materiais escavados). A cerâmica produzida em torno e de acabamento de superfície vidrada foi separada, somando 263 fragmentos (16% dos materiais). Outra amostra significativa do material foram os ossos e dentes bovinos, resultando em 566 fragmentos (34%) e as louças com 253 fragmentos (15%). Os vidros representaram 7% dos materiais. Curiosamente, entre os objetos metálicos (6% da amostra), foi encontrada uma moeda de 20 réis em cobre identificada com o reinado de José I, Rei de Portugal e do Brasil (1766-1777), localizada na quadrícula N27, ao sul da área externa da estrutura 2 (TOCCHETTO, 2013).

Symanski (2007), em sua pesquisa no Engenho Rio da Casca, Chapada dos Guimarães (MT), encontrou um conjunto de objetos, uma moeda sobre um prato, enterrados no interior da habitação dos senhores de escravos. O autor relaciona a prática de enterrar objetos ao sistema de crenças dos africanos, que representava a ligação do mundo material dos vivos com os mortos. Também menciona que o ato de enterrar oferendas próximas à porta da casa dos inimigos era prática comum entre os Bantos de Angola. De Corse (2001) verificou que a visão de mundo dos africanos após o contato com os europeus, como em Elmina, Gana, foi adaptada na forma das práticas rituais, como o uso da louça para realização de oferendas, que foram recuperadas no registro arqueológico, sob o piso das estruturas.

Com relação às estruturas a escavação da quadrícula Q14 dentro da área da estrutura 1, nesta etapa, buscou entender sua funcionalidade e recuperou fragmentos de telhas e tijolos e pouca quantidade de metais e vidros. Escavaram somente um nível, pois ao término deste já encontraram o solo estéril. Todas as demais quadrículas foram abertas de acordo com o seguimento e alinhamento das pedras.

Em relação à Estrutura 2, ela foi ampliada no sentido oeste da Estrutura 1 e foram recuperados os mesmo tipos de materiais arqueológicos, tais como telhas e tijolos. Como não encontraram evidências da parede leste desta estrutura, foi sugerido que as estruturas fossem geminadas. Foi escavada a quadrícula N23 para medir a profundidade das pedras, que chegaram a 0,25m sem a presença de material arqueológico.

Para explicar a disposição dos materiais junto às estruturas, TOCCHETTO (2013, p. 32) sugere duas hipóteses:

a) refugio descartado nos arredores das estruturas e deslocado para o seu interior por atividades agrícolas, que podem ser inferidas por dois montículos de pedras, telhas e tijolos existentes ao norte da estrutura 2 (Oliveira, 2011). Este tipo de refugio é denominado “secundário” (Schiffer, 1991); b) os vestígios podem ser resultado do seu abandono quando as estruturas caíram em desuso ou foram demolidas. Este tipo de refugio é denominado “de fato” (SCHIFFER, 1991).

Em relação às conclusões ao final das duas escavações, temos os seguintes dados relacionados às estratigrafias: ambas evidenciaram uma camada húmica, com cerca de 30cm e uma argilosa vermelha ou alaranjada. Somente no segundo trabalho de escavação evidenciaram uma camada intermediária entre as duas, que seria arenosa marrom, de granulometria fina e solta.

O material arqueológico da primeira escavação é de uma mesma camada, a primeira, pois a segunda é estéril. Já na segunda escavação, a extensão da quadra 5, o material aparece na primeira e na segunda camada. Na camada 1, nível 1: grande quantidade de fragmentos de telhas e de ossos bovinos e menor quantidade de fragmentos de cerâmica, louça, vidro, metal. No nível 2 há o predomínio de ossos bovinos e está presente em todas as quadrículas. Na segunda camada, além dos ossos, também é evidenciada a cerâmica acordelada (recipientes praticamente inteiros), vidro, louça e metal. É importante ressaltar que na base da camada 2 surge uma lente de cinzas, junto aos ossos bovinos e muitos fragmentos de carvão (Figura 27) (TOCCHETTO, 2013).

Em relação ao material coletado nas estruturas, foram encontrados basicamente telhas e pedras relacionadas às estruturas. O fato se deve ao foco dado pela equipe que foi nas estruturas, fazendo uma limpeza superficial para analisar a disposição dos materiais.

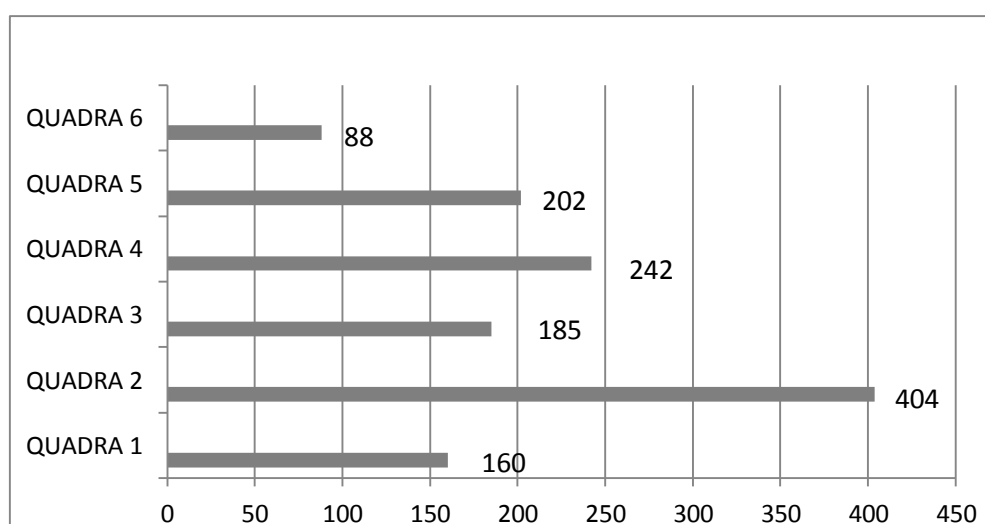
## **4.2 Considerações sobre os contextos arqueológicos: edificações e áreas de depósito de refugos**

O sítio RS.JA-74, como já foi analisado, localiza-se cerca de 1km a leste da sede da Fazenda Boqueirão (sítio RS.JA-18), sendo considerado neste trabalho, como uma unidade de trabalho da Fazenda, possivelmente um potreiro com espaço de habitação para os trabalhadores.

Foi possível observar a distribuição dos materiais em relação à posição das fundações das edificações (Anexo 1). Os vestígios das duas estruturas estão relacionadas com as quadras de 1 a 3 e, a área considerada como de depósito, com maior concentração de refugos, fica na quadra 5, seguida das quadras 4 e 2 (Figura 21). É possível relacionar a Estrutura 1 com a quadra 2, onde há maior predominância de fragmentos de louça e as quadras 4 e 5 com a Estrutura 2, com maior presença de fragmentos de cerâmica e ossos.

De acordo com a disposição dos materiais arqueológicos é possível pensar que a Estrutura 1, provavelmente, tenha tido a função de residência com entrada ao leste ou norte. Esta hipótese está relacionada a grande presença de material doméstico, principalmente, fragmentos de louça (749), nas quadras 1, 2 e 3. A maior concentração de fragmentos de louça na quadra 2 (404), sugere um refugio secundário adjacente à habitação (SOUTH, 1977 apud TOCCHETTO, 2013).

Gráfico 3: quantificação de louças por quadras.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 67).

A estrutura 2 pode ter funcionado como uma área de trabalho, como um galpão, por exemplo, considerando sua proximidade com as quadras 4 e 5, nas quais apareceu grande quantidade de cerâmica (679), ossos e dentes bovinos (505)

em comparação com as outras quadras. Esta área de depósito estaria nos fundos ou na lateral sul do galpão e seria periférica ao espaço da residência.

De acordo com Posnansky (2001), os locais de trabalho ou as áreas de atividades na Nigéria são construídos extramuros, na área aberta da fazenda ou em um dormitório próprio para isto.

Este local de trabalho que está sendo interpretado para o sítio RS.JA-74 pode ter sido de uso dos trabalhadores da fazenda, tanto para o trabalho, neste caso o trato com os animais, mas também como um abrigo (PONSNANSKY, 2001). Esta possibilidade pode ser indicada pela verificação das cinzas junto aos restos de ossos e da cerâmica, sendo o local de produção, preparo e do respectivo descarte dos restos dos alimentos.

Segundo Slenes (2011), nas fazendas do centro-sul do Brasil as fogueiras utilizadas para o preparo dos alimentos era realizada dentro das senzalas ou dos abrigos de escravos. Como o local do sítio serviu de lavoura recentemente, pode ser explicado o fato de não terem sido evidenciadas fogueiras, com as pedras e material carbonizado. Mas, há um amontoado de pedras, vestígios das fogueiras que podem ter sido deslocados anteriormente à escavação (Figura 24).

Com relação aos materiais utilizados para a construção das estruturas, foram encontrados vestígios de telhas e tijolos. No entanto, estas evidências não são suficientes para afirmar como se caracterizavam as edificações.

Os estudos realizados por Marquese (2005) apontam para a construção dos espaços ocupados por escravos em Cuba (no cinturão açucareiro) e no Brasil, no Vale do Paraíba, baseada em formas e técnicas africanas aplicadas de acordo com as possibilidades apresentadas pelo ambiente. Armstrong (2001, p. 174) trata da complexa interação entre africanos, ameríndios e europeus, que pode ser verificado no registro material: “Nenhum grupo, por mais bem equipado ou com liberdade de escolha, pode transferir seu modo de vida, com as crenças e valores que os acompanham intactos, de um lugar para outro” (ARMSTRONG, 2001, p. 174).

Considerando a distância do sítio, caracterizado como uma unidade de trabalho, e a distância existente entre este e a sede da Fazenda Boqueirão (a qual

estava vinculada), há possibilidades de haver ocorrido certa autonomia dos escravos que a ocupavam.

Slenes (2011) analisa os tipos de senzalas mencionados pelos viajantes europeus, revelando que as mesmas ficavam próximas ao pátio da sede, sob vigilância dos senhores. Variavam um pouco de tamanho, mas a maioria era retangular, com paredes de terra, sem janelas e cobertos de palha, alguns com telhas. Já as casas das famílias conjugais eram diferenciadas, chamadas de “cabanas” e separadas das moradias dos solteiros.

Segundo Epperson (2001), a construção dos espaços de uma *plantation* pode revelar a manutenção de poder do senhor sobre seus escravos. Porém, o escravo poderia também orientar internamente seu espaço. Em Gana, na África, os escravos das *plantations* dinamarquesas eram responsáveis por sua própria subsistência, cultivando porções de terras distribuídas pelos seus senhores, onde poderiam, quando fora do horário de trabalho, plantar milho, mandioca, inhame e diversos vegetais para sua alimentação alternativa (YAW, 2008).

Slenes (2011), analisando a constituição de núcleos familiares ou relações de parentesco criadas em cativeiro, mostra a importância da formação destes núcleos como uma forma de terem maior autonomia, passando a controlar alguns aspectos da sua vida material e cultural. O casamento realizado entre os escravos era um acordo entre estes e seu senhor e que poderia lhe proporcionar um maior controle de sua moradia. Os relatos de viajantes como Hernann Burmeister, que visitou o Rio de Janeiro em 1851, nos mostra as diferentes experiências entre escravos casados<sup>31</sup> e os solteiros, nos proporcionando uma noção da arquitetura destes espaços dos cativos (SLENES, 2011, p. 158):

Em cada fazenda encontramos pavilhões compridos, com andar térreo apenas, separados em cubículos de 8 a 10 pés [um total de 2,7 a 3,4 metros] de largura, tendo cada um sua saída para o pátio. É lá que moram os escravos; os casados juntos num cubículo, os solteiros 2 ou 3 em cada peça, os homens separados das mulheres. Em geral, há pavilhões separados para os homens e para as mulheres.

---

<sup>31</sup> Os “casados” não eram de casamentos legítimos, mas provavelmente de uniões consensuais por parte dos senhores (SLENES, 2011).

Já no Vale do Paraíba, as senzalas-pavilhão foram descritas pelo Barão de Pati do Alferes em 1847 como “senzala dos pretos, voltadas para o nascente ou para o poente, e em uma só linha, se for possível, com quartos de 24 palmos [aproximadamente 5,3 metros] em quadro, e uma varanda, de oito [1,8 metros] de largo em todo o comprimento”. Algumas senzalas foram descritas por estes viajantes com paredes de terra, sem janelas, apenas portas e, cobertas de palha ou de telhas variando um pouco as medidas, mas em geral, eram compridas e estreitas (SLENES, 2011, p. 158).

Embora não tenham sido encontradas informações sobre a forma de organização dos escravos e suas famílias relacionadas mais diretamente ao sítio arqueológico, tampouco sobre a arquitetura das estruturas evidenciadas, as considerações acima são pertinentes, pois informam à cerca dos arranjos arquitetônicos, espaços e formas de convivência dos escravos principalmente no Brasil. A distância entre o sítio arqueológico (unidade de trabalho) e a sede da Fazenda Boqueirão pode ter proporcionado a autonomia mencionada anteriormente quanto à estruturação interna das estruturas (moradia e/ou abrigo e trabalho) e organização de núcleos familiares.

No que diz respeito aos habitantes deste sítio, com base nos dados arqueológicos que ocupariam a residência (Estrutura 1) relacionada aos refugos recuperados na quadra 2, possivelmente eram de baixo poder aquisitivo, pois as louças são predominantemente brancas (63%) e as peças decoradas representam somente 37%. Não há presença de formas como sopeiras, jarros, açucareiros, bules, que representem jogos de jantar e relacionados ao consumo do chá, hábitos que nos remetem aos costumes da elite neste período (TOCCHETTO, 2010).

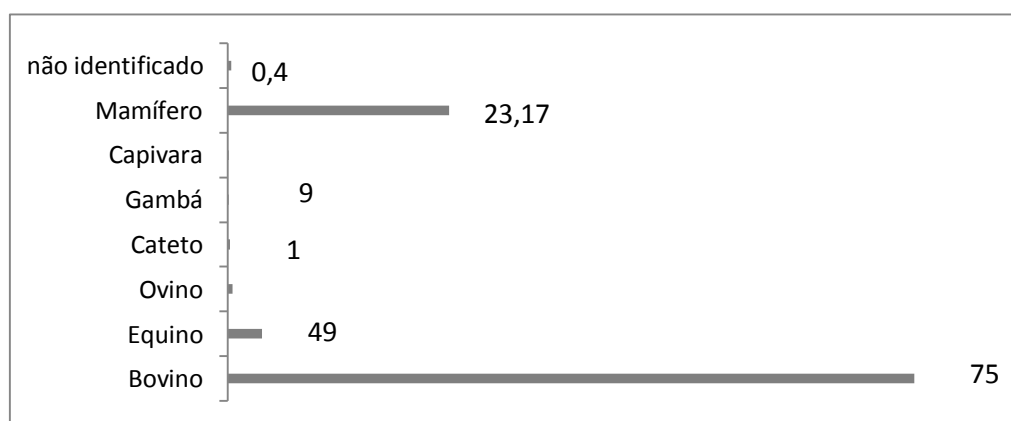
O inventário de Joaquim Manoel da Silva Mariante nos revela que os conjuntos de servir eram de louça, prata e marfim e nenhum registro foi feito de objetos destes tipos no sítio.

Se levarmos em consideração que a maior concentração das cerâmicas analisadas aparecem próximo à quadra 5 (a sudoeste da estrutura 2), a intensidade de louças ser maior na quadra 2 (próximo à estrutura 1) e os todos vestígios terem sido recuperados em uma mesma camada arqueológica, é muito provável que estas pessoas que habitaram estas estruturas preparavam os alimentos em vasilhas

cerâmicas, produzidas pelas mulheres. Considerando que foram recuperadas duas tigelas de louça, 90 pratos e 56 xícaras, que não formam um jogo (na quadra 2) (OLIVEIRA, 2011), localizados próximo à Estrutura 1, nos leva a pensar que este grupo poderia consumir em recipientes de louça.

Em relação aos hábitos alimentares deste grupo foram obtidos 751 fragmentos de ossos, indicando uma preferência por carne de gado bovino, ovino e eqüino (as evidências de consumo nos ossos de cavalos não foram estudadas). Mas, além destes, foram identificados ossos de animais silvestres como capivara e gambá (Figura 28). Abaixo a lista com a porcentagem de cada grupo de ossos (oriundos do primeiro trabalho de campo):

Gráfico 4: Quantificação dos ossos por espécies.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011).

Em relação à área de depósito escavada em 2011 (na continuidade da quadra 5), a mesma encontra-se localizada ao sudoeste das estruturas 1 e 2 ficando, portanto, mais próxima da segunda estrutura. Considero neste trabalho como local de produção de alimentos dos escravos. A área apresentou grande quantidade de ossos bovinos e cerâmica acordelada/roletada utilitária histórica, que teria sido formada em área periférica à residência, adjacente ao local de trabalho, no sentido do declive do terreno a sudoeste.



Figura 28: Mandíbula de gambá e mandíbula de capivara.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011).

Nas ilhas do Caribe, os ossos forneceram informações em relação à subsistência dos escravizados, mostrando que havia uma preferência pelas carnes bovinas e suínas (não foi encontrado vestígio desta última no primeiro trabalho de campo neste sítio) (ORSER, 1998).

Neste sítio também foram recuperadas peças de armas como ossos de animais domésticos e silvestres (Figura 28) e pederneiras (Figura 29), demonstrando uma estratégia mista de sobrevivência, na utilização de armas para a caça (YAW, 2008; YOUNG et al, 2001).

Figura 29: Pederneira.



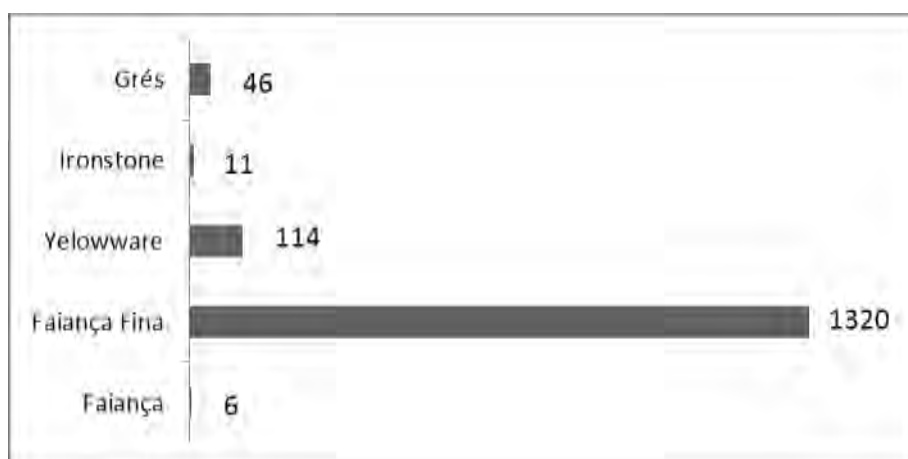
Fonte: (OLIVEIRA, 2011).

### 4.3 Período de ocupação do sítio e seus habitantes

O período de ocupação do sítio pode ser estabelecido através da relação entre os documentos escritos (mencionado anteriormente) e os materiais arqueológicos. Com o objetivo de inferir o período de ocupação mais intensa do sítio, foi utilizado o gráfico de barras de South (1978), elaborado com os dados relativos à louça – período de produção e marcas – recuperada nos trabalhos de campo de 2010 e 2011.

Conforme a análise da pasta, a amostra mais significativa é a faiança fina que representa 88% (Gráfico 5). A fraca presença de faiança, comum no século XVIII, sugere que a ocupação intensa não aconteceu neste período, como também nos indica a documentação de que a quantidade de escravos só irá aumentar no início do século XIX, com a Fazenda sendo propriedade de Joaquim Manuel da Silva Mariante até 1837, data de seu inventário. O gráfico de barras indica a ocupação mais intensa do sítio entre 1810 e 1850 (OLIVEIRA, 2011). O número insignificante de fragmentos de *ironstone* (5 peças), cuja produção inicia em 1850, vem reforçar o período indicado.

Gráfico 5: quantificação de fragmentos de louça por análise da pasta.



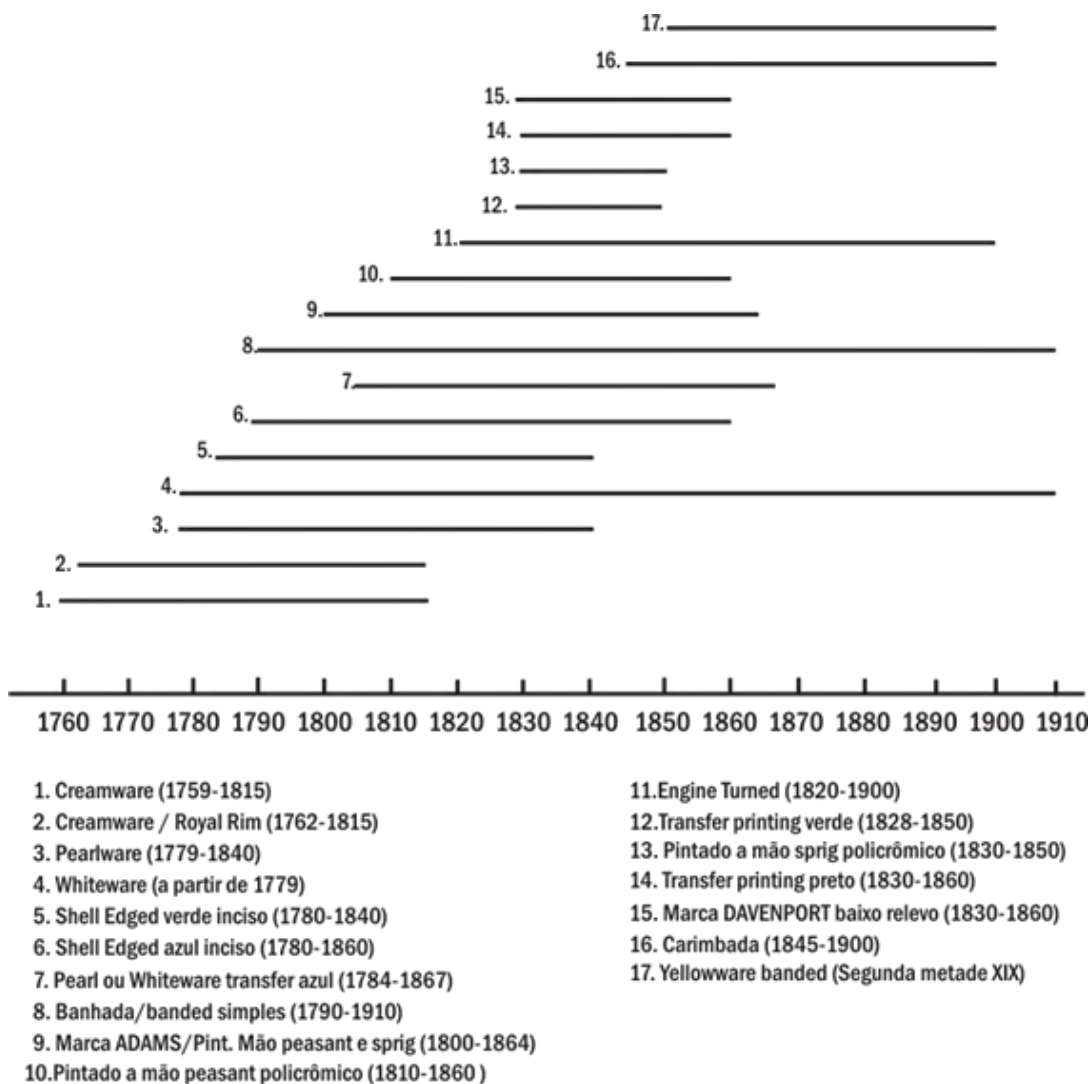
Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 68).

Na década de 1830, período incluído no intervalo de ocupação mais intensa do sítio, nota-se um aumento significativo de escravos, segundo dados obtidos no

inventário de Joaquim Manuel da Silva (1837), herdeiro de Manuel Lourenço Mariante, um dos primeiros proprietários da Fazenda Boqueirão. Foi registrada uma relação de quinze escravos, entre homens, mulheres e crianças, sendo três deles registrados como africanos e os demais já nascidos no Brasil. Os proprietários anteriores apresentaram, no máximo, cinco escravos.

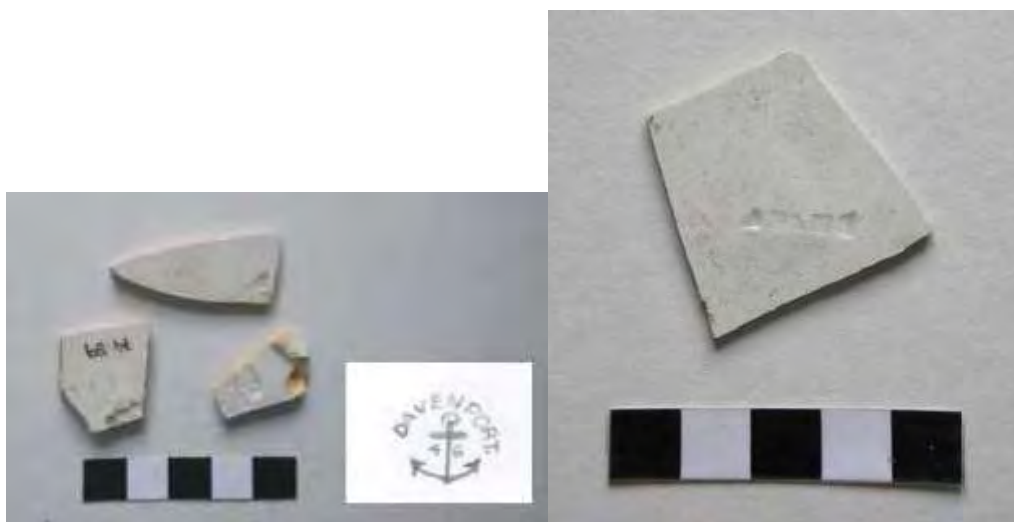
Com relação aos atributos utilizados para elaboração do gráfico de barras, além das técnicas e padrões decorativos e esmaltes, duas marcas de fabricantes encontradas apontam para o intervalo de ocupação mais intensa do sítio, na primeira metade do século XIX. A marca do fabricante W. Davenport &Co., de Longport, Staffordshire, Inglaterra, aparece em três fragmentos, sendo um com a data 1846 gravada em baixo relevo e, ainda, um fragmento identificado como um pires com a marca ADAMS (Figura 30). Segundo Juliani (2003 *apud* OLIVEIRA, 2011), esta última fábrica inglesa foi inaugurada em 1769, está em funcionamento atualmente e produziu diversas marcas em períodos bem definidos, facilitando a análise. Já a marca ADAMS impressa em baixo relevo foi utilizada em peças de faiança fina no período entre 1800 e 1864 (OLIVEIRA, 2011, p. 72).

Gráfico 6: Gráfico de barras.



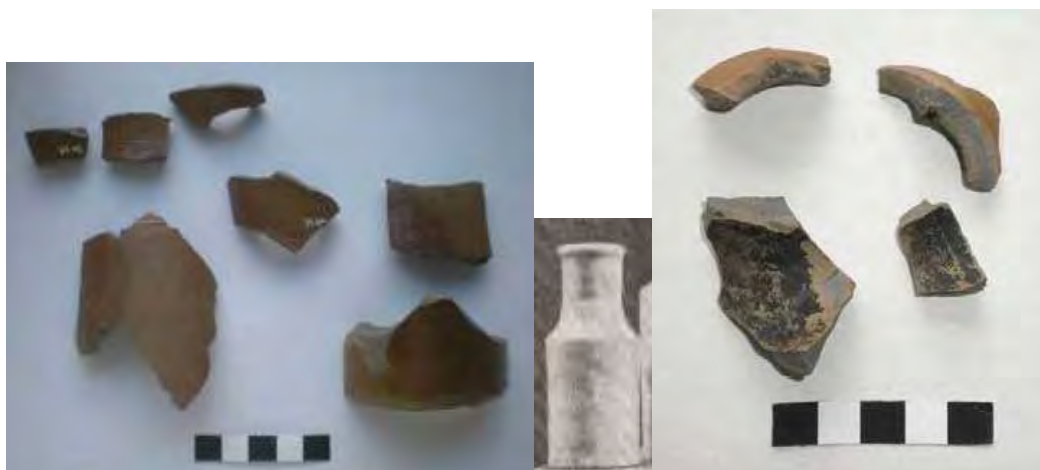
Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 73).

Figura 30 – À esquerda fragmento com marca. W. Davenport & Co. Os números laterais à âncora indicam o ano da fabricação. À direita, fragmento com marca de fabricante ADAMS.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 76).

Figura 31: À esquerda fragmentos cilíndricos de recipiente de grês, no centro um exemplo de frasco de grês (utilizado para brilhantina francesa, segundo Schávelzon, 1991), e, à direita, possivelmente, um recipiente utilizado como tinteiro, devido aos vestígios de tinta preta observados internamente.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 78).

Outro elemento que possibilita datação é a análise dos vidros, mesmo a amostra sendo uma das menores, de 21 peças (NMP)<sup>32</sup>, com 140 fragmentos. Os vidros foram analisados primeiramente pela cor, em seguida pela sua forma e

<sup>32</sup> Número Mínimo de Peças.

função e, por fim, para a datação relativa do sítio foram analisadas as cicatrizes de fabricação (OLIVEIRA, 2011).

Com relação à coloração dos objetos, vê-se a presença, quase total (99%), de vidros de coloração natural do processo de fabricação, que são o verde-oliva e o âmbar-oliva. As características destas cores são que elas não apresentam colorantes artificiais no processo de produção, pois a coloração só passa a ser utilizada na segunda metade do século XIX, o que nos dá um indício de que o sítio só pode ter sido ocupado antes deste período.

Gráfico 7: quantificação dos vidros por coloração.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 84).

Com relação à forma e função (Gráfico 8), o resultado obtido foi que 92% do material foi utilizado para armazenamento de bebidas alcoólicas, garrafas de vinho, considerando seu formato cilíndrico e seu gargalo (Figura 30). As garrafas de Genebra feitas de grês, com formato quadrado, representam 16% do total (22 fragmentos). Um tinteiro de grês foi recuperado e três recipientes cilíndricos (Figura 31) relacionados aos frascos para acondicionar brilhantina foram recuperados (OLIVEIRA, 2010). Outros recipientes com formatos cilíndricos são os frascos de remédios ou cosméticos, de vedação por rolha, que representam apenas 4% do material vítreo (OLIVEIRA, 2011).

Gráfico 8: Quantidade de fragmentos de vidro por função.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 83).

Figura 32: À esquerda a parte superior de uma garrafa de vinho. Terminação feita com a utilização da ferramenta conhecida como *LippingToll* e à direita terminação de frasco medicinal, o lábio feito pela técnica de *Flared Lip* com o vidro ainda quente e maleável sendo enrolado para fora (*Rolled-Out*).



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 85).

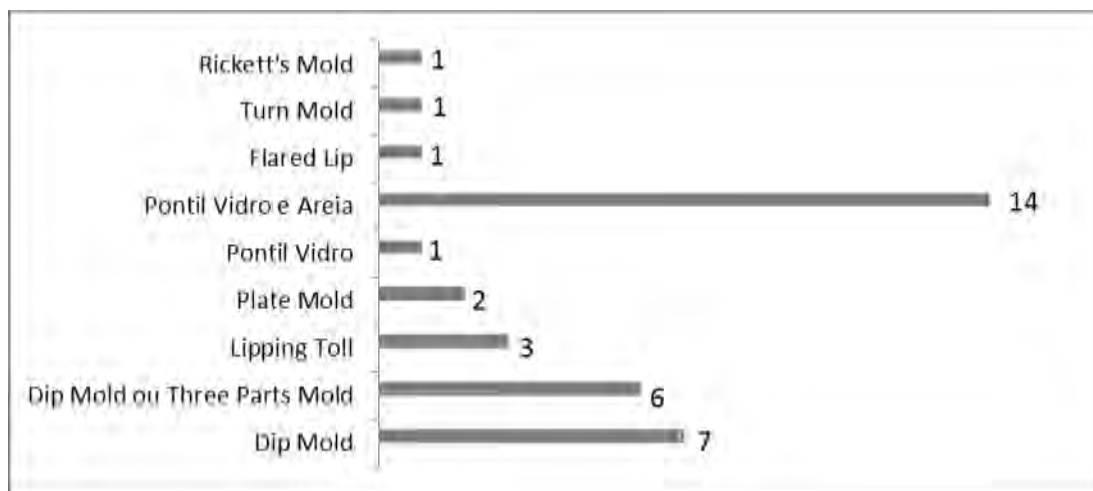
Os estudos realizados em Gana, por Yaw Bredwa-Mensah (2008), mostram que o uso de bebidas alcoólicas era comum entre os africanos que poderiam adquirir a bebida através do comércio local. Quanto aos frascos de remédio serem em uma quantidade muito pequena, apenas 5 fragmentos, podem nos indicar a reutilização dos frascos para outras finalidades, como sugere Symanski e Osório (1996) em sua análise de dois sítios históricos oitocentistas em Porto Alegre, o Solar Lopo Gonçalves e o Mercado Público.

Para Symanki (1996), há três formas de reuso dos objetos: a ciclagem lateral, onde ocorre apenas a mudança de usuário e/ou de unidade social, mantendo a forma e a função original do objeto; o uso secundário, onde o objeto passa a ter um novo uso, mas não há alteração no objeto em si; e, por fim, a reciclagem que é o uso que se faz do objeto, alterando sua composição original, como por exemplo, a adição de novos líquidos a recipientes já usados, como garrafas de Genebra, de bebidas em geral.

Yaw (2008) analisa como os objetos ligados à rituais, garrafas de bebidas alcoólicas, por exemplo, podem representar expressões materiais ligadas aos rituais religiosos dos africanos<sup>33</sup>.

A datação do período de ocupação mais intensa do sítio, através do vidro, foi a partir das marcas do processo de fabricação (Gráfico 9). Apenas 28% da amostra apresentam cicatrizes de fabricação (OLIVEIRA, 2011).

Gráfico 9: quantidade de fragmentos por cicatriz de fabricação - desconsiderando os fragmentos que não apresentam esse elemento.



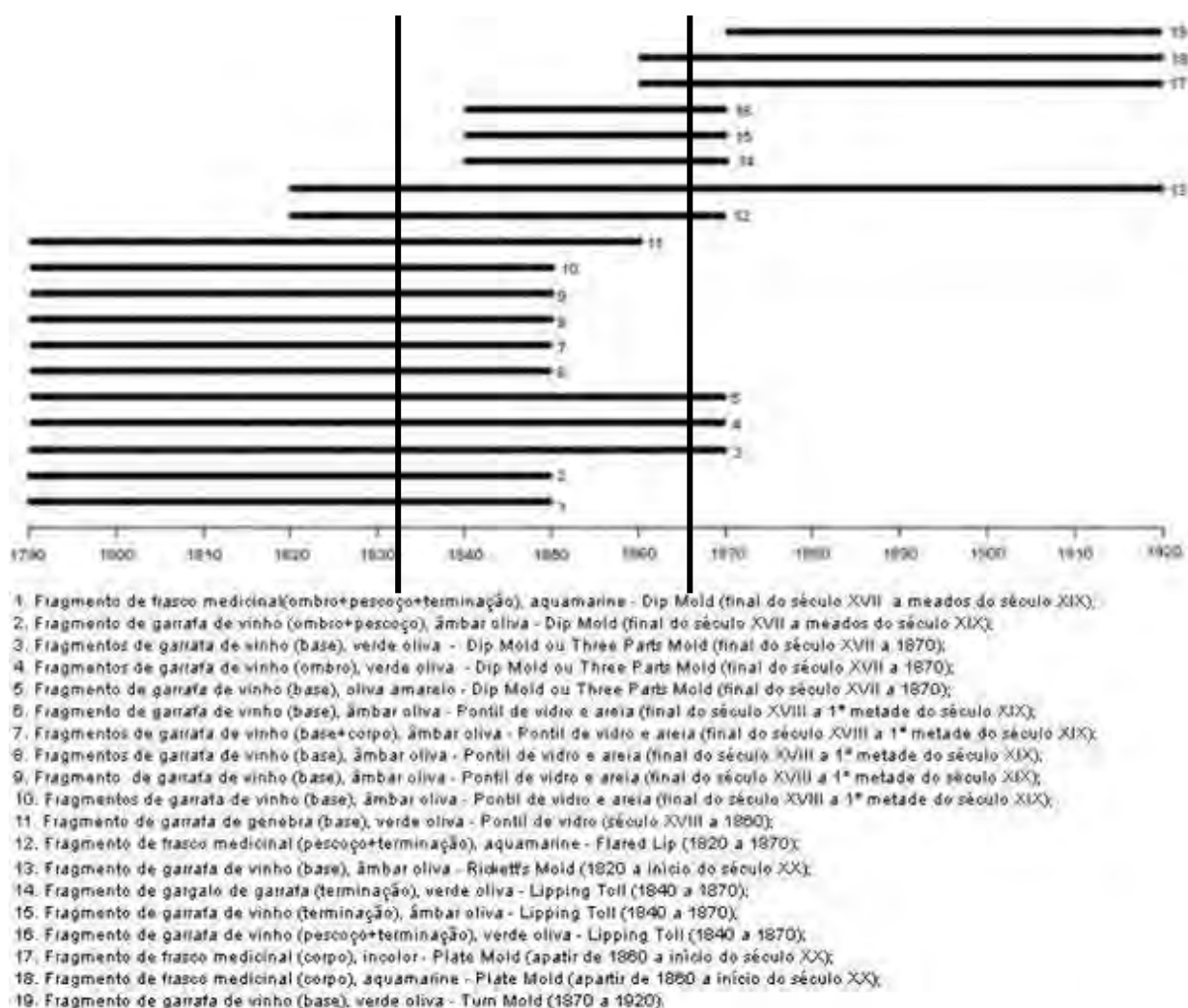
Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 83).

<sup>33</sup> Na Zâmbia, país da África Central, limítrofe com Angola, República Democrática do Congo, Tanzânia, Malawi, Moçambique, Zimbábue, Botsuana e Namíbia. Localizado bem no coração da África bantófona, a região foi cenário de intenso intercâmbio entre povos e de importantes eventos históricos. Entre c. 400 e 500 d.C., uma vaga migratória de povos bantos provenientes do leste alcança a área ocidental da região, próxima à atual fronteira de Angola. No século VII d.C., habitantes da região trocam cobre por contas de vidro e conchas marinhas vindas do exterior, até que cerca de três séculos mais tarde chegam, através do Zambeze, os primeiros mercadores árabes e indianos, trazendo roupas, armas e porcelanas chinesas, e levando marfim, ouro e cobre através do oceano Índico (LOPES, 2011, p. 262).



Baseado nessas informações, foi possível a construção do gráfico 10, o qual nos mostra o período de ocupação mais intensa do sítio que foi entre as décadas de 1820 e 1850 (OLIVEIRA, 2011). Relacionando as informações obtidas das análises das marcas de louças e vidros, obteríamos um período de ocupação intensa na primeira metade do século XIX.

Gráfico10: gráfico de barras.



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 84).

#### 4.4 A Cerâmica de produção local/regional

Neste subcapítulo são apresentadas, primeiramente, as características que diferem estas cerâmicas das europeias ou das de tradição guarani. Em seguida, é exibida a tabela de análise dos atributos das mesmas, com sua respectiva quantificação que será analisada segundo a clássica orientação de La Salvia e Brochado (1989), observando o processo de produção, constando a pasta, a técnica de produção empregada, a forma e a decoração utilizada. Por fim, mostram-se as possibilidades encontradas sobre a utilização destes objetos pelos grupos envolvidos no contexto da Fazenda.

De acordo com Posnansky (2001), as cerâmicas africanas apresentam técnicas rudimentares, como a baixa temperatura e a queima em fornos abertos e, ainda, a simplicidade estilística, com formas básicas e pouca decoração. As oleiras trabalharam no ambiente influenciado por diferentes culturas, combinando elementos africanos, europeus e dos nativos americanos. Para ele estas características são notáveis na combinação dos elementos de confecção dos recipientes cerâmicos

As cerâmicas analisadas foram diferenciadas entre cerâmica acordelada/roletada, relacionada à produção local ou regional e/ou uso por negros escravizados e/ou trabalhadores livres, e a cerâmica produzida por roletes, com acabamento plástico corrugado, relacionada à tradição Guarani.

A cerâmica analisada neste trabalho é denominada, para fins de identificação, como cerâmica acordelada/roletada utilitária histórica. Desta forma, segue às orientações de análise sugeridas por La Sálvia e Brochado (1989). É caracterizada pela técnica de confecção, feita por roletes. O termo “utilitária” se dá por ela ser provavelmente produzida no local onde era utilizada e por não ter sido encontrado, no registro arqueológico, características de uso ritual. Quanto ao termo “histórica”, este é utilizado para diferenciá-la da cerâmica tradicional guarani, encontrada em sítios anteriores ao contato com europeus.

A cerâmica usada para preparar, servir e armazenar comida é o artefato mais frequentemente recuperado, associados aos encontrados com

escravos afro-americanos. Estes utensílios não europeus, muitas vezes produzidos localmente, são comumente encontrados nas *plantations* e outros sítios na Carolina do Sul e Virgínia, no sul dos Estados Unidos e várias outras ilhas no Caribe. Em algumas ilhas, cerâmicas similares à encontrada no registro arqueológico, ainda hoje são produzidas (SINGLETON, 1995, p. 131-132).

Na África Ocidental, as cerâmicas utilitárias são produzidas basicamente por mulheres. Trata-se de uma ocupação feminina. As mestras ceramistas eram as mais velhas do grupo (POSNANSKY, 2001; DE CORSE, 2001).

Não foi encontrado neste sítio nenhum cachimbo. Contudo, a ausência deste item o qual foi bastante utilizado por escravos no sudeste do Brasil, como nos mostra Agostini (1998), não descarta a possibilidade do sítio em estudo ter sido habitado por escravos. Provavelmente o hábito de fumar não tenha sido tão popular em alguns grupos, principalmente no meio rural, devido às dificuldades de adquirir o tabaco e, se não havia produção intensa, poderia ter um custo alto devido à importação<sup>34</sup>.

Outra questão que pode ser levantada, se considerarmos o que menciona Handler (2008) sobre o hábito de fumar cachimbo introduzido na África pelos europeus, desde o início do século XVII, é a prática da “doação” de fumo aos cativos. Os senhores forneciam aos escravizados a bordo do navio cachimbo e tabaco para apaziguar os ânimos no cativeiro. Estes itens eram de extrema importância entre os senhores negociantes, pois faziam parte de estratégias de controle social. No final do século XVII, os navios franceses só forneciam aos negros o tabaco (que poderia ser mascado ou utilizado na forma de rapé, pó inalado pelo nariz). O receio dos senhores era que os escravos ateassem fogo em algum navio se tivessem posse de fogo. Desse modo, o cachimbo representava perigo.

A metodologia utilizada para análise dos atributos cerâmicos foi primeiramente localizar os fragmentos no sítio através do número de catálogo, quadrícula e nível, na tentativa de reconstituir os fragmentos, dando forma às peças. Posteriormente, foram analisados vinte e sete itens de atributos como borda, lábio, base, dados tecnológicos (antiplástico, técnica de construção, queima e tratamento de superfície), dados decorativos, marcas de uso e fatores pós-deposicionais. Esses

---

<sup>34</sup> Segundo comunicação pessoal de Fernanda Tocchetto, foram encontrados cachimbos relacionados a escravos em, pelo menos, três sítios arqueológicos urbanos de Porto Alegre.

dados foram dispostos em uma tabela de sistematização desses atributos, um protocolo fornecido pelo Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA). Protocolo: (Anexo 5).

A análise destas cerâmicas tem como objetivo entender os hábitos ligados à alimentação dos grupos envolvidos no contexto da Fazenda Boqueirão. Através da análise morfológica das peças, busca-se recuperar um processo produtivo, iniciado pela busca da pasta, na qual é dado o acabamento adequado ao fim a que se destina, como a forma pretendida, o acabamento de superfície e a decoração e, por fim, o processo de utilização do recipiente (LA SALVIA e BROCHADO, 1989).

Ahlman (2008), em seus estudos no Caribe, sugere que se faça um estudo aprofundado para comparar o anti-plástico utilizado na pasta dos fragmentos com o sedimento escavado no local do sítio, pois pensava terem sido comercializadas as cerâmicas de uma ilha para outra. Porém, as análises realizadas nas amostras indicaram também uma produção local, com o uso de argila obtida no sítio.

Embora estes estudos sejam bastante relevantes, La Salvia e Brochado (1989, p. 12) não consideram possível tomar a argila transformada em pasta como elemento decisivo de um contexto cultural, considerando que “não é o simples fato de pertencer a uma cultura e habitar um conjunto ecologicamente classificado que determinará uma produção igual”. Outras questões são relativas à variação dos depósitos de argila:

Em áreas ao longo de vales fluviais ou em depósitos pluviais onde a areia mais leve fica em suspensão ao ser transportada pelo vento, vai, aos poucos, sedimentando-se e mistura-se com a argila e ao longo do tempo, através de um processo lento, mas contínuo, cria-se uma jazida onde as argilas são elementos indissociáveis. As areias de origem fluvial ou eólica podem coexistir naturalmente em uma mesma jazida, dependendo das condições que lhes determinaram sua formação (BROCHADO e LA SÁLVIA, 1989, p. 12).

Estudos comparativos podem ser realizados como ocorreu nas ilhas do Caribe. Contudo, as amostras de argilas devem ser comparadas com as cerâmicas de um mesmo sítio contemporâneo e em um mesmo nível estratigráfico. Há que se levar em conta, dependendo do tempo de abandono e os movimentos realizados pelos seus ocupantes, os objetos sofrerem algumas alterações. Variados acontecimentos podem ocorrer tanto de ordem naturalmente ecológica, quanto

antrópica, podendo um mesmo grupo apresentar “pastas diferentes em utilitários iguais” (LA SALVIA e BROCHADO, 1989, p. 12).

Em estudos realizados na África, após o contato com os europeus, foi possível verificar que havia um mercado local para comercialização de peças cerâmicas de produção local/regional (DE CORSE, 2001). Nas ilhas caribenhas havia um mercado local onde os escravos podiam adquirir alimentos para consumo próprio e também para a venda (MEYERS, 1999; HAUSER, 2008; DELLE, 2009; ESPENSHADE, 2010). No caso específico da Jamaica, os escravos tiveram acesso ao dinheiro desde o início do século XVIII, obtidos através da venda de seus próprios produtos (artesanatos, legumes, cerâmicas, carnes) nos mercados internos (DELLE, 2009). Mesmo que não tenha sido encontrada documentação sobre a procedência das cerâmicas recuperadas no sítio arqueológico, bem como evidências de fogueiras para a queima das peças, não é possível afirmar que as mesmas tenham sido adquiridas num mercado local.

Não encontrei registro documental que se refira a este tipo de comércio na região sul de Porto Alegre, para o período da primeira metade dos oitocentos. O registro documental referente às olarias é de produção de tijolos e telhas. No que diz respeito à produção de cerâmica simples, há anúncios em jornais no século XX que faz menção a fato (PIMENTEL, 1984).

No Brasil, Camilla Agostini (2011), em sua tese de doutoramento, conseguiu confirmar, através da documentação, que a cerâmica do sítio São Francisco, em São Paulo, na primeira metade do século XIX, não foi necessariamente produzida de forma artesanal por mulheres escravizadas. Havia uma produção de cerâmicas de preços mais acessíveis, sendo decorada com motivos que lembravam as produzidas artesanalmente pelas escravas, pois o público consumidor era, de fato, os ex-escravos e seus descendentes, cujo poder aquisitivo quando liberto não lhe dava muitas possibilidades.

Levando em consideração todas as questões levantadas por La Salvia e Brochado (1989), podemos considerar a pasta um elemento importante na interpretação da produção, acabamento superficial e utilização dos utensílios cerâmicos. Nas análises realizadas com a lupa trinocular observa-se uma pequena variação do emprego de antiplásticos na produção da pasta, apresentando 98% de

antiplástico mineral, 1% mineral misturado com caco moído e 1% de mineral misturado ao vegetal.

Através da granulação dos minerais, foi possível observar uma diferença entre os fragmentos cerâmicos com acabamento de superfície escovada, relacionada ao uso dos escravos e escravas, e a corrugada, associada primeiramente com a tradição guarani. As primeiras apresentaram 562 peças com presença mediana (pasta plástica com 10 a 30% de antiplásticos) de minerais finos (até 2mm) e somente 1 peça com abundância de antiplásticos (mais de 30% de frequência). As segundas apresentaram 100% dos fragmentos com presença abundante de antiplásticos (mais de 30%) com mineral grosso (pasta seca).

Figura 33: Detalhe do núcleo evidenciando o antiplástico mineral.



Fonte: Autora.

Para La Salvia e Brochado (1989, p. 11-12):

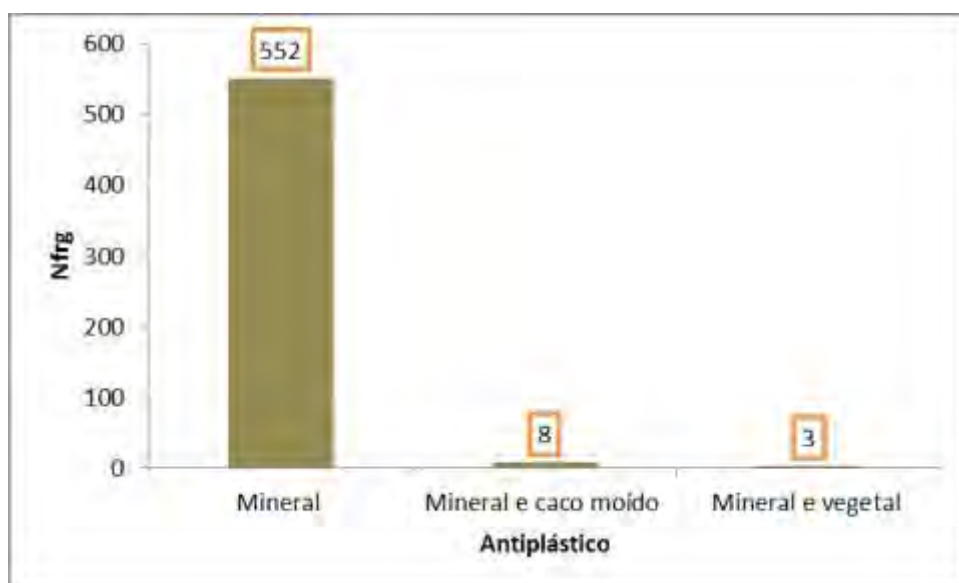
A artesã deve selecionar uma argila à sua exigência, que se molde as suas necessidades, que se adapte ao seu desejo de ceramista, sem maiores alterações. O provável é de que esta argila, a melhor em seu entendimento, não estivesse tão próxima ao local de habitação mas, assim mesmo, não sendo a ideal poderia perfeitamente satisfazer as necessidades básicas na produção ou, deveria ir busca-la em outros pontos. As alterações que, desta forma vamos obter e ter dentro dos grupos e os locais de ocupação ao longo de um vale, serão muito grandes.

Outro elemento importante destas cerâmicas caracterizadas é o emprego da técnica de produção feita por roletes, que segundo La Salvia e Brochado (1989, p 11) “acordelado [roletado]: é o uso de cordéis de argila que, sobrepostos, dão a forma pretendida”. Todos os 563 (mais vinte e dois fragmentos de parede de cerâmicas que se diferenciam pelo seu acabamento de superfície externa corrugada

(tipicamente encontrada em cerâmicas guarani), analisadas separadamente, provavelmente formam uma mesma peça) apresentaram o acordelado/roletado como técnica de produção.

Sobre o processo de queima, a análise indica a combustão das peças em atmosfera redutora e oxidante, predominantemente, pois os núcleos e grande parte das superfícies dos fragmentos apresentem-se num tom acinzentado ou preto fosco; 65% apresentou queima com presença de núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara; 21% sem presença de núcleo, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo; 6% sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza claro ao preto; 6% sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza ao preto e 2% apresentou uma camada escura na parte externa e uma camada clara na parte interna.

Gráfico 11: Quantificação por análise da queima das cerâmicas.



Fonte: Autora.

As cerâmicas analisadas foram separadas pela técnica de confecção e algumas características diferenciam alguns grupos cerâmicos. Todos os 585 fragmentos apresentaram tratamento de superfície interno alisado, diferenciando-se apenas pelo tratamento de superfície externo. Dos 139 fragmentos que apresentaram o tratamento de superfície externo alisado, 105 fragmentos

apresentaram a queima sem presença de núcleo, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo, 5 sem a presença de núcleo, com cor uniforme, variando do cinza claro ao pardo, 16 com presença de núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara, 9 sem presença de núcleo, com cor uniforme variando do cinza ao preto e 4 com uma camada escura na parte externa e uma camada clara na parte interna.

Figura 34: Detalhe da queima sem núcleo, com cor uniforme, variando do cinza claro ao pardo.



Fonte: Autora.

Em relação ao tratamento de superfície externo com brunidura, foram 6 fragmentos. Dentre eles, 3 apresentam a queima sem presença de núcleo, com cor uniforme variando do laranja ao amarelo, e os outros 3 fragmentos apresentam a queima com núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara.

O tratamento de superfície plástico foi aplicado em 45 fragmentos, todos fragmentos de bordas. Em relação à queima, 2 fragmentos de bordas apresentaram a queima sem presença de núcleo, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo; 6 fragmentos sem presença de núcleo, com cor uniforme variando do cinza ao preto; 29 com núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara e 8 não apresentam núcleo, com cor uniforme variando do cinza ao preto.



Foram recuperados fragmentos de cerâmica guarani, com decoração corrugada. Porém, não foi evidenciada uma camada de ocupação pré-colonial. Isso pode ser pelo fato de o sítio ter servido recentemente como lavoura (no inventário de Miguel Brás é possível acreditar que tenha sido utilizada como lavoura, desde o final do século XVIII), pois o solo foi arado e as camadas podem ter sido misturadas. Mas é possível que indígenas, moradores autóctones na região, pudessem ter trabalhado na fazenda, como agregados.

Mathewson (1972) apud Meyers (1999) considera o potencial de influência ameríndia na Jamaica colonial, em *Port Royal*. Neste estudo, o autor nos mostra que populações indígenas teriam trocado muitos traços culturais com populações negras escravizadas, seja por afinidade, por interação social ou por fusão cultural.

Figura 35: Fragmentos de cerâmica com acabamento de superfície externo corrugada.



Fonte: Autora.

Foi possível realizar algumas considerações com relação à forma destas cerâmicas que apresentam nas suas paredes, alças curvas nos ombros e bases planas. Foi possível reconstituir três peças côncavas com tratamento de superfície alisado e inciso (na borda), com alças.

De acordo com La Salvia e Brochado (1989), a forma pode ser determinada pela análise das bordas, existindo inúmeras formas como panelas, jarras, tigela, pratos, etc. O mais comum é simplificar em duas categorias básicas: formas rasas e formas profundas, denominadas respectivamente como tigelas e vasos.

Das peças reconstituídas, a primeira apresenta 30% da peça, com espessura de 11 mm, comprimento de 129mm e 88mm de largura (figura 36). A segunda apresenta 50% da peça reconstituída, com espessura de 12mm, comprimento de 135mm e largura de 115mm (figura 37) e a terceira apresenta 47,5% da peça reconstituída, com 10mm de espessura, 151mm de comprimento e 143mm de largura (figura 38).

Figura 36: Recipiente cerâmico com borda, parede com alça, parcialmente reconstituído.



Fonte: Autora.

Figura 37: Recipiente cerâmico côncavo.



Fonte: Autora.

Figura 38: Forma de recipiente cerâmico com acabamento plástico externo escovado.



Fonte: Autora.

Na análise realizada, foram recuperadas cento e sessenta e duas bordas, sendo cento e vinte (74%) em formato aberto, duas (1%) em formato fechado e quarenta (25%) bordas paralelas.

Figura 39: Fragmentos de bordas com decorações diversas.



Fonte: Autora.

Figura 40: Fragmentos com destaque para a alça.



Fonte: Autora.

Foram recuperados 25 fragmentos de base, todas planas, com espessuras entre 9 e 15mm, 26 a 151mm de comprimento e 22 e 143mm de largura.

Figura 41: Fragmentos de base.



Fontes: Autora.

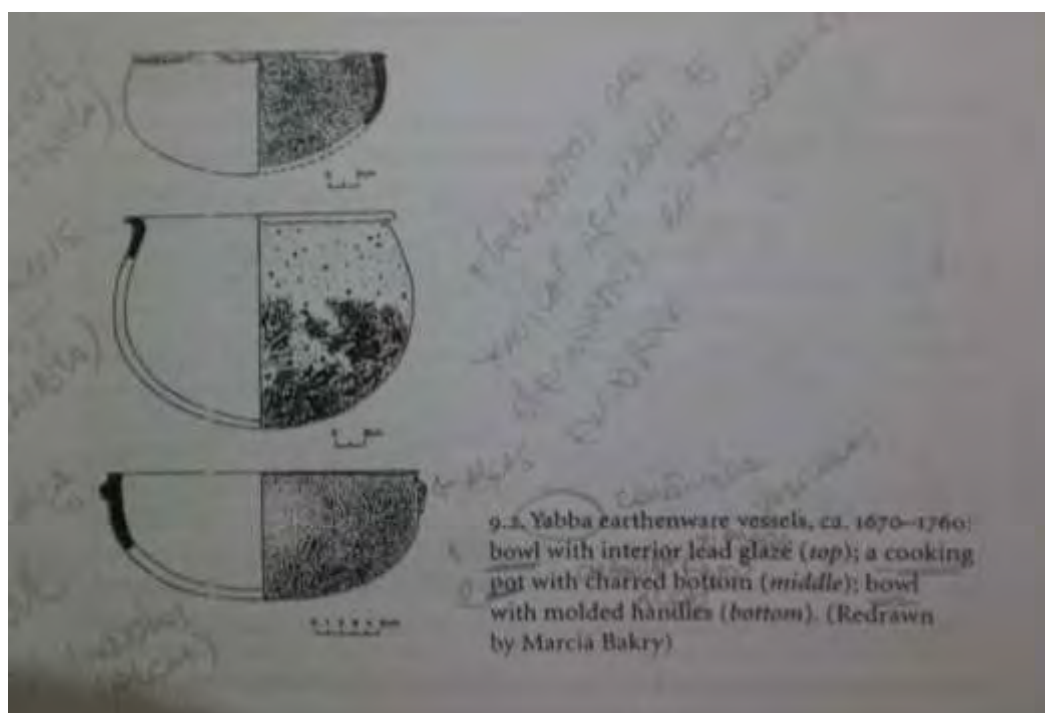
A presença de base nas cerâmicas evidencia a fusão de técnicas europeias, pois as vasilhas com base plana só surgem nos sítios coloniais, tanto no Brasil como nas ilhas Caribenhas (SYMANSKI, 2009; HAUSER, 2008; ARMSTRONG, 2001).

No Brasil, Souza (2010), analisando os sítios de Ouro Fino, Minas Gerais, destacou a evidência de utensílios domésticos com “espessura acima da média (das tradicionais indígenas) e decoração externa corrugada” nas formas discoidal e meia-calota, relacionada ao uso feito pela mão de obra escrava, de acordo com o contexto do sítio. Alguns fragmentos planos sugerem ser de fôrmas para a produção de beiju - alimento a base de mandioca. Para Marcos André torres de Souza (2010), os escravos faziam uso deste tipo de alimento em reforço a ração oferecida por seu senhor. Conforme mencionado anteriormente, havia na Fazenda Boqueirão um local para fazer farinha no qual poderiam muito bem fazer uso em benefício próprio, pois a ração oferecida nem sempre satisfazia as necessidades básicas dos indivíduos que trabalhavam de sol a sol (SLENES, 2011).

De Corse (2001) menciona que uma análise sobre Diáspora Africana tem que levar em conta que os grupos culturais não são estáticos, que devem ser analisadas as mudanças culturais como, por exemplo, as interações entre grupos distintos (africanos, europeus e indígenas).

Armstrong (2001), em seus estudos de *plantations* caribenhas, destaca duas formas de recipientes (*vessels*): panelas para cozinhar (*utilitarian cooking pot*) e as tigelas (*bowl forms*). As primeiras caracterizam-se pelas partes externas escurecidas causada pela fuligem do fogo na preparação dos alimentos. As últimas exibem poucos elementos decorativos.

Figura 42: Formas das cerâmicas *Yabba*, jamaicanas.



Fonte: (ARMSTRONG, 2001, p. 190).

Quanto aos acabamentos de superfície, La Salvia e Brochado (1989, p. 42), falam da intencionalidade do oleiro na produção:

Nem sempre o que caracterizamos como decoração realmente o é. Por vezes, não passa de um acabamento produtivo, por uma técnica ou uma ação sem a qual a artesã não alcança seu objetivo que é uma intenção de acabamento artístico com aquilo que é prático.

Os fragmentos que foram analisados apresentam-se da seguinte forma: 144 fragmentos com decoração plástica interna alisada; 45 fragmentos com incisos transversais à borda e outros motivos e 374 fragmentos apresentam o escovado.

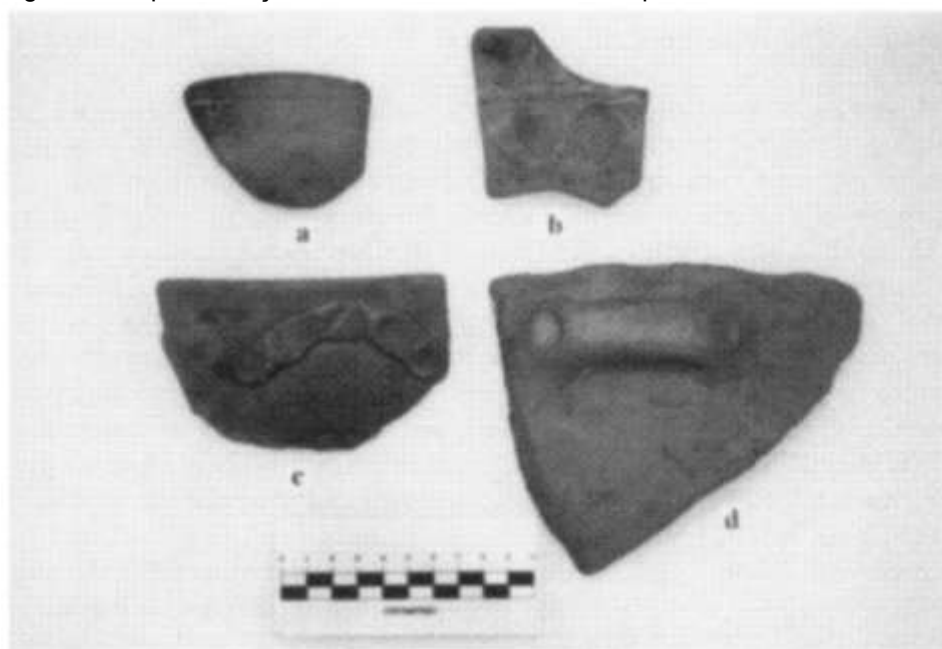


A decoração incisa normalmente aparece combinada com o tratamento de superfície escovado, caracterizando um acabamento duplo, pois apresenta a utilização de mais de um instrumento sobre a superfície.

Alguns autores relacionaram as incisões aplicadas à parte externa dos recipientes cerâmicos com as escarificações nos rostos dos africanos. Essas marcas, segundo Guimarães (1998), representavam a qualificação daquelas pessoas nas sociedades africanas. E, quanto mais marcas, maior era sua importância no grupo. Estes traços da cultura africana em diferentes etnias foram relacionados ao uso da decoração incisa nos utensílios cerâmicos por diferentes autores (AGOSTINI, 1998).

As cerâmicas *Yabba* jamaicanas analisadas por Meyers (1999) e Hauser (2008), apresentam cinco técnicas decorativas, tais como: incisão, estampagem, impressão de pente (escovada), com a borda também escovada e alças. Conjuntos cerâmicos semelhantes foram encontrados na África ocidental (Figura 43).

Figura 43: Tipos de alças das cerâmicas africanas. Explicar a, b, c e d.



Fonte: (MEYERS, 2009).

Quanto à utilização destes utensílios domésticos, levando em conta a análise da superfície externa, observamos que há um escurecimento das peças, resultado da fuligem no processo da preparação dos alimentos diretamente no fogo. As cerâmicas de influência afro-caribenha, encontradas na região do Caribe,

segundo Armstrong (2001), são vasilhas utilitárias para cozinhar, marcadas externamente pelo escurecimento, resultado da fuligem.

As marcas de uso (MAU) indicam fuligem interna e externa. O primeiro é resultado do cozimento de caldo de carne e vegetais e o segundo resulta da queima direta no fogo (LA SALVIA e BROCHADO, 1989).

Para fins de sugerir a utilização das vasilhas cerâmicas em análise, pode ser realizada uma comparação com os estudos realizados por De Corse (2001), em Ghana, na África, onde o autor analisou que hábitos alimentares de africanos e escravos afro-americanos apresentam similaridades, no que se refere ao preparo e consumo dos alimentos. O autor observou características comuns no consumo de sopas e cozidos, pois foram recuperados ossos intencionalmente destruídos, provavelmente com uso de talhadores, para retirar a medula (o tutano – parte interna do osso), que serve de alimento. Este fato também foi evidenciado no respectivo sítio em estudo, junto às cerâmicas.

Figura 44: Da esquerda para a direita: fragmento de mandíbula e canino de cateto (animal silvestre). Evidencia a perfuração do osso para obtenção da medula (tutano).



Fonte: (OLIVEIRA, 2011, p. 96).

Delle (2009) também analisou que este tipo de cerâmica, produzida por mulheres, está presente em todo o Caribe, para diversos fins utilitários como o armazenamento de comida e água, como potes de penico e para cozinhar cozidos e sopas.



A cerâmica em estudo está sendo relacionada ao uso feito pelos grupos que habitavam a Fazenda Boqueirão como escravos e escravas e, também, aos possíveis trabalhadores agregados. Estes últimos, em princípio, não estão mencionados na documentação, mas foram utilizados em substituição à mão de obra escravizada após as proibições de tráfico de pessoas, primeiramente em 1831, e, de forma mais controlada, em 1850. A pessoa escravizada era propriedade, era parte da herança, enquanto o agregado poderia prestar serviços esporádicos, contratado por um período e, dificilmente, era acrescentado no rol dos bens inventariados.

As cerâmicas analisadas nesta dissertação foram consideradas como híbridas ou sincréticas, pois houve uma complexa e intensa interação entre africanos, europeus e ameríndios e as mudanças que ocorreram nestas sociedades refletiram tanto socialmente quanto na sua vida material (ORSER, 1998; ARMSTRONG, 2001).

É necessário salientar que a existência de um mercado local, na região sul de Porto Alegre, não é mencionada na documentação comercial da cidade para o século XIX. Segundo registrado no livro “Aspectos Gerais de Porto Alegre, volume I e II”, do historiador Fortunato Pimentel (1984), em seu levantamento do comércio da cidade, menciona somente quatro estabelecimentos de produção em massa de utensílios por preços acessíveis, que ele denomina de “louça de barro simples”, no início do século XX. De acordo com o levantamento das marcas das louças e dos vidros, a data de ocupação mais intensa do sítio é a primeira metade do século XIX. Provavelmente esta cerâmica tenha sido produzida localmente, como já foi mencionado no caso das ilhas caribenhas.

Pesquisadores na Jamaica já haviam registrado a produção de cerâmicas, chamadas de *Yabba*, e utensílios domésticos que serviram a um comércio interno entre as populações escravas, produzidos por eles próprios, prática comum no século XVIII (MEYERS, 1999; HAUSER, 2008; DELLE 2009).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a intenção de iniciar a discussão sobre a Arqueologia da escravidão em Porto Alegre, tendo em vista o contexto do sítio RS.JA-74. O sítio apresentou-se como o primeiro sítio histórico na zona rural sul de Porto Alegre, cujo potencial para análise da arqueologia da escravidão era muito forte, devido às evidências históricas e materiais contidas nele.

Através do estudo dos inventários deixados pelos primeiros proprietários e seus herdeiros os quais mencionam diversos poteiros, foi possível realizar uma relação dos escravos e identificar suas funções nestes poteiros, desde o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

Os inventários apontam para a existência de diversos poteiros, entre eles o poteiro do barranco e o poteiro do rincão, cuja declividade acentuada ao sul das estruturas identificadas no sítio RS.JA-74 apontam para a possibilidade da área ser considerada como uma unidade de trabalho e moradia e/ou abrigo da fazenda. A cerâmica analisada também possibilitou a relação das mesmas com os escravizados, pois apresentou características morfológicas de uma cerâmica produzida localmente por artesãs, com o uso de técnicas de produção de influência africana, devido a sua forma cilíndrica, acabamento de superfície com a aplicação de linhas incisais transversais à borda e predominantemente sua queima é oxidante e foi utilizada diretamente no fogo, pois apresenta bastante fuligem na superfície externa. Já os aspectos que apresentam a influência europeia é a aplicação de asas ou alças no corpo do recipiente e presença da base plana.

A presença de cerâmicas com antiplástico de granulometria maior, acabamento de superfície corrugada e queima redutora, demonstra um outro processo de escolha da artesã na produção dos recipientes, mais semelhante aos encontrados em sítios guaranis. No entanto, não foi evidenciada por quem escavou o sítio uma camada de ocupação indígena. É provável que estes grupos tenham convivido, pois a documentação aponta indícios de que descendentes indígenas tenham ocupado a Fazenda Boqueirão, quando descreve os pardos como nação, na relação de escravos dos inventários.

Os vestígios de ossos de animais, como gado, capivara, entre outros encontrados junto às cerâmicas, apontam para hábitos alimentares semelhantes aos registrados em sítios ao sul dos Estados Unidos e no Caribe, cuja evidência material aponta para uma dieta complementar à ração oferecida pelos seus senhores.

Mesmo não estando claro na documentação como eram construídos os espaços de habitação dos escravos e escravas, a cultura material nos dá indícios de duas estruturas que poderiam ter sido utilizadas como uma unidade de trabalho e moradia e/ou abrigo, tais como um potreiro. Neste sentido pude fazer alguns paralelos com trabalhos realizados tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos e Caribe, pois estes estudos apresentam semelhanças em seus contextos.

Através do estudo das estruturas foi possível levantar a possibilidade de uma certa autonomia dos escravos em relação ao uso dos espaços internos de suas moradias, como foi analisado nas ilhas caribenhas e no Brasil nos últimos anos.

Com relação aos estudos sobre a produção e uso dos recipientes cerâmicos considerei-a como de produção local/regional, pois não foi possível dizer se ela pode ter sido comercializada por alguma olaria, sendo produzida para algum mercado consumidor de baixo poder aquisitivo, tendo em vista o baixo valor de produção destas cerâmicas. Não foi encontrada nenhuma documentação a respeito da produção em série deste tipo de cerâmica, mas como foi discutido anteriormente, muito provavelmente haveria um comércio informal destes utensílios, entre os próprios escravos e ex-escravos, como ficou claro no exemplo dos sítios ao sul dos Estados Unidos e no caribe.

Com relação a uma provável produção em olarias, é possível levar em consideração as análises de Orser (1998) com relação ao final do sistema escravista, mostrando que ele pode ter gerado duas faces de uma mesma moeda, ou seja, forneceu para os negros os mecanismos para melhorar seu lugar na sociedade, através da emancipação, mas também elaborou as formas racistas para representar a inferioridade material aos grupos subordinados. No caso da América do Sul os libertos, acabavam voltando a trabalhar nas fazendas, ou como empregado ou como arrendatário, e acabavam gastando seu dinheiro nos mercados das fazendas, consumindo o que era permitido ao seu bolso. Por mais que se tenha produzido uma cerâmica simples, com motivos que remetam à decoração feita pelos

africanos, não quer dizer que os fazendeiros aceitavam a cultura dos negros, mas essa produção era produzida para um público consumidor que se identificaria com a mercadoria e passaria adquiri-la.

Encontrei muitas dificuldades da análise do sítio por terem sido realizadas as pesquisas no sítio, num primeiro momento, as sondagens e, praticamente todo o trabalho de campo, com escavadeiras, sendo retirados até três níveis (0 a 30cm) de profundidade juntos. Num segundo momento das pesquisas no sítio, foi escavado em um espaço de tempo de 15 dias somente, ampliando a área 5, onde houve uma maior concentração de cerâmica local/regional e não aprofundaram as pesquisas no interior das estruturas, onde poderiam ter sido levantados outros questionamentos a respeito do refugio dos habitantes.

É importante mencionar que não houve nenhum trabalho de escavação arqueológica realizada na sede da Fazenda Boqueirão, somente os levantamentos a respeito das estruturas da casa e locais de trabalho, como a atafona, atualmente todas em ruínas. Não foram localizados os espaços caracterizados como senzalas.

Quando algum trabalho arqueológico for realizado na sede e adjacências, será possível estabelecer maiores relações da sede como o sítio analisado nesta dissertação.

Por fim, saliento a importância de partir para o estudo de qualquer sítio arqueológico tendo previamente claro em mente que grupos distintos podem ter convivido em um mesmo sítio. As pesquisas internacionais e nacionais concordam a respeito de analisar as interações sociais tanto de diferentes etnias africanas, como do convívio, mesmo que indesejado, com os europeus colonizadores e proprietários de escravos.

Tentei mostrar que os africanos não buscaram recriar seu modo de ver a vida da mesma forma como viam na África, pois o contexto se apresentou diferenciado, tanto socialmente, como ecologicamente e materialmente.

Diversos aspectos tiveram que ser adaptados à nova vida que se apresentou, mesmo assim, considero que mesmo esta interação e, de certa forma, adaptação, não tira o caráter de resistência apresentado em relação ao uso feito dos espaços habitados, tanto internamente, quanto externamente na fazenda.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camilla. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. Cultura material e a experiência africana no sudoeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. **TOPOI**, Rio de Janeiro: v. 10, n. 18, p. 39-47, jan./jun. 2009. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numero\\_atual/topoi18/topoi%2018%20%20artigo%20420-cultura%20material%20e%20a%20experi%C3%Aancia%20africana%20no%20sudoeste%20oitocentista.pdf](http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi18/topoi%2018%20%20artigo%20420-cultura%20material%20e%20a%20experi%C3%Aancia%20africana%20no%20sudoeste%20oitocentista.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Mundo Atlântico e clandestinidade**: Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

AHLMAN, Todd M. et al. Ceramic production and exchange among enslaved africans on st.kitts, west indies. **Journal of Caribbean Archaeology**, Special Publication, v. 2, p. 109-122, 2008.

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades Negras nas Paragens do Sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

ARMSTRONG, Douglas V. Political, economic and cultural identity. In: LEONE, Mark P. **Review Feature: The Archaeology of Liberty in American Capital: excavations in Annapolis**. Berkeley: University of California, 2008.

\_\_\_\_\_. Archaeology and ethnohistory of the Caribbean Plantation. In: SINGLETON, Theresa A (Eds). **I, Too, Am America: Archaeological Studies of African-American Life**. University Press of Virgínia, 2001.

BEAUDRY, Mary C. Artefatos e vozes ativas. **Vestígios**: Revista latino-americana de arqueologia histórica. Belo Horizonte: v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Not presentism but honesty. **The African Diáspora Archaeology Network**, Symposium and lecture series, Boston University, 2008.

BETANCUR, Arturo. **Caserío de los negros**. In: BETANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex; FREGA, Ana (Orgs.). Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004.

BEHRENDT, Stephen D. The costs of coercion: african agency in the Pre-Modern Atlantic World. **The Economy History Review**, New Series, v. 54, n. 3, 2001.

CARLE, Cláudio Baptista. **A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX**. Tese de Doutorado. PUCRS, 2005.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. **Antigualhas**: Reminiscências de Porto Alegre. 2. ed. Organização e notas de Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996.

DE CORSE, Cristopher R. Oceans apart: africanista perspectives on diáspora archaeology. In: SINGLETON, Theresa A. (Eds). **I, Too, Am America: Archaeological Studies of African-American Life**. University Press of Virgínia, 2 ed., 2001.

DELLE, James A. The Governor and the Enslaved: An Archaeology of Colonial Modernity at Marshall's Pen, Jamaica. **Int J Histor Archaeol**, v. 13, p. 488-512, 2009.

ESPENSHADE, Christopher T. An archaeology of black markets: local ceramics and economies in eighteenth-century Jamaica. Mark W. Hauser, Gainesville: University Press of Florida, 2008. **Journal of Caribbean Archaeology. Book Reviews**, North Carolina, New South Associates Inc, 2010.

EPPERSON, Terrence W. Constructing Difference: the social and spacial order of the Chesapeake Plantation. In: SINGLETON, Theresa A. (Ed) **I, Too, Am America: Archaeological Studies of African-American Life**. 2 ed. University Press of Virgínia, 2001.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confinos meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FERGUSON, Leland G. "The Cross is a magic sign": marks on eighteenth-century bowls from South Carolina. In: SINGLETON, Theresa A. (Ed) **I, Too, Am America: Archaeological Studies of African-American Life**. 2 ed. University Press of Virgínia, 2001.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas Interfaces. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: v. 3, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2009.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**. São Pulo: Companhia das Letras, 1997.

FREIRE, Eduardo Duarte et al. **Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 2000. (Memória dos Bairros)

FUNARI, Pedro P.; HALL, Martin. JONES, Siân. Introduction: Archaeology in History. In: **Historical Archaeology: Back from the Edge**. London: Routledge, 1999. p. 1-20

FUNARI, Pedro P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GNECCO, Cristóbal. C. Camiños de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 27-37, 2009. Disponível em: <[http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=1981-812220090001&lng=pt&nrm=iss](http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1981-812220090001&lng=pt&nrm=iss)>.

GOMES, Luciano. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de porto Alegre: 1772-1802**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravidão, quilombos e seguro no Códice Costa Matoso. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 247-258, 1998.

HALL, Martin. Ambiguity and contradiction in the archaeology of slavery. **Archaeological Dialogues**, Cambridge University Press, v. 15, n. 2, p. 128–130, 2008.

HANDLER, Jerome S. **Aspects of the Atlantic slave trade**: smokng pipes, tobacco and the middle passage. The African Diaspora Archaeology Network, jun, 2008.

HAUSER, Mark W. et al. Locating enslaved craft production: chemical analisys os century Jamaican pottery. **Journal of Caribbean Archaeology**, Special publication, v. 2, 2008.

HICKS, Dan. Ethnicity, Race and the Archaeology of the Atlantic Slave Trade. University of Bristol, UK. **Research Articles**, 2000. Disponível em: <<http://www.assemblage.group.shef.ac.uk/5/hicks.html>>.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueologia**: corrientes actuales. 2. ed. Barcelona: Crítica, 1994. (Edición ampliada y puesta al día).

JACOBUS, André Luiz. **Resgate Arqueológico e Histórico do registro de Viamão (Guarda velha, Santo Antonio da Patrulha - RS)**. Versão ampliada e atualizada em 1997. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

\_\_\_\_\_. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. In: **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, v. 20, n. 23, p. 07-58, mar. 1996.

JOHNSON, M. H. Concepções de agência em interpretação arqueológica. **Vestígios**: Revista latino-americana de arqueologia histórica, v. 4, n. 2, p. 147-175, 2010. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/vestigios/vestigios>>.

KELLY, Kenneth G. Historical archaeology in the french Caribbean: an introduction to a special volume of the journal of Caribbean archaeology. **Journal of Caribbean archaeology**, Columbia (EUA), University of south Carolina, special publication, n. 1, 2004.

KUHN, Fábio. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa: século XVIII. Tese de doutorado. Niterói, 2006.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. **Cerâmica Guarani**. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.



LEMOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira**: a casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa. São Paulo: Contexto 1996. (coleção Repensando a História)

LEONE, Mark P. **The Archaeology of Liberty in American Capital**: excavations in Annapolis. Berkeley: University of California, 2008. (Review Feature).

LIEBMANN, Matthew. Introduction: The intersections of archaeology and postcolonial studies. In: LIEBMANN, Matthew e RIZVI, Uzma Z. (eds). **Archaeology and postcolonial critique**. New York: Altamira Press, 2008.

LOPES, Nei. **Dicionário da Antiguidade Africana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura luso-brasileira. In: WEIMER, Günter (Org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **História de Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST-UCS, 1984.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 2, jul./dez. 2005.

MARSHAL, Yvonne. On situated perspectives. In: LEONE, Mark P. Review feature: **The Archaeology of Liberty in an American Capital: excavations in Annapolis**. Berkeley (CA): University of California, 2008.

MEYERS, Allan D. West African Tradition in the Decoration of Colonial Jamaican Folk Pottery. **International Journal of Historical Archaeology**, v. 3, n. 4, p. 201-223, 1999.

MERRIMAN, Nick. **Introduction: diversity and dissonance in public archaeology**. In: MERRIMAN, Nick (org), *Public Archaeology*, 2004.

MIGNOLO, W. Un paradigma otro: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. **Histórias locais, designs globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ed. Akal, 2003.

Disponível em:

<[http://cdn.otramerica.com/OTRAMERICA\\_web/48/posts/docs/0381565001325272958.pdf](http://cdn.otramerica.com/OTRAMERICA_web/48/posts/docs/0381565001325272958.pdf)>.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**: experiências negras no espaço urbano, 1858-1888. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

OLIVEIRA, Alberto T. D. **Relatório técnico final**: Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo - Lomba do Sabão – Município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, fevereiro de 2011.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre**: a cidade e sua formação. 2. ed. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole S.A, 1993.

ORSER Jr, Charles E. The Archaeology of the African Diaspora. **Annual Review of Anthropology**, v. 27, 1998.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Memória Porto Alegre**: espaços e vivências. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

POSNANSKY, Merrick. West Africanist reflections on African-american archaeology. In: SINGLETON, Theresa A (Eds). **I, Too, Am America: Archaeological Studies of African-American Life**. University Press of Virgínia, 2001.

RICHARD, Price. O milagre da criouliização: retrospectiva. **Estudos afro-asiáticos**, v. 25, n. 3, 2003.

ROSA, André Osório; SOARES, Juliana; SANTOS, Iluska Cuozzo Moura dos. Descrição do sítio arqueológico e histórico [eletrônico]. Porto Alegre: PROFIL, 2009.

SCHÁVELZON, Daniel. **Buenos Aires negra**: arqueologia histórica de una ciudad silenciada. Emecé Editores, 2003.

SCHIFFER, Michael B. **Formation Process of the Archaeological Record**. Albuquerque: University of New México Press, 1991.

SENATORE, Maria Ximena. Floridablanca entre la modernidad y la posmodernidad. **Vestígios**: Revista latino-americana de arqueologia histórica, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.

SINGLETON, Theresa A. The archaeology of slavery in North America. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, 1995.

\_\_\_\_\_. An Introduction to African-American Archaeology. In: SINGLETON, Theresa A (Eds). **I, Too, Am America: Archaeological Studies of African-American Life**. University Press of Virgínia, 2001.

SLENES, Robert W. **Na senzaala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2. ed. corrig. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

SOUTH, Stanley. Evolution and Horizont as Revealed in Ceramic Analysis in Historical Archaeology. In: Schuyler, R. L. (ed), **Historical Archaeology: a guide to substantive and theoretical contributions**. New York: Baywood Publishing Company, Inc., 1978. p. 68-82.

SOUZA, Marcos André Torres de. Divisões sociais, utensílios cerâmicos e o prepare da farinha de mandioca no Brasil colonial. *Clio*, UFPE, v. 25, p. 97-127, 2010. Série Arqueológica.

SOUZA, Marcos André Torres ; SYMANSKI, L. C. P. Slave Communities and Pottery Variability. In: Western Brazil: The Plantations of Chapada dos Guimarães. **International Journal of Historical Archaeology**, v. 13, p. 513-548, 2009.

SYMANSKI, Luís Cláudio. O domínio da tática. **Vestígios**: Revista latino-americana de arqueologia histórica, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 9-36, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, jan./jun. 2014.

SYMANSKI, L.C. OSÓRIO, S.R. Artefatos reciclados em sítios históricos de Porto Alegre. **Revista de Arqueologia**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 43-54, 1996.

THOMAS, Julian. A materialidade e o social. **Revista do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, p. 15-20, 1999.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre oitocentista**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico Final**. Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre, RS, março de 2013.

YAW, Bredwa-Mensah. Slavery and resistance on nineteenth centurydanish plantations in southeastern gold coast, Ghana. **African study monographs**, v. 29, n. 3, p. 133-145, September. 2008.

YOUNG, et al. The role at hunting to cope with Risk at Saragossa Plantation, Natchez, Mississippi. **American Anthropologist**, New Series, v. 103, n. 3, set. 2001.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa. A. El sur por el sur: uma revisión sobre la História y el desarrollo de la Arqueologia Histórica en América meridional. In: **Vestígios**: Revista latino-americana de arqueologia histórica, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jan./jun. 2007.

ZARANKIN, Andrés et al. Campaña multinacional de Arqueologia Antártica. In: **Vestígios**: Revista latino-americana de arqueologia histórica, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.

## **Outras fontes e referências bibliográficas**

### **FONTES MANUSCRITAS**

#### Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho

1 - Planta Geral do Município de Porto Alegre – Intendência Municipal - 1919.

#### Arquivo Público do estado do estado do Rio Grande do Sul

1. Inventários *post-mortem*: Porto Alegre, 1791-1879: 1 ° Cartório de Órfãos: nº 33, 59, 139, 155, 416 e 2257.

#### Instituto histórico e geográfico

1 - Planta Topográfica e Orográfica do 4º e 5º Distrito do Município de Porto Alegre, setor Nordeste, 1896 (CD-ROM do IHGRS).

Museu Comunitário Lomba do pinheiro

Jornal Folha da Tarde de 30 de janeiro de 1943

Museu Joaquim José Felizardo - Fototeca Sioma Breitman

Fotografia de Viehhof da região rural de Porto Alegre.

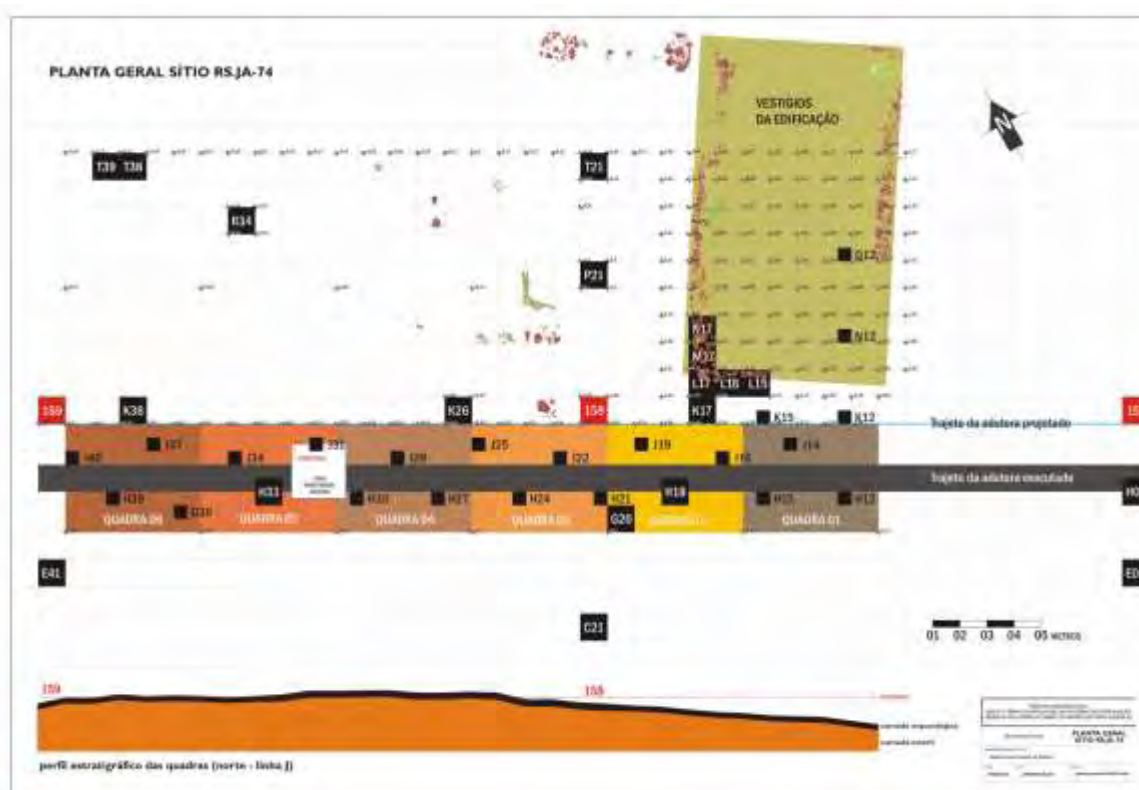
Quarto Livro de batismos de Viamão (1782-1789), Projeto Resgate de Fontes Paroquiais, p.38.

Revista do Arquivo Público Mineiro, nº 1, volume 24, 1933.

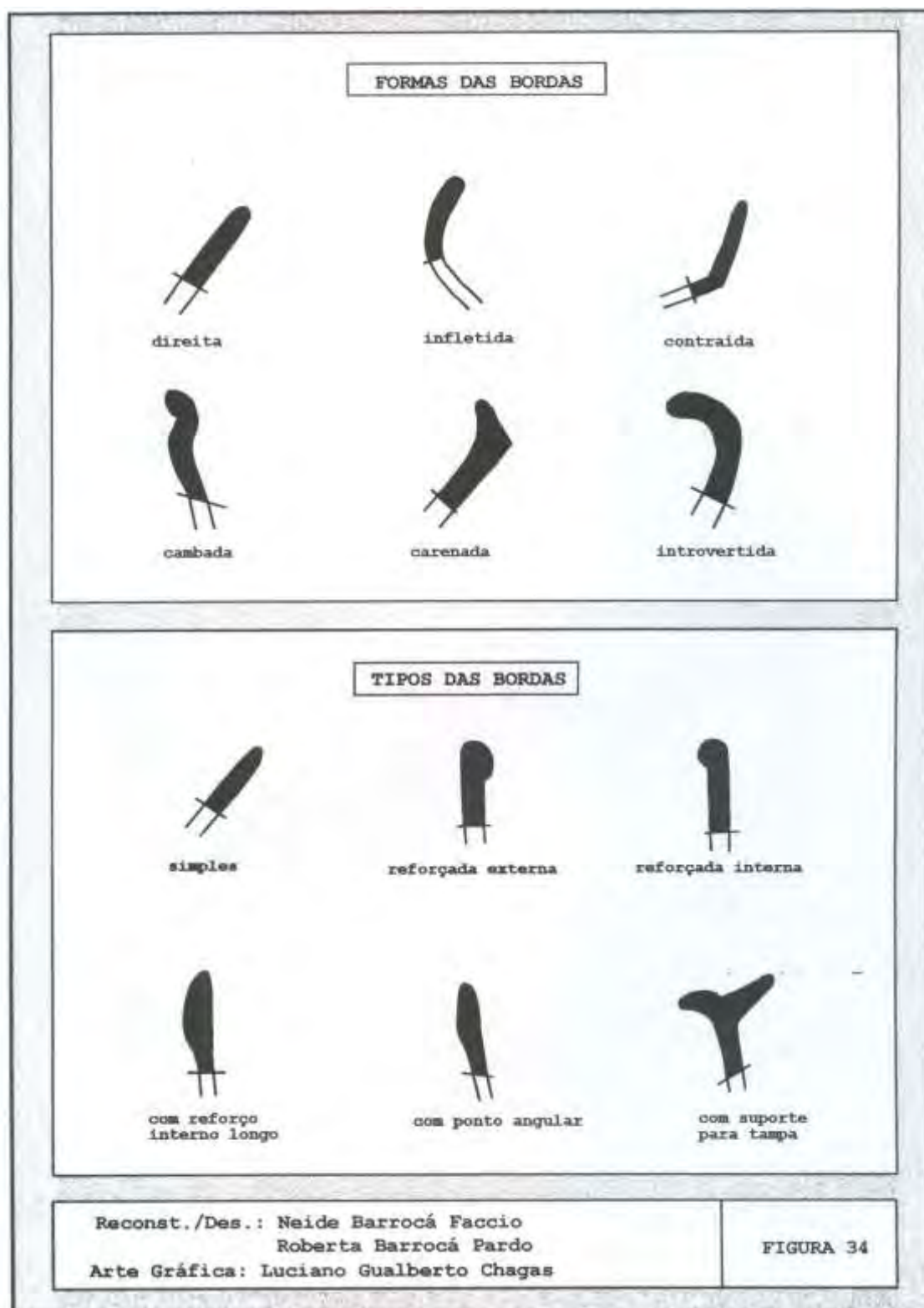
Registro de hua carta de Sesmaria passada a Miguel Braz, 06/12/1755.

## ANEXOS

### Anexo 1 - Planta-baixa do sítio RS.JA-74



## Anexo 2 - Tabela de modelo de bordas

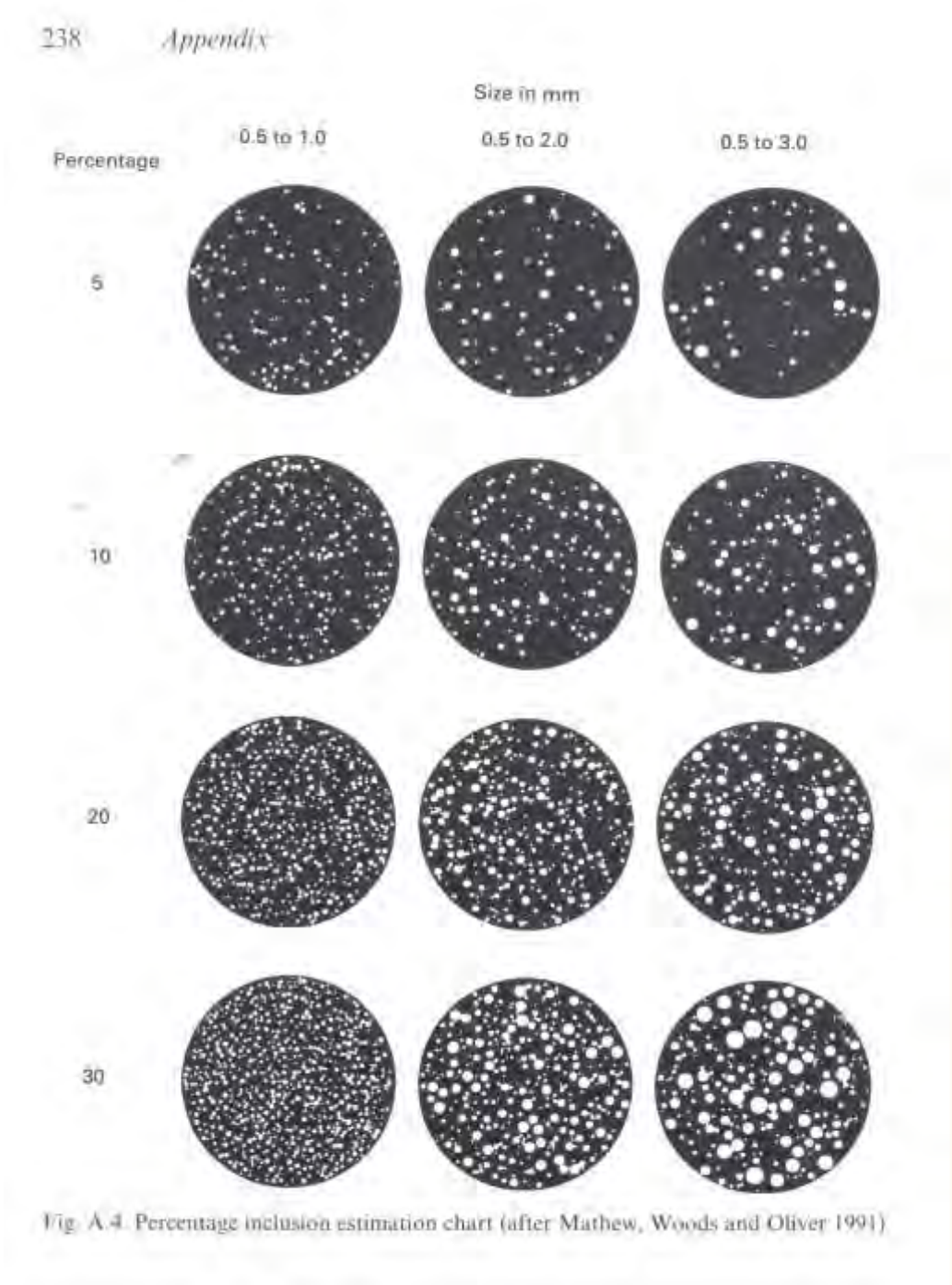


### Anexo 3 - Tabela de modelos de queima

	1- Seção Transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo.
	2- Seção Transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza claro ao pardo.
	3- Seção Transversal com presença de central escuro e uma camada interna e externa clara.
	4- Seção Transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza ao preto.
	5- Seção Transversal com uma camada clara na parte externa e uma camada escura na parte interna.
	6- Seção Transversal com uma camada escura na parte externa e uma camada clara na parte interna.
	7 - Seção Transversal com presença de núcleo central e espesso e camadas oxidadas finas e bem definidas. Neste caso a cor da superfície é frequentemente amarela ou parda.
	8- Seção Transversal apresenta partes reduzidas e oxidadas de modo alternado.



Anexo 4 - Tabela de porcentagem de antiplásticos



## Anexo 5 – Protocolo

### CODIFICAÇÃO DA FICHA DE ANÁLISE DE MATERIAL CERÂMICO

#### CAT – Número de catálogo

Exemplo: 97.3.23

#### QUA – Quadrícula

Exemplo: 7.12

#### NIV – Nível

Exemplo: 3 (20-30 cm)

#### CLA - Classe

- |  |  |
|--|--|
| 1. Fragmento de parede                       | 6. Bolota de argila                      |
| 2. Fragmento de borda                        | 7. Fragmento de cachimbo                 |
| 3. Fragmento de base                         | 8. Cachimbo completo                     |
| 4. Forma completa (mais de 50% do vasilhame) | 9. Fragmento de parede com ponto angular |
| 5. Afiador cerâmico                          | 10. Aplique ou alça                      |
|  | 99. Sem leitura                          |

#### ESP - Espessura da peça

Medido em milímetros

#### COM - Comprimento da peça

Medido em milímetros

#### LAR - Largura da peça

Medido em milímetros

#### DIB - Diâmetro da borda

Medido em centímetros com auxílio do ábaco

#### FOB – Forma da Borda

- |                 |              |
|-----------------|--------------|
| 1. Direta       | 4. Cambada   |
| 2. Introvertida | 5. Contraída |
| 3. Extrovertida | 6. Carenada  |

#### TIB – Tipos de Borda

- |                      |                              |
|----------------------|------------------------------|
| 1. Simples           | 4. Com reforço interno longo |
| 2. Reforçada interna | 5. Com ponto angular         |
| 3. Reforçada externa | 6. Com suporte para tampa    |

**FOV – Forma do vaso**

- |            |             |
|------------|-------------|
| 1. Aberto  | 3. Paralelo |
| 2. Fechado |             |

**FOL – Forma do lábio**

- |                |              |
|----------------|--------------|
| 1. Apontado    | 4. Expandido |
| 2. Arredondado | 5. Plano     |
| 3. Biselado    |              |

**ELA - Espessura do lábio**

Medido em milímetros

**DEL – Decoração do lábio**

- |                      |                        |
|----------------------|------------------------|
| 1. Ausente           | 14. Inciso             |
| 2. Alisado           | 15. Escovado           |
| 3. Corrugado         | 16. Espatulado         |
| 4. Digitado          | 17. Estriado           |
| 5. Digitado Ungulado | 18. Roletado           |
| 6. Imbricado         | 19. Nodulado           |
| 7. Acanalado         | 20. Exciso             |
| 8. Ungulado          | 21. Modelado           |
| 9. Beliscado         | 22. Cortado            |
| 10. Serrungulado     | 23. Pintado            |
| 11. Ponteados        | 24. Engobo             |
| 12. Estampado        | 25. Corrugado Ungulado |
| 13. Estocado         | 99. Não identificado   |

**DBA – Diâmetro da Base**

Medido em centímetros com auxílio do ábaco

**FBA – Forma da base**

- |                  |                    |
|------------------|--------------------|
| 1. Bi-Plana      | 6. Bi-Côncava      |
| 2. Plano côncava | 7. Côncava convexa |
| 3. Plano convexa | 8. Convexa côncava |
| 4. Côncava plana | 9. Bi-Convexa      |
| 5. Convexa plana |                    |

**ANT – Antiplástico**

- |                                       |                                    |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Mineral                            | 9. Mineral, Caco moído e Carvão    |
| 2. Mineral e Caco moído               | 10. Mineral, Caco Moído e Hematita |
| 3. Mineral e Vegetal                  | 11. Mineral, Hematita e Vegetal    |
| 4. Mineral e Carvão                   | 12. Mineral, Hematita e Carvão     |
| 5. Mineral e Hematita                 | 13. Mineral e Argila               |
| 6. Mineral e Concha moída             | 14. Mineral, Argila e Caco Moído   |
| 7. Mineral, Caco moído e Vegetal      | 99. Sem Leitura                    |
| 8. Mineral, Caco moído e Concha moída |                                    |

**FAN – Frequência do antiplástico**

1. Pouco antiplástico: pasta muito plástica (10% ou menos de antiplástico)
2. Presença mediana: pasta plástica (de 10 a 30% de antiplástico)
3. Abundância de antiplástico: pasta seca (mais de 30% de antiplástico)

**TAN – Tamanho do Antiplástico** Tamanho máximo de cada antiplástico

- |                                  |                                 |
|----------------------------------|---------------------------------|
| 1. Mineral fino (até 2mm)        | 5. Mineral fino e grosso        |
| 2. Mineral médio (de 2 – 4mm)    | 6. Mineral médio e grosso       |
| 3. Mineral grosso (mais que 4mm) | 7. Mineral Fino, médio e grosso |
| 4. Mineral fino e médio          |                                 |

**TEC – Técnica de Construção**

- |               |                          |
|---------------|--------------------------|
| 1. Acordelada | 4. Acordelada e Modelada |
| 2. Modelada   | 5. Torneado              |
| 3. Moldado    | 99. Sem Leitura          |

**QUE – Queima**

1. Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do laranja tijolo ao amarelo.
2. Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza claro ao pardo.
3. Seção transversal com presença de núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara.
4. Seção transversal sem presença de núcleos, com cor uniforme variando do cinza ao preto.
5. Seção transversal com uma camada clara na parte externa e uma camada escura na parte interna.
6. Seção transversal com uma camada escura na parte externa e uma camada clara na parte interna.

7. Seção transversal com presença de núcleo central espesso e camadas claras e finas externa.

8. Seção transversal com presença de camadas claras e escuras de modo alternado.

#### **TSI – Tratamento de superfície interno**

#### **TSE – Tratamento de superfície externo**

1. Ausente

2. Alisado

3. Banho

4. Brunidura (Tratamento feito por meio de queima e esfumaçamento dando um efeito vítreo enegrecido)

5. Lustro (Apresenta uma superfície vítrea, mas a cor da argila é preservada)

6. Polimento

7. Resina

8. Tratamento plástico

99. Sem leitura

#### **TDI – Tipo de Decoração Interna**

#### **TDE – Tipo de Decoração Externa**

1. Ausente

2. Plástica

3. Pintada

4. Engobo

5. Plástica e pintada

6. Plástica e engobo

7. Engobo e pintada

8. Engobo, plástica e pintada

99. Sem leitura

#### **CEI – Cor do Engobo Interna**

#### **CEE – Cor do Engobo Externo**

1. Ausente

2. Vermelho

3. Branco

4. Alaranjado

5. Preto

**DPI – Decoração Plástica Interna****DPE – Decoração Plástica Externa**

1. Ausente
2. Alisado
3. Corrugado
4. Digitado
5. Digitado Ungulado
6. Imbricado
7. Acanalado
8. Ungulado
9. Beliscado
10. Serrungalado
11. Ponteadado
12. Estampado
13. Estocado
14. Inciso
15. Escovado
16. Espatulado
17. Estriado
18. Roletado
19. Nodulado
20. Exciso
99. Não identificado

**MAU – Marcas de Uso**

1. Ausente
2. Fuligem na superfície externa
3. Depósitos de carbono na superfície interna
4. Depressões circulares causadas por líquidos na face interna
5. Depressões circulares densas causadas por abrasão no preparo de alimentos
6. Desgaste por atrito na parte superior da borda interna
7. Descamação na parte interna

8. Mancha de oxidação por calor do fogo

9. Fuligem interna

10. Fuligem externa e interna

99. Sem leitura

**FPD – Fatores Pós-Deposicionais**

1. Ausente

2. Limo

3. Desgaste

4. Descamação

5. Crosta preta

6. Fissuras/Rachaduras

7. Incrustação (manchas brancas)

99. Sem leitura